



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E
SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA**

GEISIANE TAVARES SOARES

**SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL:
UM ESTUDO DE CASO NA COOPERATIVA DE FIBRAS VEGETAIS,
MALVA E JUTA, DE MANACAPURU NO AMAZONAS**

MANAUS – AM

2015

GEISIANE TAVARES SOARES

**SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL:
UM ESTUDO DE CASO NA COOPERATIVA DE FIBRAS VEGETAIS,
MALVA E JUTA, DE MANACAPURU NO AMAZONAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia.

Orientação: Heloísa Helena Corrêa da Silva, Doutora em Serviço Social.

Co-Orientador: Noval Benayon Mello, Doutor em Economia.

MANAUS – AM

2015

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pela autora.

S676s	<p>Soares, Geisiane Tavares</p> <p>Sustentabilidade Socioambiental: Um estudo de caso na cooperativa de fibras vegetais, malva e juta, de Manacapuru no Amazonas/ Geisiane Tavares Soares. 2015</p> <p>110 f.: il. Color; 31 cm.</p> <p>ISBN: 978-85-920129-0-8</p> <p>Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal do Amazonas.</p> <p>Orientador: Prof^a. Dr^a. Heloisa Helena Corrêa da Silva Coorientador: Prof. Dr. Noval Benayon Mello</p> <p>1. Sustentabilidade. 2. Política Pública. 3. Economia Solidária. 4. Malva. 5. Juta. I. Silva, Profa. Dra. Heloísa Helena Corrêa da II. Universidade Federal do Amazonas III. Título</p>
-------	--

**SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL: UM ESTUDO DE CASO
NA COOPERATIVA DE FIBRAS VEGETAIS, MALVA E JUTA, DE
MANACAPURU NO AMAZONAS**

GEISIANE TAVARES SOARES

DEFESA DA DISSERTAÇÃO

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª Heloísa Helena Corrêa da Silva – Presidente
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia
Universidade Federal do Amazonas

Prof^ª. Dr^ª Marinez Gil Nogueira – Membro
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia
Universidade Federal do Amazonas

Prof. Dr Sylvio Mário Puga Ferreira – Membro
Departamento de Economia e Análise (DEA) /Faculdade de Estudos Sociais (FES)
Universidade Federal do Amazonas

Aprovada em:01/09/2015

MANAUS – AM

2015

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Gileno e Rosiane, exemplos de amor e dedicação constante em minha vida. À Marluce Marta, Michelle Alexandrina e Melissa Vitória, laços fraternos, que me incentivam na conquista de novos horizontes.

AGRADECIMENTOS

A Deus pelo sopro da vida, alimento da fé e da esperança no futuro próspero da humanidade.

A Marluce Santos, as minhas irmãs: Alzira, Eulália e Rosilene; aos meus pais, aos familiares e amigos, pela confiança e incentivo dedicados em mais uma vitória.

À minha orientadora Prof^ª Dr^ª Heloísa Helena Corrêa da Silva pela dedicação, profissionalismo e compromisso na tarefa de ensinar-me a refletir no processo de elaboração do presente trabalho. Agradeço as palavras e mensagem de incentivo que contribuíram significativamente para o meu amadurecimento pessoal e profissional.

Ao meu co-orientador Prof Dr Noval Benayon Mello pelos momentos de dedicação e incentivo no caminho do conhecimento para o aperfeiçoamento desse trabalho.

À Profa. Dra Marinez Gil Nogueira e ao Prof. Dr Sylvio Mário Puga Ferreira pelas importantes contribuições na Banca de Qualificação e Defesa que possibilitaram o aperfeiçoamento do presente trabalho.

A todo corpo de colaboradores e docentes do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social na Amazônia pelas significativas contribuições no processo de formação do mestrado.

Às colegas da turma de mestrado, e em especial a Elisene Lemes de Oliveira Santos pela amizade e incentivo constante na busca pelo conhecimento e nos desafios percorridos nesta trajetória.

Aos cooperados e diretores da COOMAPEM, em especial a presidente Eliana Medeiro do Carmo, mulher de fibra, que acreditou desde o início na seriedade deste trabalho e no compromisso de

gerar conhecimento científico visando a impactos positivos para cooperativa.

Aos dirigentes e colaboradores das entidades ADS e IDAM por prestarem informações preciosas para a elaboração deste trabalho.

A todos meus sinceros agradecimentos.

RESUMO

O cultivo da juta e malva é uma atividade econômica de grande valor para o setor primário do Amazonas, maior produtor de fibras vegetais, malva e juta, do Brasil, que abastece com fibras, fios e sacarias as indústrias nacionais. O panorama internacional e nacional das fibras vegetais é promissor. Os principais produtores da cadeia produtiva de malva e juta estão localizados nas sub-região: Rio Negro/Solimões, médio e baixo Amazonas, com destaque para o município de Manacapuru/AM, onde se concentra as fábricas têxteis e as principais cooperativas, incentivadoras da cadeia produtiva. Contudo, o Amazonas ainda não é autossuficiente na produção de fibras vegetais, e nos últimos anos tem sofrido com a redução na produtividade agrícola. Nesse contexto, o presente estudo abordou como temática a sustentabilidade socioambiental. O objetivo do estudo, foi compreender a relação entre as políticas públicas de desenvolvimento sustentável e a sustentabilidade das cooperativas de malva e juta de Manacapuru/AM, através do estudo de caso da Cooperativa Mista Agropecuária de Manacapuru – COOMAPEM no período de 2010 a 2013. Foram verificadas as contribuições, no período de 2010 a 2013, da política de subvenção econômica aos agricultores de juta e malva, e a política para aquisição das sementes da malva e juta no Amazonas. Houve a descrição do processo produtivo das fibras vegetais de malva e juta da COOMAPEM sob a perspectiva dos pontos positivos e negativos dos cooperados, e foi identificado através do perfil socioeconômico dos cooperados agricultores de malva e juta da COOMAPEM elementos para a inclusão social. A metodologia utilizada pauta-se em uma abordagem qualiquantitativa desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica, pesquisa documental no IDAM, ADS e COOMAPEM. Foram realizadas trinta e quatro entrevistas com os cooperados agricultores e duas entrevistas com os diretores da COOMAPEM. Os resultados obtidos indicaram que as políticas públicas de desenvolvimento são importantes para a sustentabilidade da COOMAPEM, dos cooperados e de centenas de famílias que sobrevivem dessa cultura. Sendo necessário o processo de melhoria contínua das políticas públicas para dar suporte aos agricultores no processo produtivo da malva e juta, seja pela assistência técnica por órgãos do Governo, nas condições mais flexíveis de acesso ao crédito, à aquisição de máquina e a equipamentos, na elevação do valor da subvenção econômica, na facilidade para aquisição de sementes de malva e juta, no incentivo tributário, na proteção às importações, e nas condições previdenciárias dos agricultores. Por fim, o Amazonas reuni condições ambientais e recursos humanos para tornar-se autossuficiente na produção das fibras de juta e malva, e contribuir com o desenvolvimento com sustentabilidade na Amazônia.

PALAVRAS-CHAVE: Sustentabilidade, Política Pública, Economia Solidária

ABSTRACT

The cultivation of jute and mallow is an economic activity of great value to the primary sector of the Amazon, the largest producer of vegetable fiber, jute and mallow, Brazil, which supplies fiber, wire and sacks domestic industries. The international and national panorama of plant fibers is promising. The main producers of the production chain of mauve and jute are located in the sub-region: Rio Negro / Solimões, middle and lower Amazon, especially the city of Manacapuru / AM, which concentrates the textile mills and major cooperatives, booster of productive chain. However, Amazon is still not self-sufficient in the production of plant fibers, and in recent years has suffered from a reduction in agricultural productivity. In this context, this study addressed as thematic social and environmental sustainability. The aim of the study was to understand the relationship between public policies for sustainable development and sustainability of mauve unions and jute Manacapuru / AM, through the case study of the Joint Agricultural Cooperative of Manacapuru - COOMAPEM in the 2010-2013 period. The contributions were observed in the period 2010 to 2013, the economic support policy for farmers in jute and mauve, and the policy for acquisition of seeds of mauve and jute in the Amazon. There was a description of the production process of plant fiber and jute mallow COOMAPEM from the perspective of the strengths and weaknesses of the cooperative, and was identified through socioeconomic profile of mauve farmers' cooperative and Jute COOMAPEM elements for social inclusion. The methodology is guided in a quali-quantitative approach developed through bibliographic research, documentary research in IDAM, ADS and COOMAPEM. Thirty-four interviews with cooperative farmers and two interviews with the directors of COOMAPEM were held. The results indicated that public development policies are important for the sustainability of COOMAPEM, of members and hundreds of families who survive this culture. Being necessary the process of continuous improvement of public policies to support farmers in the production process of mauve and jute, either through technical assistance by government agencies, the more flexible conditions of access to credit, machine acquisition and equipment, in raising the value of economic subsidy, on the ease of acquiring mallow seeds and jute, the tax incentive in import protection, and the social security conditions of farmers. Finally, the Amazon gathered environmental conditions and human resources to become self-sufficient in the production of jute and mallow fibers, and contribute to the development and sustainability in the Amazon.

KEY-WORDS: Sustainability, Public Policie, Solidarity Economy.

LISTA DE SIGLAS

ACI	Aliança Cooperativa Internacional
ADS	Agência de Desenvolvimento Sustentável Amazonas
AFEAM	Agência de Fomento do Estado do Amazonas
AG	Assembleia Geral
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BASA	Banco da Amazônia
CF	Conselho Fiscal
CNA	Confederação Nacional da Agricultura
CODESAV	Comissão Executiva Permanente de Defesa Sanitária Animal e Vegetal
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
COOMAPEM	Cooperativa Mista Agropecuária de Manacapuru
DE	Diretoria Executiva
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAEA	Federação da Agricultura do Estado do Amazonas
FAO	Food and Agriculture Organization,
FIAM	Feira Internacional da Amazônia
GCEA/AM	Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias do Amazonas
IBGE	Instituto brasileiro de Geografia e Estatística
IDAM	Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas
IFIBRAM	Instituto de Fomento à Produção de Fibras Vegetais da Amazônia
IPAAM	Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas
ITEAM	Instituto de Terras do Amazonas
M.T.E	Ministério do Trabalho e Emprego
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
OCBAM	Organização das Cooperativas Brasileiras do Amazonas
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PGPAF	Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar
PGPM	Política de Garantia de Preços Mínimos
PNATER	Política Nacional de ATER
PROINSUMOS	Programa de Incentivos ao Uso de Insumos Agropecuários, Semoventes, Máquinas e Equipamentos Agrícolas e Produtos Extrativos
PRONAF	Programa Nacional de Agricultura Familiar
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEPA	Secretaria Executiva de Pesca e Aquicultura
SEPROR	Secretaria de Estado da Produção Rural
SESCOOP	Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
SUFRAMA	Superintendência da Zona Franca de Manaus
ZFM	Zona Franca de Manaus

LISTA DE FIGURAS E MAPAS

Figura 1: Distribuição de sementes, Fonte COOMAPEM,2015.	69
Figura 2: Plantio de juta e malva. Fonte: COOMAPEM,2015.	71
Figura 3: Fibras mergulhadas para desfibramento.Fonte COOMAPEM,2015.	72
Figura 4: Processo de desfibramento. Fonte: COOMAPEM,2015.....	72
Figura 5: Secagem das fibras. Fonte: COOMAPEM,2015.	73
Figura 6: Fardos de fibras. Fonte: COOMAPEM,2015.....	74
Figura 7: Barco da COOMAPEM. Fonte: COOMAPEM,2015.....	75
Figura 8: Galpão COOMAPEM. Fonte: COOMAPEM,2015.	75
Figura 9: Processo de seleção das fibras. Fonte: COOMAPEM, 2015	77
Figura 10: Pesagem das fibras. Fonte: COOMAPEM,2015.	78
Figura 11: Prensagem dos fardos de fibra. Fonte: COOMAPEM,2015.	78
Mapa 1: Mapa da cadeia produtiva de juta e malva no Amazonas.	44

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Juta malva – Produção mundial – Principais produtores – t.....	33
Gráfico 2:Produção malva e juta no Brasil (2000 a 2014).	34
Gráfico 3: Produção nacional e importação (2000 a 2014).....	35
Gráfico 4: Preços das fibras, Tipo 1 e 2 no Amazonas.....	38
Gráfico 5: Total de sementes distribuídas no Amazonas.....	49
Gráfico 6: Produção em toneladas Juta e Malva.	55
Gráfico 7: COOMAPEM quadro ativo 2013.	61
Gráfico 8: Atividades produtivas COOMAPEM.....	62
Gráfico 9: Geração de emprego COOMAPEM.....	76

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Descrição das atividades IDAM e ADS – Cadeia produtiva de malva e juta no Amazonas.....	46
Quadro 2: Comparativo entre a meta do Plano Operativo IDAM Fonte IDAM,2013. Organização: Geisiane Soares,2015.	50
Quadro 3: Processo de pagamento da subvenção econômica pela ADS à cadeia produtiva de malva e juta no Amazonas.	53
Quadro 4: perfil socioeconômico dos cooperados, agricultores de juta e malva da COOMAPEM.	63
Quadro 5: Perfil Socioeconômico dos Cooperados da COOMAPEM, aspecto econômico. .	65
Quadro 6: Semente de Juta e Malva.	68

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Malva e Juta – Produtos Importados (2010 a 2014).....	35
Tabela 2: Produção das lavouras temporárias em 2013 no Amazonas.....	43
Tabela 3: Ranking municipal de produção de Malva – Ano 2013	45
Tabela 4: Cadeia Produtiva juta / malva - Distribuição de sementes.	48
Tabela 5: Cadeia produtiva de malva e juta no Amazonas - R\$ Subvenção econômica.....	54
Tabela 6: Cadeia Produtiva de malva e juta no Amazonas subvenção econômica.....	54

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO I - SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E A ECONOMIA SOLIDÁRIA NA PRODUÇÃO DE MALVA E JUTA NO AMAZONAS	21
1.1 – A evolução conceitual acerca do desenvolvimento sustentabilidade.....	22
1.2 – A Economia Solidária e a produção das fibras vegetais, malva e juta, no Amazonas...	25
CAPÍTULO II- UMA REFLEXÃO SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCENTIVO A PRODUÇÃO DE MALVA E JUTA NO AMAZONAS	31
2.1 - Panorama Internacional das fibras vegetais, malva e juta.....	32
2.2 - Panorama Nacional das fibras vegetais, malva e juta.....	34
2.3 - A Política Nacional de Garantia de Preços Mínimos e os preços das fibras de malva e juta.....	38
2.4 - As políticas públicas de incentivo à produção de malva e juta no Amazonas.....	41
2.4.1 - A política para aquisição de semente de malva e juta no Amazonas.....	47
2.4.2 - A política de subvenção econômica aos produtores de juta e malva.....	51
CAPÍTULO III – O ESTUDO DE CASO COOMAPEM: DO PROCESSO PRODUTIVO DA MALVA E JUTA, ÀS QUESTÕES SOCIOAMBIENTAIS PELO OLHAR DOS COOPERADOS.	56
3.1 – Caracterização da COOMAPEM	56
3.2 - Perfil socioeconômico dos cooperados agricultores de malva e juta da COOMAPEM	60
3.3 - Descrição do processo produtivo das fibras vegetais de malva e juta.....	67
3.4. – Perspectiva dos cooperados da COOMAPEM sobre o processo produtivo da malva e juta: Pontos positivos e negativos.....	81
CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	90
APÊNDICES	96
ANEXOS	106

INTRODUÇÃO

O cultivo da juta e malva é uma atividade econômica de grande valor para o setor primário do Amazonas, configurando-se em fonte de renda para milhares de famílias, que abastece com fibras, fios e sacarias as indústrias nacionais, e faz do Amazonas, o maior produtor de fibras vegetais de malva e juta do Brasil.

A cadeia produtiva de malva e juta é incentivada, principalmente, pelas cooperativas de Manacapuru/Am, que desempenham importante papel junto aos agricultores nos processos de distribuição das sementes, logística das fibras, beneficiamento e comercialização. Além de enfrentar problemas com a infraestrutura do processo produtivo, perda parcial da produção com as enchentes dos rios, e principalmente, a desvalorização do mercado, frente à concorrência com os produtos importados.

A busca pelo desenvolvimento socioeconômico do país, requer a implementação de políticas públicas contemplando um modelo de desenvolvimento sustentável, que salvguarde as questões socioambientais. Portanto, as questões socioambientais pertinentes ao processo produtivo de juta e malva necessitam da atenção do Governo para serem superadas, e tornar o Brasil autossuficiente na produção das fibras vegetais.

Nesse sentido, o presente estudo para o curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, na linha de pesquisa “Serviço Social, Diversidade Socioambiental e Sustentabilidade na Amazônia”, intitulado “Sustentabilidade Socioambiental: Um estudo de caso na cooperativa de fibras vegetais, malva e juta, de Manacapuru no Amazonas”, está relacionado à temática Sustentabilidade Socioambiental com ênfase nas políticas públicas de desenvolvimento sustentável voltadas para o incentivo à produção das fibras vegetais: malva (*Urena lobata L*) e juta (*Corchorus capsularis*) no Amazonas.

As experiências vivenciadas pelo grupo de pesquisa Questão Social e Serviço Social no Estado do Amazonas, na linha Sustentabilidade e Desenvolvimento, proporcionaram que a pesquisa fosse assumida pelo referido grupo, e também colaboraram significativamente, para a escolha do tema da pesquisa, uma vez que, ampliaram o conhecimento teórico e crítico quanto à necessidade de contribuir através da pesquisa para a mudança da realidade social e econômica da população amazônica.

No Amazonas, a manutenção das atividades produtivas de malva e juta é realizada principalmente, pela política de subvenção econômica aos produtores de juta e malva, coordenada pela Agência de Desenvolvimento Sustentável Amazonas – ADS, que foi criada pela Lei Delegada nº 118 de 18 de maio de 2007, e a política de aquisição de sementes de malva e juta pelos agricultores, gerenciado pelo Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Amazonas –IDAM / SEPROR.

As contribuições para a melhoria das políticas públicas de incentivo à produção de malva e juta no Amazonas, através das pesquisas sobre a realidade amazônica, tende a propiciar não somente a sustentabilidade dos empreendimentos da cadeia produtiva de malva e juta, mas também a melhoria das condições socioeconômicas dos agricultores de malva e juta no Amazonas.

Neste contexto, o presente estudo tem por **objetivo geral**: compreender a relação entre as políticas públicas de desenvolvimento sustentável e a sustentabilidade das cooperativas de malva e juta de Manacapuru/AM, através do estudo de caso da Cooperativa Mista Agropecuária de Manacapuru – COOMAPEM no período de 2010 a 2013.

O cumprimento do objetivo geral vincula-se as informações pertinentes aos seguintes **objetivos Específicos**:

- 1) Verificar as contribuições da política para a subvenção econômica aos produtores de juta e malva e a política para a aquisição de sementes da malva e juta no Amazonas no período de 2010 a 2013;
- 2) Descrever o processo produtivo de fibras vegetais de malva e juta da COOMAPEM sob a perspectiva dos pontos positivos e negativos dos cooperados;
- 3) Identificar através do perfil socioeconômico dos cooperados agricultores de malva e juta da COOMAPEM elementos para a inclusão social.

O referencial teórico metodológico que pauta as discussões fundamentais desse estudo, é norteado pelas seguintes categorias macro teóricas: sustentabilidade, políticas públicas e economia solidária.

No que tange a sustentabilidade, visa a uma reflexão sobre o conceito de desenvolvimento sustentável, que configurou resposta do Estado frente às questões socioambientais internacionais. Quanto a política pública pretende verificar as contribuições na relação Estado e sociedade resultantes da implementação das políticas públicas de incentivo à produção de fibras vegetais: malva e juta no Amazonas. Na categoria economia solidária visa ao entendimento sobre uma nova economia praticada pelos empreendimentos solidários, dentre

os quais, destacamos as cooperativas, regidas pelos princípios do cooperativismo, e administradas pela autogestão, priorizam a melhoria das condições de vida dos cooperados à inclusão social.

A COOMAPEM destaca-se no Amazonas pela experiência de mais de 50 anos na produção de fibras de juta e malva, e pela capacidade produtiva reunindo ao longo dos anos, mais de 400 cooperados associados, o que faz da COOMAPEM a maior cooperativa de fibras de juta e malva do Brasil.

Portanto, reuniu elementos para o estudo de caráter quali-quantitativo, através do estudo de caso com o levantamento das informações referente ao período de 2010 a 2013.

O processo de análise do presente estudo consistiu em primeira instância na pesquisa bibliográfica, que segundo Minayo (2007), é elaborado a partir de material publicado em formato impresso ou digital, realizado durante toda a pesquisa sobre os conteúdos disponíveis sobre a presente temática em fontes como o IBGE, CONAB, OCB-Am.

No segundo momento, foi realizada a pesquisa em documentos que ainda não haviam recebido tratamento analítico na Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (ADS), como relatórios do pagamento da subversão econômica da malva e juta no Amazonas; e sobre relatórios contendo informações sobre a aquisição e distribuição de sementes de malva e juta do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Amazonas –IDAM.

Em última instância, foi realizada a pesquisa de campo, que consistiu na observação direta, entrevistas e na coleta de dados no *locus* da pesquisa, onde ocorreram os fenômenos. Sendo realizado em duas etapas: a primeira foi realizada com dois diretores da COOMAPEM, para os quais foi apresentando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e na sequência foi aplicado o formulário de entrevista semiestruturada, houve o registro fonográfico e fotográfico do empreendimento, o que possibilitou o levantamento das seguintes informações: informações sobre o processo produtivo da malva e juta, que permitiu compor a descrição do processo produtivo; as informações socioeconômicas, que permitiu elaborar o perfil socioeconômico dos cooperados; e demais informações pertinentes ao entendimento da relação entre as políticas públicas de incentivo à produção de malva e juta e a sustentabilidade da cooperativa no período de 2010 a 2013.

No segundo momento, foram realizadas entrevistas com os cooperados da COOMAPEM, a quem foi apresentando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e na sequência foi aplicado o formulário de entrevista semiestruturada com perguntas fechadas e abertas, com registro fonográfico, o que possibilitou verificar os pontos positivos e negativos

do processo produtivo da juta e malva, e as perspectivas de melhoria das políticas públicas de incentivo à produção de juta e malva no Amazonas.

O formulário de entrevista do tipo semiestruturado, Marconi e Lakatos (2010) esclarecem, que é o contato face a face entre pesquisador e informante, sendo o roteiro de perguntas preenchido pelo pesquisador no momento da entrevista, metodologia aplicada nessa dissertação.

Foram utilizados os seguintes instrumentos de pesquisa: Formulário de entrevista tipo A, destinado ao diretor (a) da COOMAPEM relacionado a coordenação das atividades do processo produtivo de malva e juta, o processo de comercialização e articulação política junto aos órgãos governamentais; Formulário de entrevista tipo B, destinado a cooperados associados à COOMAPEM no período da pesquisa.

Como critério de inclusão, para o formulário tipo A os sujeitos deveriam fazer parte da diretoria da COOMAPEM, maior de 18 anos, dos sexos masculino ou feminino; para os sujeitos do formulário tipo B, deveriam ser cooperados associados à COOMAPEM no período da pesquisa, maior de 18 anos, dos sexos masculino ou feminino.

Como critério de exclusão, para os formulários tipo A e B, não faziam parte da pesquisa: ex-cooperados, menores de 18 anos e portadores de deficiência auditiva e visual.

O tratamento e análise dos dados foi realizado a luz dos referenciais teóricos pertinente ao estudo, portanto, os dados colhidos sobre o perfil socioeconômico dos cooperados foram codificados e armazenados em banco de dados do Programa Excel, para posterior análise estatística que consistiu da distribuição de frequências para variáveis. Quanto ao conteúdo colhido nos formulários de entrevistas, a análise se deu através da análise de conteúdo de Bardin (1977), definindo como um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitiram a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) das mensagens contidas nas entrevistas.

A pesquisa foi estruturada e organizada didaticamente em três capítulos. **O Capítulo I - Sustentabilidade socioambiental e a economia solidária na produção de malva e juta no Amazonas**, contempla a sustentabilidade socioambiental e a economia solidária na produção de malva e juta no Amazonas, permitindo uma revisão das categorias: sustentabilidade e economia solidária. **O Capítulo II - Uma reflexão sobre as políticas públicas de incentivo à produção**

de malva e juta no Amazonas, que aborda o panorama nacional e internacional de fibras vegetais, e discorre sobre a política nacional de garantia dos preços mínimos e os resultados obtidos no Amazonas com a política de subvenção econômica aos produtores de juta e malva e a política de distribuição de sementes de malva e juta. No **Capítulo III - O estudo de caso COOMAPEM: do processo produtivo da malva e juta, às questões socioambientais pelo olhar dos cooperados**, discorre sobre o estudo de caso COOMAPEM, no qual é caracterizado o *locus* da pesquisa, o perfil socioeconômico dos cooperados, a descrição do processo produtivo de malva e juta, e a perspectiva de melhoria sobre as políticas públicas de incentivo à produção de juta e malva, pelo olhar dos agricultores cooperados. Por fim, as considerações finais sobre o presente estudo.

CAPÍTULO I

SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E A ECONOMIA SOLIDÁRIA NA PRODUÇÃO DE MALVA E JUTA NO AMAZONAS

Refletir sobre o desenvolvimento¹ com sustentabilidade e as políticas públicas de desenvolvimento sustentável para o Amazonas, com ênfase na agricultura de malva e juta, requer entender sobre os acontecimentos políticos e econômicos, que resultaram em mudanças estruturais presente no mundo contemporâneo.

No Brasil, os principais acontecimentos políticos e econômicos, que influenciaram o desenvolvimento do país, segundo Costa (2010), foram: a crise do Estado Desenvolvimentista, que perdurou desde o início da década de 1950 até o final da década de 1970, o que resultou no desequilíbrio do setor público brasileiro e o fenômeno inflacionário; a crise do fordismo periférico, manifesto na crise da dívida no início da década de 1980 expressam mudanças significativas sobre o emprego e renda, dadas as políticas públicas, sobre os efeitos da globalização e da reestruturação produtiva no Brasil, que influenciada pela ideologia neoliberal fomentou a reestruturação produtiva, trazendo como principais características a redução da demanda por mão-de-obra, ao mesmo tempo em que exigiu maior qualificação e intensificou a exploração sobre a força de trabalho, além de ampliar o contingente de mão-de-obra excedente no mundo.

Os acontecimentos mencionados refletem os problemas ambientais socialmente produzidos e as expressões da questão social, quando da centralidade pelo sistema capitalista, nas relações econômicas em desfavor do desenvolvimento com sustentabilidade. O capitalismo ao longo dos anos sofre metamorfoses adaptando-se as discussões ideopolíticas de cada época, para Chesnais (2005), o capitalismo apresenta uma nova configuração, na qual o capital portador de juros está no centro das relações econômicas e sociais, capitando através de grandes

¹ Desenvolvimento, segundo Furtado (2000) é um processo de transformação, que engloba o conjunto da sociedade, através da introdução de métodos de produção mais eficazes para o aumento de bens e serviços para a coletividade, com a finalidade de atender a satisfação mais plena das necessidades humanas.

grupos industriais recursos financeiros à custa da precarização da mão de obra, acentuando as desigualdades sociais e os riscos socioambientais.

O capital continua, segundo Morin (2002), impondo a modernidade de maneira perversa nos países periféricos e a reproduzir as contradições sociais e ambientais, o que na perspectiva de Eriksson (1997) a sociedade não deveria ter o direito de fazer apostas com o futuro da humanidade, tal como fizeram a civilização industrial através do balanço nuclear, e do seu domínio nas trocas com o sistema natural, pois, os recursos naturais não são finitos, se não forem gerenciados com precaução.

Diante desse novo paradigma de crescimento da produção e as condições do planeta para prover esse desenvolvimento, surgiu à proposta de “desenvolvimento sustentável”, como alternativa para a emergência e difusão de um novo padrão de acumulação e reestruturação produtiva. Contudo, Cavalcanti (2009, p.154) questiona, se o desenvolvimento sustentável se tornou um paradigma para o progresso, e em que medida poderá realmente ser sustentável? Sustentabilidade de quê? Ou para quem? Uma vez que esse ideário é fruto de uma colisão de forças sociais, econômicas e políticas de base hegemônica.

1.1 – A evolução conceitual acerca do desenvolvimento sustentabilidade

A discussão acerca do “desenvolvimento sustentável”, que atualmente influencia na elaboração das políticas públicas de desenvolvimento sustentável, teve seu início na década de 1970, quando a atenção dada à problemática ambiental levou a uma ampla conceituação do desenvolvimento.

Segundo Sachs (2004,p.50) durante a preparação para a Conferência das Nações Unidas (ONU) de Estocolmo (1972), duas posições ideologicamente opostas foram assumidas, aqueles que preveem a abundância (the cornucopians), que consideravam descabida a preocupação com o meio ambiente, por defender que inibiria os esforços de desenvolvimento rumo à industrialização, e a segunda posição os catastrofistas (doomsayer), que defendia a imediata estagnação do consumo, para evitar a exaustão dos recursos minerais e naturais, além dos efeitos caóticos da poluição.

Na Conferência da ONU (1972), segundo Sachs (2004, p.52) foram descartadas as posições extremas, e houve a prevalência do consenso em manter o elemento ambiente para o

desenvolvimento, considerando que o crescimento econômico é necessário, porém ele deve ser socialmente receptivo e implementado por métodos favoráveis ao meio ambiente.

Nos anos seguintes, vinculou-se definitivamente o tema meio ambiente ao tema desenvolvimento, a partir do ano de 1974 o conceito de “ecodesenvolvimento” foi ampliado e divulgado por Ignacy Sachs, sendo apresentado por Maurice Strong à comissão da ONU em 1987, que por divergência ideopolítica da época, foi formalizado no relatório de *Brundtland* (MATOS, 1997), com o conceito anglo-saxônico “ desenvolvimento sustentável”, no qual apresentava uma preocupação com a política ambiental, a responsabilidade com as gerações futuras e com os problemas globais; propondo o desenvolvimento sustentável como um processo de mudança onde a exploração de recursos, os investimentos e o desenvolvimento, deveriam estar vinculados às necessidades das gerações atuais e futuras (BECKER, 1994).

Esta formulação, apesar de imprecisa e vaga, desencadeou muitas propostas de ação, desde aquelas ligadas ao ecologismo radical até as de visão liberal, provocando a adesão de um conjunto amplo de atores das mais variadas concepções ideológicas (MATOS, 1997).

Sachs ao ampliar o conceito de ecodesenvolvimento também fomentou a noção de sustentabilidade socioambiental, que segundo Nogueira (2013), esta pautada no pensamento ambiental latino americano, que tem como principal expoente Enrique Leff, cujo pensamento defende uma matriz discursiva de equidade, em que se articulam princípios de ecologia e de justiça social, limitando o uso indiscriminado de recursos orgânicos e não orgânicos do planeta, de forma a garantir a sobrevivência, das gerações futuras e das atuais

O objetivo do desenvolvimento segundo Sachs (2002), deveria ser o aproveitamento racional e ecologicamente sustentável da natureza em benefício das populações locais, levando-as a incorporar a preocupação com a conservação da biodiversidade aos seus próprios interesses, como um componente de estratégia de desenvolvimento. Pois, o problema da humanidade não é retroceder aos modos ancestrais de vida, mas transformar o conhecimento dos povos dos ecossistemas, decodificado e recodificar pelas etnociências, como um ponto de partida para a invenção de uma moderna civilização.

No conjunto das reflexões que corroboram para a emergência de um novo modelo de desenvolvimento Sachs (2002.p.54) aponta sete critérios que uma sociedade sustentável precisa observar no caminho do desenvolvimento sustentável, apresentados a seguir:

1. social propõe homogeneidade social, distribuição de renda justa, qualidade de vida e igualdade social;
2. cultural sugere equilíbrio, tradição e inovação, autonomia na elaboração de projetos nacionais integrados e a combinação entre confiança e abertura para o mundo;
3. ecológica propõe a preservação do capital natural e a limitação no uso desses recursos;
4. a ambiental engloba o respeito aos ecossistemas naturais;
5. a territorial que objetiva criar uma configuração urbana e rural balanceadas, com a melhoria do ambiente urbano, superação das disparidades inter-regionais, estratégias de desenvolvimento ambientalmente seguras para áreas ecologicamente frágeis.
6. a econômica aborda o equilíbrio econômico entre setores, a segurança alimentar, a modernização dos meios produtivos, a realização de pesquisas científicas e tecnológicas e a inserção na economia internacional;
7. a política nacional envolve a democracia, os direitos humanos e a implantação de projetos nacionais em parceria com os empreendedores; a política internacional trata da promoção da paz e da cooperação internacional, do controle financeiro internacional, da gestão da diversidade natural e cultural e da cooperação científica e tecnológica.

Para Sachs (2004.p,36), o conceito de ecodesenvolvimento, renomeado em desenvolvimento sustentável, aborda o desenvolvimento fundamentado na harmonia de objetivos sociais, ambientais e econômicos, o que requer segundo o autor (2002.p,73), um planejamento local e participativo, no nível micro das autoridades locais, em consenso com as ações governamentais.

Após a reflexão sobre o conceito de desenvolvimento sustentável que contemple a sustentabilidade voltada para uma forma de reestruturação social, observamos que o mesmo se encontra em processo contínuo de construção, e que colocar em prática as estratégias para o desenvolvimento sustentável, segundo, Godard (1997), depara-se com o desafio da gestão integrada dos recursos naturais, matéria-prima limitada, devido à divergência de interesses dos agentes sociais locais e internacionais.

Nesta concepção, o termo sustentabilidade é vislumbrando para o desenvolvimento do Amazonas com ênfase em políticas públicas, que promovam o real desenvolvimento sustentável nos critérios da sustentabilidade para a população amazônica, aliando conhecimento científico e tradicional nos modos produtivos locais, como resposta às questões socioambientais do Estado.

1.2 – A Economia Solidária e a produção das fibras vegetais: malva e juta, no Amazonas

Na Amazônia o aspecto histórico de desenvolvimento pelas políticas públicas, tiveram como principais objetivos: a integração da região ao território nacional e o desenvolvimento econômico com base na exploração dos recursos minerais, recursos naturais e da mão-de-obra, que deixaram o rastro de devastação ambiental, mas recentemente houve a aprovação do projeto matriz energética 2030 (2007), que prevê em duas décadas a instalação de 157 hidrelétricas nas principais bacias da Amazônia: Tapajós, Xingu, Madeira e Rio Negro, as proporções dos impactos socioambientais ainda não foram estimados, restando a preocupação com a população amazônica, que extrai dos rios os recursos para sua sobrevivência.

Atividades como agricultura da juta e malva realizadas pelos agricultores às margens dos rios, sofrem constante influência com a cheia natural dos rios, o quanto mais haverá de impacto socioambiental nesta agricultura com a intervenção acelerada do Governo pela geração energética no Brasil? A criação da Zona Franca² de Manaus, que atualmente compreende a concentração de empresas do Polo Industrial de Manaus, subtraiu mão-de-obra da atividade primária do Amazonas, além do crescimento populacional desordenado na cidade de Manaus.

Há necessidade de desenvolver o Amazonas através das políticas públicas de desenvolvimento sustentável para além do desenvolvimento econômico oriundo do Polo Industrial de Manaus, principalmente, no interior do Estado, que baseado em dados do censo IBGE (2010), possui uma população de 3,5 milhões de habitantes, sendo 79% urbana e 21%

² A Zona Franca de Manaus, criada pela Lei 3.173/57, e alterada pelo Decreto lei 288/67, surgiu a princípio com o intuito de substituição de importações de bens finais e formação de mercado interno. Posteriormente, em 1991 através da Nova Política Industrial e de Comércio Exterior, marcada pela abertura da economia brasileira, a Zona Franca ingressou na competitividade Industrial, sofrendo em 1996, nova adaptação à economia globalizada, dado os efeitos advindos do Plano Real, com o movimento de privatizações e desregulamentação.

rural, onde o setor primário do Amazonas é o ramo da economia que mais gera ocupação laboral. Sendo, 276 mil postos de trabalho, contra 206 mil do setor de serviços e 147 mil da indústria de transformação.

O estudo sobre o cooperativismo, no Amazonas, realizado no ano de 2004 por Nascimento (2013), revelou que os trabalhadores ante às crises de desemprego no Amazonas, oriundas, principalmente, da Zona Franca de Manaus, buscam no modo cooperativista uma nova alternativa para inclusão³ social. Muitos postos de trabalho surgem no interior do Amazonas com o apoio das cooperativas, que se deparam com o desafio de atender às demandas sociais de seus cooperados e de seu entorno e, ao mesmo tempo, desenvolver-se em conformidade com um mercado altamente competitivo.

As cooperativas integram o movimento Economia Solidária, que surgiu no final do século XX no Brasil, segundo Paul Singer (2002), no contexto de emergência do desemprego, precariedade das relações trabalhistas, crise estrutural do trabalho; tendo como base o novo cooperativismo, que se distingue pela volta aos princípios, atribuindo o grande valor a democracia e a igualdade dentro dos empreendimentos, insistindo a organização da atividade econômica pela autogestão e pela igualdade entre seus membros.

A economia solidária não é algo novo, segundo Paul Singer (2002), tem sua origem no início do século XIX, na Primeira Revolução Industrial, quando após a derrota de uma greve, tecelões criaram os princípios do cooperativismo, que se difundiu na Europa em 1844 com o surgimento da primeira cooperativa dos Pioneiros Equitativos de Rochdale, inspirada nos precursores ideológicos Owen, Fourier e Saint-Simon, clássicos do socialismo.

No Brasil foi criado em 2003 a Secretaria Nacional de Economia Solidária, fruto da articulação política dos movimentos sociais, através Fórum Brasileiro de Economia Solidária, vinculado a 27 fóruns estaduais. O estudioso da Economia Solidária no Brasil, Paul Singer (2002) denomina a economia solidária como outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual; o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), caracteriza a Economia Solidária como: “O conjunto de empreendimentos produtivos de iniciativa coletiva, com um certo grau de democracia interna e

³ O entendimento de Sposati (2006) quanto à exclusão social que é a apartação de uma inclusão pela presença da discriminação e do estigma social, pelo qual seu exame envolve o significado que tem para o sujeito, ou para os sujeitos, que a vivenciam.

que remunera o trabalho de forma privilegiada em relação ao capital, seja no campo ou na cidade”.

A economia solidária no Brasil, segundo Paul Singer (2002), abrange não somente empreendimentos em forma de cooperativas, mas também associações populares e grupos informais (de produção, de serviços, de consumo, de comercialização e de crédito solidário, nos âmbitos rural e urbano); empresas recuperadas de autogestão (antigas empresas capitalistas falidas recuperadas pelos/as trabalhadores/as); agricultores familiares; fundos solidários e rotativos de crédito (organizados sob diversas formas jurídicas e também informalmente); clubes e grupos de trocas solidárias (com ou sem o uso de moeda social, ou moeda comunitária); ecovilas; redes e articulações de comercialização e de cadeias produtivas solidárias; lojas de comércio justo; agências de turismo solidário; entre outras.

Sobre a autogestão, Benini (2011) esclarece: é ontologicamente oposta a heterogestão, uma vez que considera o trabalhador coletivo como mais que um item de produção, mas, sobretudo, sujeito por excelência de todo o processo produtivo. Portanto, à medida que o trabalho é posto como sujeito, teríamos a autogestão como base estruturante das organizações, tentando criar seus próprios meios organizacionais e institucionais de sustentação. A autogestão é um processo ainda em evolução, contendo todas as contradições próprias de um novo sistema em formação, logo, é nesse ponto que desperta a busca nas relações de trabalho de base autogestionária, no capital, para tornar-se um movimento de contestação do sistema orgânico do capital, capaz de converter-se em um novo sistema orgânico do trabalho.

As cooperativas têm crescido mundialmente, de tal de forma que o levantamento em 2012 da Aliança Cooperativa Internacional (ACI), estimou em aproximadamente 1 bilhão de membros cooperados em 90 países do mundo. No Brasil, estima-se em 30 milhões de pessoas envolvidas com o cooperativismo. Na Região Norte, o censo da OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras) de 2011, revelou que o índice corresponde a apenas 12% do total de cooperativas presentes no Brasil, com isso, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA (2012) enfrenta o desafio de ampliar o índice de participação em entidades associativas e cooperativas no Brasil, que em outros países é de cerca de 40%.

A contribuição das cooperativas no setor agropecuário do Amazonas é significativa, segundo o levantamento da OCBAM (2012), foram identificadas 51 cooperativas espalhadas em 34 municípios, totalizando 4.012 cooperados e 486 empregados. O ramo agropecuário, no Amazonas, diferencia-se das demais regiões. A média de idade das cooperativas agropecuárias

amazonenses é de aproximadamente 15 anos e a sua principal característica é a área de atuação limitada à comunidade que está inserida ou, no máximo, ao município. Isso se deve, principalmente, às grandes extensões dos municípios e às peculiaridades logísticas (acesso por rio e impossibilidade de acesso terrestre), o que dificulta o surgimento de cooperativas com maior volume de cooperados e escala maior de produção.

A produção das cooperativas agropecuárias, no Amazonas, é voltada, principalmente, para o mercado local e os principais produtos são frutas (abacaxi, cupuaçu, açaí, castanha-da-Amazônia, laranja e maracujá), hortigranjeiros, fibras vegetais (juta e malva), guaraná, cacau nativo, peixes e outros.

Um diagnóstico preliminar da Secretaria de Estado da Produção Rural – SEPROR⁴, responsável pela formulação, coordenação e implementação da política estadual de desenvolvimento rural integrado, permitiu constatar que o setor primário do Amazonas passa por problemas estruturais históricos, dentre os quais a falta de tradição agrícola, a ausência de uma coordenação explícita no setor e a carência de um arcabouço legal, o que tem contribuído para a pulverizar ações, recursos e reduzir o alcance dos resultados.

Neste contexto, o Governo do Amazonas criou o programa Amazonas Rural (2012), disciplinado por leis aprovadas nos dias 29 e 30 de agosto de 2012, com o objetivo de criar oportunidade no meio rural e abastecer as cidades com alimentos, enfoque na diversificação da produção, da sustentabilidade ambiental, da eficiência econômica, da contemporaneidade científica e tecnológica, e da justiça social.

Nas ações do Governo pelo programa Amazonas Rural, a autossuficiência do Estado na produção de fibras vegetais: malva e juta, é um desafio, frente as demandas do mercado e a necessidade de manter a atividade agrícola de malva e juta no Amazonas, que contempla em sua cadeia produtiva 11 municípios: Anamã, Anori, Beruri, Caapiranga, Coari, Codajás,

⁴ A SEPROR para compor no Ano de 2015, o sistema SEPROR é composto por todos os órgãos e ações essenciais ao desenvolvimento da produção rural no Amazonas. Compreende a terra/espaço físico, o licenciamento ambiental, fomento (crédito, alevinos, sementes, vacinas, implementos, etc.), a assistência técnica e extensão rural, o escoamento da produção, a armazenagem, o beneficiamento (agroindústrias) e a comercialização. Assim, além da própria SEPROR e suas vinculadas (SEPA, IDAM e CODESAV), integram este sistema o ITEAM, o IPAAM, a AFEAM, o Banco da Amazônia (BASA), o Banco do Brasil e a ADS.

Iranduba, Itacoatiara, Manacapuru, Manaquiri e Parintins, com destaque para o município de Manacapuru, que desde 2010 representa mais de 50% da produção do Estado.

A cadeia produtiva de malva e juta, no Amazonas, é incentivada, principalmente, pelas cooperativas de Manacapuru, que desempenham importante papel junto aos agricultores, no processo de distribuição das sementes de malva e juta, apoio logístico para o escoamento da produção, beneficiamento e comercialização, e enfrentam problemas como: a competitividade do mercado, preço baixo, estrutura de produção e o ciclo das águas que dificulta a produção da malva e juta.

A economia da jiticultura, segundo Benchimol (2010, p.835), foi a primeira experiência de agronegócio amazônica bem sucedida, que iniciou no ano de 1937, quando da aclimação da juta (*Corchorus capsularis*) pelos colonos japoneses ligados à Companhia Industrial Amazonense (Amazônia Sangyo Kabushiki Kaisha), com o plantio da juta com sementes procedentes de São Paulo e do Japão, na Vila Amazônia, comunidade ribeirinha do Município de Parintins, difundindo-se rapidamente nas pequenas e médias propriedades familiar dos agricultores do Baixo e Médio Amazonas, povoando as várzeas de Alenquer, Óbidos, Santarém, Oriximiná, Parintins, Urucurituba, Urucará, Barreirinha, Itacoatiara, Manaus e Manacapuru.

As dificuldades pela aquisição das sementes de juta oriundas do Pará, fizeram surgir o cultivo da Malva (herbáceas da família Malvaceae), que desenvolveu em terra firme na zona Guajarina e Bragantina, chegando a atingir o cultivo nas margens do Médio Amazonas.

De acordo com Homma (1998), a espécie malva roxa *Urena lobata* L., é encontrada em várias partes do mundo tropical, recebendo muitas denominações. Na República Democrática do Congo, é conhecida como Congo Jute; no Peru, Jute; no Ceilão, Patta-appelle; na Índia, Banochra; nos Estados Unidos, Caesar weed ou Cokleburr; na Venezuela, Cadilla ou Cadillo; em Madagascar, Paka, e, finalmente, no Brasil como malva.

No período de 1937 a 1973, segundo Benchimol (2010) foram produzidas 50.000 toneladas, totalizando uma área plantada de 58.306 hectares nos Estados do Amazonas e Pará, correspondendo a uma produção estimada de 1.067 kg/ha. Acrescentando ao processo de agricultura da juta e malva o apoio governamental desde 1976, através da extensão do crédito rural, garantia dos preços mínimos, distribuição das sementes, facilidade de comercialização e o processo de industrialização pelas fábricas de tecelagem instaladas nas cidades de Manaus,

Parintins, Santarém e Belém contribuíram para a democratização desse setor de agroindústria para os mais de 40 mil agricultores.

A agricultura de malva e juta no Amazonas ocupou papel relevante na economia até a segunda metade da década de 1980, passando por um processo de declínio em função do surgimento de produtos alternativos, fibras sintáticas para a confecção de embalagens (sacarias e similares), além da importação de fibras de outros países, como, Índia e Bangladesh. Esses fatores passaram a refletir nos preços pagos aos produtores, recebendo ofertas de preços cada vez menores pelas fibras produzidas; mais uma vez a pressão do sistema capitalista por preços baixos e a precarização da mão-de-obra, em desfavor dos fatores socioambientais.

Atualmente, a produção da malva e juta no Amazonas passa por um processo de revitalização, segundo a Cooperativa Mista Agropecuária de Manacapuru - COOMAPEM (2014), iniciou em 2004 impulsionado pelas pressões ambientalistas sobre os diversos segmentos do mercado com produtos à base de fibras.

Esta mudança, no cenário produtivo de fibras vegetais sem impacto ambiental, permitiu uma maior participação das cooperativas na cadeia produtiva de malva e juta no Amazonas, proporcionando a geração de empregos, diretos e indiretos no período da safra, beneficiando os cooperados e diversas famílias da região. Esse é o grande diferencial das cooperativas em relação às demais empresas mercantis, o que segundo Cançado e Gontijo (2004), faz das cooperativas sociedades de pessoas e não de capital.

CAPÍTULO II

UMA REFLEXÃO SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCENTIVO A PRODUÇÃO DE MALVA E JUTA NO AMAZONAS

A reflexão acerca das políticas públicas de incentivo à produção de malva e juta, no Amazonas, requer uma visão panorâmica do mercado internacional e nacional, quanto à demanda e oferta das fibras vegetais, comercializada para as fábricas têxteis, que as utilizam na fabricação de papel, vestuário, barbantes, cordas, cortinas, fios, forração de estofados, fundo de tapetes, lonas, telas para artesanatos e, principalmente, na confecção de sacaria para acondicionamento de produtos agrícolas, como: o café, o açúcar, a castanha-de-caju e o cacau.

As fibras de malva e juta podem ser consideradas as fibras do futuro por serem biodegradáveis, e as pesquisas realizadas indicarem novas aplicações, exemplificadas nos relatos da CONAB (2007) como o uso das fibras para fins geofísicos na contenção de encostas das estradas e elevados, evitando a erosão, ou então o uso na mistura com resinas sintéticas, com características de resistência e isolamento térmico, podendo ser utilizado na fabricação de peças para a indústria automotiva (carrocerias, painéis e molas) e aeronáutica, de barcos, de construções residenciais (caixas d'água, telhas), entre outros.

As aplicações diversificadas das fibras de juta e malva, a muito são visadas pelo comércio internacional, os principais países produtores, segundo a CONAB (2007) são: Índia, Bangladesh, China e Tailândia. No Brasil, o mercado nacional tem sua demanda atendida parcialmente, pela produção dos Estados do Amazonas, Pará e Maranhão.

A FAO (2009)⁵ lançou oficialmente o Ano Internacional das Fibras Naturais em 2009, com forte apelo para o mercado internacional para o uso preferencial de fibras naturais e não das fibras sintético, frisando que os benefícios sobre o aspecto ambiental e sobre tudo pelo aspecto social; as fibras em alguns casos, são responsáveis por até 50 por cento das exportações de alguns países do mundo em desenvolvimento, nos quais os agricultores e processadores

⁵ FAO, sigla de Food and Agriculture Organization, é uma organização das Nações Unidas cujo objetivo é aumentar a capacidade da comunidade internacional para de forma eficaz e coordenada, promover o suporte adequado e sustentável para a Segurança Alimentar e Nutrição global. Para isso, realiza programas de melhoria da eficiência na produção, elaboração, comercialização e distribuição de alimentos e produtos agropecuários, além de projetos que contribuam para a redução da pobreza rural e o crescimento econômico global.

dependem de rendimentos das vendas e exportações como principal fonte de renda e para a sua segurança alimentar.

A produção de fibras de origem animal e vegetal é um setor importante para os agricultores de todo o mundo, estima na ordem dos 40 mil milhões dólares por ano, dentre as principais fibras naturais destaca-se: algodão, linho, cânhamo e juta.

No mundo, dados da FAO (2009) revelam que a cada ano, cerca de 30 milhões de toneladas de fibras naturais são de origem animal e vegetal, da China (seda) para o Andes (alpaca). A fibra vegetal muito mais generalizada no mundo é o algodão, com uma produção anual de cerca de 25 milhões de toneladas. A lã, é uma fibra de origem animal produzida em mais de 100 países, com destaque para a Austrália, responsável por cerca de um quarto do total, e o Brasil, que produz 2,2 milhões de toneladas ano. A juta, derivada do caule de plantas do gênero *Corchorus*, é a segunda fibra vegetal para o volume de produção (2.3 / 2.8 milhões de toneladas), mas em termos de ganho é muito menos do que a lã.

Na região Amazônica, a produção de juta⁶ e malva chegou a ser considerada nas décadas de 1960 a 1980, segundo SANTOS (1980) das principais riquezas da economia agrícola, sobretudo no Amazonas e Pará, promovendo a geração de emprego e renda, tanto no interior dos Estados, quanto nos processos de comercialização e industrialização.

O declínio da produção deu-se em função do surgimento de produtos alternativos para a confecção de embalagens (sacarias e similares), além da importação de fibras de outros países, como, Índia e Bangladesh.

2.1 - Panorama Internacional das fibras vegetais: malva e juta

O panorama Internacional das fibras vegetais: malva e juta, é possível desvelar através de informações da CONAB⁷, da FAO e dos relatos de Naves (2015), a conjuntura mundial das

⁶ A juta, segundo Fagundes (2002), foi trazida da Índia para o Brasil em 1930 por imigrantes japoneses, sendo adaptada em 1934 às condições brasileiras pelo Sr. Ryota Oyama no município de Parintins no Amazonas.

⁷ A CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento - é uma empresa pública criada em 1990, entrando em funcionamento em 1º de janeiro de 1991. Essa Companhia brasileira atua na política agrícola e de abastecimento no país, sendo um instrumento pelo qual o Governo Federal intervém na economia.

fibras vegetais, na qual os países produtores de juta e malva por volume de produção no período de 1990 a 2012, são: Índia, Bangladesh, China, Tailândia e o Brasil.

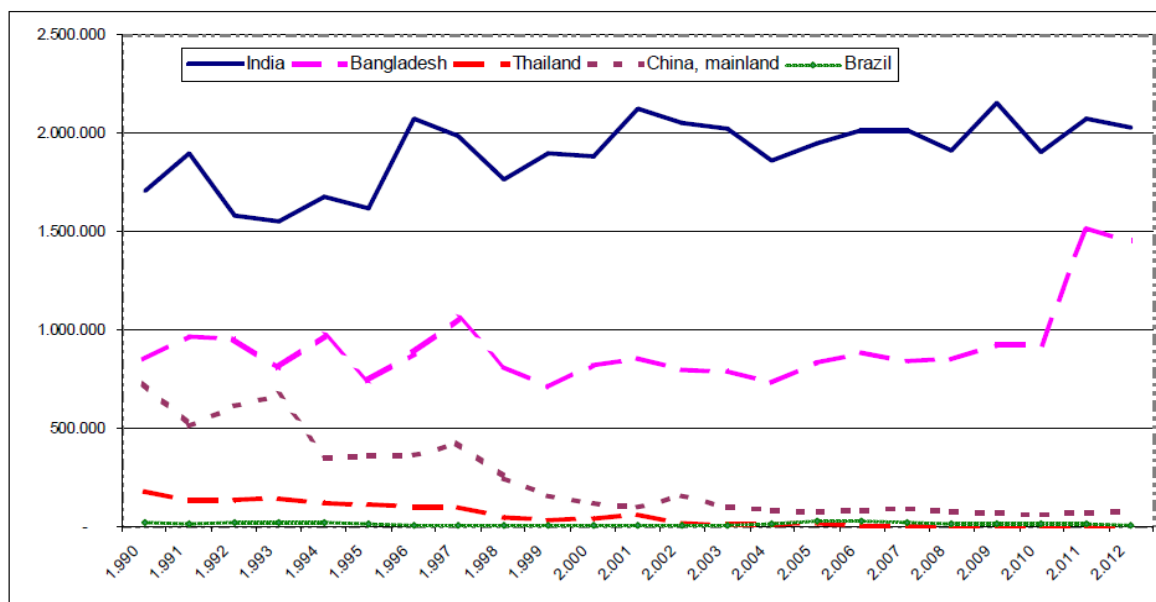


Gráfico 1: Juta Malva – Produção Mundial – Principais produtores.

Fonte: CONAB e FAO, 2014.

Informações da FAO e CONAB (2013) revelam que a produção mundial de malva e juta na safra 1997/1998 foi de 3,0 milhões de toneladas, e nas safras de 2002/2003 e 2003/004 foi de cerca de 2,75 milhões de toneladas, quantia suficiente para atender à demanda mundial.

Na safra de 2003/2004 foi de 2,80 milhões de toneladas e a produção da safra 2004/2005 de fibras de juta e mala alcançou cerca de 2,52 milhões de toneladas. O declínio de 10% ocorrido na safra 2004/2005 confirma a tendência de queda na produção de fibras nos principais países produtores, notadamente a partir da safra 1997/1998, quando foram alcançados 3,0 milhões de toneladas – quantia 19,0% superior a safra de 2004/2005.

O Brasil ocupa desde 2005, segundo Naves (2015), o posto de quarto maior produtor. Naquele ano ultrapassou a Tailândia cuja produção vem em contínua queda desde os anos 60.

Na safra de 2010/2011 o volume girava em torno de 3 milhões, similar à produção obtida na safra de 2011/2012 que foi de 3,8 milhões de toneladas. Nesta safra, a produção mundial da fibra apresentou um incremento de 26%, decorrente do aumento da produção de Bangladesh, que continua na posição de segundo maior produtor, com um volume de 1,4 milhão

de toneladas, correspondente a 39% do total global. A Índia é o maior produtor mundial com uma produção de 2 milhões de toneladas que correspondem a 54% do total produzido no mundo. O terceiro maior produtor da fibra é a China, com somente 2% da produção mundial, como pode ser observado no Gráfico 1, com produção decrescente.

A produção mundial de juta malva no ano de 2012/2013 foi da ordem de 3,7 milhões. A produção brasileira foi de 9,9 mil toneladas em 2012, o que corresponde a 0,26% do total mundial. Os motivos que explicam a queda, segundo Naves (2015), foram decorrentes dos baixos preços alcançados na comercialização da fibra no mercado internacional, na última década, da concorrência com os fios sintéticos e da existência de fatores climáticos desfavoráveis nas áreas de produção, principalmente excesso ou falta de chuvas.

2.2 - Panorama Nacional das fibras vegetais, malva e juta

No Brasil, o cultivo das fibras de malva e juta ocorre na região norte, é realizado em terras firmes do Pará e nas calhas dos rios da região amazônica. No período do ano de 2000 até 2014 foram produzidas 159.088 toneladas de fibras de malva e juta no Brasil, dos quais o Estado do Amazonas produziu 74%, o Pará 25% e o Maranhão 1%, conforme demonstrado no Gráfico 2.

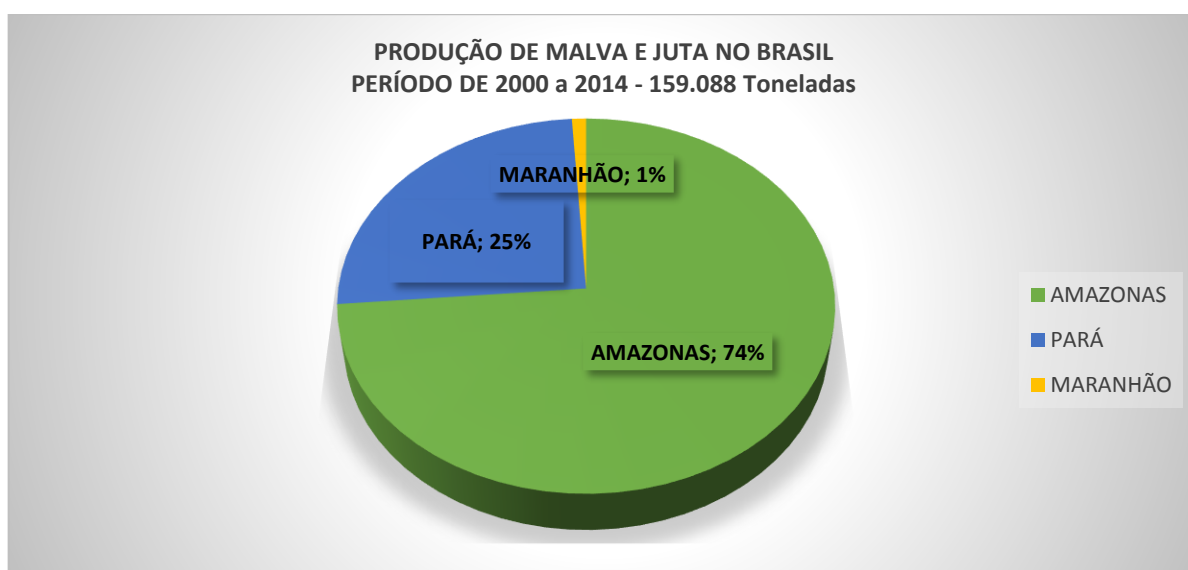


Gráfico 2: Produção Malva e juta no Brasil (2000 a 2014).
Fonte IDAM, CONAB. Organização: Geisiane Soares, 2015.

Contudo, a crescente demanda brasileira por sacaria de juta malva pelos agentes econômicos das cadeias do café, batata, cebola e outros, vêm sendo suprida com importações de fibra in natura e com volumes crescentes de fios e tecidos, conforme demonstrado na tabela 1.

PRODUTO	Ano 2010	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013	Ano 2014
Tecidos	34.272	226.801	128.383	56.286	2.673.264
Sacaria	363.780	2.083.700	117.896	84.316	2.594
FIBRA	10.568.320	8.263.663	3.491.841	1.504.005	5.821.543
Fios Simples/ Torcidos	3.339.931	5.810.214	4.973.254	2.448.721	5.085.685
TOTAL (toneladas)	14.306.303	16.384.378	8.711.374	4.093.328	13.583.086

Tabela 1: Malva e Juta – Produtos Importados (2010 a 2014)

Fonte: MDCI/Secex, CONAB (2013) Organização: Geisiane Soares,2015.

No gráfico 3, elaborado a partir de dados da CONAB, demonstra a evolução em toneladas das importações de fibras vegetais, e desde o ano de 2006, a quantidade importada é superior a produzida nacionalmente, o que implica na redução da capacidade produtiva das fibras de juta e malva no Brasil.

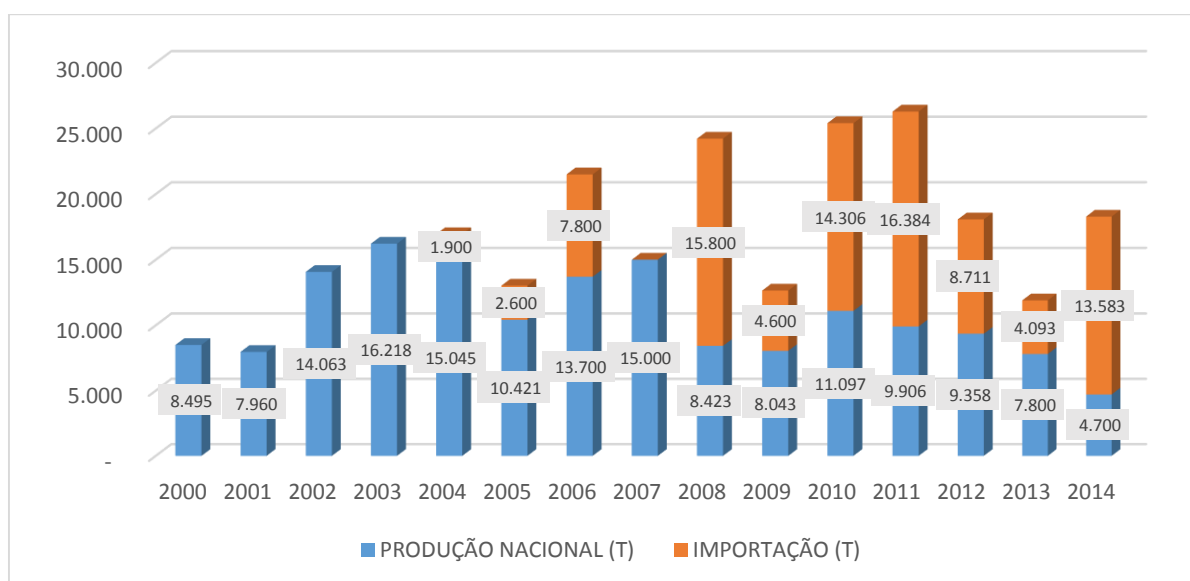


Gráfico 3: Produção Nacional e Importação (2000 a 2014).

Fonte: CONAB,2015. Organização: Geisiane Soares,2015.

No ano de 2005 a produção foi de 10.421 toneladas, registrando uma queda de 30,7% em relação ao ano de 2004, quando foi produzido 15.045 toneladas.

A baixa na produção da safra 2004/2005 é explicada pela CONAB, em decorrência dos seguintes fatores:

- Condições climáticas desfavoráveis, com ocorrência de enchentes nas bacias hidrográficas da região amazônica e consequente perdas de lavouras;
- Demora das empresas de aniagem em sinalizar que atuariam no mercado adquirindo fibras (estavam abastecidas de matéria-prima), bem como a que preço;
- Dificuldade do produtor em comercializar sua fibra pós-colheita;
- Perdas de produtividade decorrente do corte prematuro das plantas e qualidade das sementes.

A insuficiência nacional em suprir a demanda, repercutiu nas importações de fibras e manufaturados em 2005, segundo a CONAB (2007), efetuados pelas indústrias nacionais alcançaram 2,6 mil toneladas, ao custo de 2,1 milhões de dólares, internalizados através dos seguintes produtos: fios, 86,9%; tecidos, 9,2% e sacos, 3,9%. A importação no ano de 2005, foi amenizado pelo desempenho da produção nacional de fibras em 2003 e 2004, que alcançou cerca de 16,218 mil toneladas e 15,045 mil toneladas, respectivamente, permitindo que as indústrias de aniagem recompusessem seus estoques de matéria-prima.

No ano de 2006, a produção de fibras atingiu 13.700 toneladas, 31,46% maior que a de 2005, segundo a CONAB (2007), essa rápida recuperação na produção foi decorrente do retorno dos fatores climáticos à normalidade, propiciando a volta da cultura nas várzeas e o aumento na área disponível para o plantio, para a qual houve a disponibilidade de 163 toneladas de sementes de malva e juta.

Contudo, a produção nacional no ano de 2006 não foi suficiente para atender a demanda nacional, estimada pela CONAB (2007) em cerca de 21.500 toneladas, sendo complementada pela importação de 7.800 toneladas de fibras de malva e juta.

Em 2007, a produção nacional atingiu 15.000 toneladas contra 8.423 toneladas produzidas em 2008, o que significou um declínio na produção nacional de 43,84%, consequência de fatores climáticos desfavoráveis à produção, o elevado índice de 15,80% de produtos importados de fibra, os preços baixos comercializados com os agricultores de malva

e juta e a baixa capacidade dos produtores de se beneficiarem de linha de crédito, face à elevada informalidade e inadimplência do setor.

No ano de 2011, o Brasil importou, cerca de 16,384 mil toneladas de fibras de países como a Bangladesh e Índia, segundo a CONAB (2012), correspondendo a 62% do consumo nacional, atendido parcialmente com uma produção nacional de 9.906 toneladas de fibras de malva e juta.

Desde de 2011 a 2014, houve sucessivas quedas na produção nacional das fibras de malva e juta, em 2014 a produção brasileira representou 36% do consumo interno, enquanto as importações supriram 64%, totalizando 13,5 mil toneladas de produtos importados (tecidos, sacarias, fios e fibra), o que segundo dados da CONAB (2013) resultou no dispêndio de US\$ 13,7 milhões de divisas, recursos financeiro que saem do Brasil com destino aos países fornecedores, como a Índia e Bangladesh, proporcionando benefícios econômicos e sociais.

Segundo a Naves (2015), no ano de 2014, a produção foi baixa no Brasil devido aos seguintes fatores: insuficiente oferta de sementes, alto índice de inadimplência dos produtores com linhas creditícias como o Pronaf⁸, fatores climáticos desfavoráveis como as enchentes dos rios, e a redução na capacidade das cooperativas em adquirir maiores volumes produzidos pelos produtores, esse fator foi agravado no ano de 2013, pela perda de mais de 700 toneladas no acidente ocorrido no armazém da COOMAPEM.

O presente panorama nacional demonstra um déficit entre o consumo industrial, face às demandas crescente das cadeias de café, cebola e outras; e a insuficiente produção nacional, resultando na necessidade de elevar o volume de importações de fibra e fios de malva e juta, o que impacta de forma negativa sobre os fatores social e econômico da cadeia produtiva da malva e juta.

Do ponto de vista geopolítico e da macroeconomia brasileira, Naves (2015) ressalta que o país ao se tornar um importador sistemático de fibra e de subprodutos manufaturados, eleva os gastos de divisas em detrimento da produção, emprego e renda de milhares de brasileiros que encontram na produção da malva e juta a principal fonte de renda.

⁸ O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), destina-se a estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão de obra familiar, por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas. (Banco Central,2015).

2.3 - A Política Nacional de Garantia de Preços Mínimos e os preços das fibras de malva e juta

A Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM, de acordo com a CONAB (2015), ampara vários produtos agropecuários através do preço mínimo fixado pelo Governo Federal, conforme o Decreto-Lei nº 79 de 1966 instituiu normas para fixação de preços mínimos e aquisição de produtos agropecuários; a CONAB elabora e operacionaliza os Preços Mínimos em 32 municípios no Brasil.

A finalidade da política é garantir que o agricultor receba um preço mínimo para cobrir os custos da safra. Quando o preço de mercado está abaixo do mínimo, o governo realiza leilões, como os de Prêmio de Escoamento de Produto e Aquisição do Governo Federal para permitir que esses valores cheguem pelo menos, ao patamar estipulado na Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM). Atualmente, 34 produtos estão incluídos na política governamental, entre eles arroz, feijão, milho, trigo, algodão, uva, sisal, soja, juta, malva, borracha e leite.

Vinculado a política de garantia de preços mínimos foi criado em 2006 o Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar – PGPAF, que visa garantir aos agricultores familiares que têm financiamento no âmbito do PRONAF a indexação do financiamento a um preço de garantia igual ou próximo do custo de produção e nunca inferior ao estabelecido na Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM.

O PGPAF contemplava em 2006 apenas seis produtos e desde a safra agrícola de 2009/2010, o PGPAF passou a abranger 36 produtos, sendo: açaí, algodão (caroço), alho, amendoim, arroz, babaçu, borracha Bioma Amazônia, borracha natural, café arábica, café conilon, caprinos, cará, castanha de caju, castanha do Brasil, cebola, cera de carnaúba, feijão, girassol, inhame, juta, leite, malva, mamona, mandioca, milho, ovinos, pequi, piaçava, pimenta do reino, pó cerífero de carnaúba, sisal, soja, sorgo, tomate, trigo e triticale.

No Amazonas os preços mínimos praticados pelo mercado para a comercialização das fibras de juta e malva, tipo 1 e 2, no período de 2012 a 2014 no Amazonas, podem ser observadas no gráfico 4, elaborado a partir de informações da CONAB.

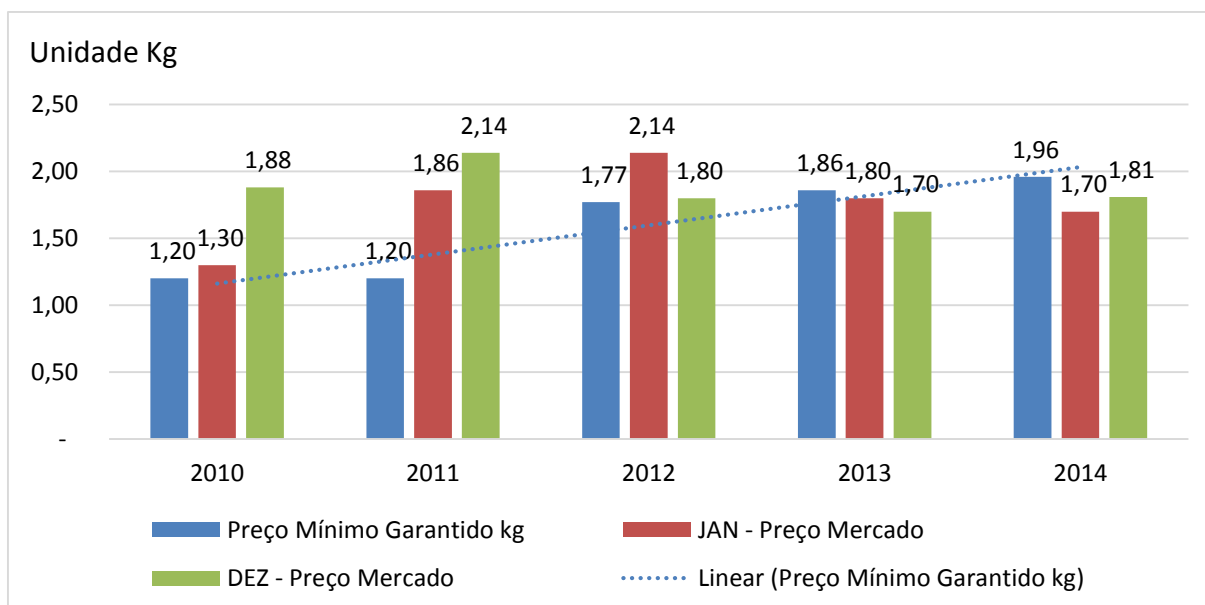


Gráfico 4: Preços das Fibras, Tipo 1 e 2 no Amazonas
Fonte: CONAB 2015. Organização: Geisiane Soares, 2015.

A evolução dos preços mínimos praticado pelo Governo no período de 2010 a 2014, representou um aumento de 42% nos preços das fibras, e com a melhoria da qualidade das fibras, decorrente da obrigatoriedade da classificação no processo de pagamento da subvenção econômica, as fibras dos tipos 3 e 4 tiveram uma redução significativa, resultando na prevalência dos tipos 1 e 2.

O preço pago aos produtores no ano de 2012, foram balizados pelo preço mínimo do Governo, variando entre R\$ 1,80 a R\$ 2,14. Contudo, é importante frisar que a média de preço nacional estimada pela CONAB, não considera o custo da logística, que reduz o valor real recebido pelo agricultor, uma vez, que o preço pago com a retirada das fibras diretamente no paiol do agricultor é menor que o valor do quilo pago, quando entregue no porto das indústrias.

Muitos agricultores familiares, por não possuir embarcações apropriadas para o transporte de fibras, comercializam seus produtos na sua propriedade criando uma dependência logística do atravessador, esse cenário é alterado no caso de agricultores cooperados, que por contar com embarcação da cooperativa, ajuda a reduzir o custo com a logística do produto, ainda que o produtor arque com os custos referente ao combustível utilizado na embarcação.

No ano de 2013, o preço pago pelo mercado não foi balizado pelo preço mínimo do Governo, que sofreu reajuste de 5%, tem-se uma situação conjuntural que requer a atuação

governamental para garantia da renda ao produtor, através da Política de Garantia do Preço Mínimo.

Os preços recebidos pelos produtores em 2014, no mês de dezembro, em termos nominais, foram de 7% superiores ao mesmo período de 2013. Tal incremento, foi impulsionado face ao reajuste do preço mínimo, em relação ao da safra anterior, pois, as indústrias têm como parâmetro de compra o preço mínimo governamental. Contudo, não foi suficiente para atingir o preço mínimo vigente estipulado pelo Governo em R\$ 1,96 kg.

Em face, de tal conjuntura, relatos da CONAB (2014) informam que foi realizada, em 28/01/2012, uma reunião na CONAB com representantes da cadeia produtiva de juta e malva, sobre a qual foi deliberada a provisão de recursos para aquisição por AGF de até 2 mil toneladas de juta e malva para o mês de fevereiro 2013. O montante alocado foi de R\$ 3,7 milhões, que embasada na diretriz governamental, Decreto 7.746, de 05/06/2012, que estabeleceu “critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, nas contratações realizadas pela Administração Pública”, autoriza a compra de bens que adotem práticas de sustentabilidade, como se caracterizam a juta e a malva.

Em termos reais, os preços recebidos pelos produtores são declinantes desde dezembro de 2012 a dezembro de 2014, em relação aos anos anteriores. Portanto, face sua importância socioeconômica e auspicioso cenário de aumento da demanda mundial por fibras naturais e por produtos com sustentabilidade, a cultura de juta e malva demanda e carece de ações conjunturais, entre elas, a de sustentação de renda como é a PGPM, e estruturais, como o fomento na produção de sementes, melhorias das condições de trabalho e no desfibramento.

2.4 - As políticas públicas de incentivo à produção de malva e juta no Amazonas

As políticas públicas, segundo Souza e Barros (2007), são ações de iniciativa governamental de interesse público, que devem ser construídas com a coletividade e para ela, cuja efetivação depende de quatro fatores fundamentais, a saber: base da legislação; aparato institucional com recursos e infraestruturas suficientes; planejamento (programas⁹, planos, projetos e metas); e controle social (participação dos cidadãos através de instâncias colegiadas).

As políticas são classificadas, segundo Pereira (2012) em: **Políticas sociais tradicionais** (educação, saúde, cultura, transporte, habitação, entre outros); **Políticas estruturais de promoção do desenvolvimento** (política industrial, ambiental, agrícola, construção civil, entre outras) destacamos nesse item as políticas públicas deste voltadas para o desenvolvimento e incentivo à produção de juta e malva no Amazonas; e **Políticas compensatórias ou reparadoras e redistributivas** – são políticas que em geral, possuem um caráter emergencial ou paliativo, a exemplo: políticas de combate aos efeitos das secas ou das enchentes, políticas de quotas para negros nas universidades, fome zero, bolsa-escola, redução da pobreza, entre outras.

Portanto, as políticas públicas são formas de intervenção do Estado, através de mecanismos de participação, que serve de orientação para instrumentalizar, regular e amparar a produção agrícola nacional, considerando a agricultura como o setor econômico de maior interferência do Estado, pois, além de ser a atividade de maior risco (clima, mercado) é a fornecedora de matéria prima e alimentos para a nação.

No Brasil, a política agrícola tem por base a LEI n° 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que dispõe de ações e um conjunto de instrumentos utilizados pelo poder público para propiciar os meios de que a iniciativa privada necessita para ser capaz de promover o crescimento mais acelerado da competitividade das cadeias produtivas do agronegócio brasileiro.

Tais instrumentos de política podem variar no tempo em função das dinâmicas de produção e de mercado, de acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA (2005), responsável pela gestão das políticas públicas de estímulo à agropecuária, pelo fomento do agronegócio e pela regulação e normatização de serviços vinculados ao setor; os

⁹ As políticas transformam-se em programas quando é explicitada a estratégia de implementação e, por uma ação de autoridade, são criadas condições iniciais para a sua implementação (Silva; Costa, 2002). Portanto, o programa é um conjunto de atividades organizadas para serem realizadas dentro de cronograma e orçamento específicos disponíveis para a implementação de políticas, ou para a criação de condições que permitam o alcance de metas políticas desejáveis (Ala-Harja; Helgason, 2000).

principais instrumentos utilizados são: Contrato de Opção de Compra de Estoques Públicos; Seguro Rural e os Títulos de Crédito - Títulos de Crédito Lastreados em Produção Depositada (Certificado de Depósito Agropecuário (CDA); Títulos de Refinanciamento Lastreados em Recebíveis do Agronegócio (Certificado de Direitos Creditórios no Agronegócio (CDCA), Letra de Crédito do Agronegócio (LCA), Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA), Nota Comercial do Agronegócio (NCA) e o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural, instituído pela Lei 10.823, de 19 de dezembro de 2003, e pelo Decreto 5.121, de 30 de junho de 2004, que contempla a política de subvenção econômica.

No Amazonas, a formulação, coordenação e implementação da política estadual de desenvolvimento rural integrado são responsabilidades da Secretaria de Estado da Produção Rural - SEPROR, que foi extinta em 1995, deixando uma lacuna histórica nas ações articuladas do sistema de produção rural no Amazonas, e foi recriada em março de 2003 pela Lei 2.783/03, passando a realizar ações de planejamento da produção rural para fomento das cadeias produtivas no Amazonas.

O programa de Governo Amazonas Rural (2012) foi criado em 2012 com o objetivo de criar oportunidade no meio rural e abastecer as cidades com alimentos, com enfoque na diversificação da produção, da sustentabilidade ambiental, da eficiência econômica, da contemporaneidade científica e tecnológica, e da justiça social. Sendo priorizado nas ações do Governo a autossuficiente na produção de fibras vegetais (malva e juta), como resposta às demandas do mercado e a necessidade de manter a atividade agrícola de malva e juta no Estado.

Em 2014, foi criado o sistema SEPROR que gerencia as ações políticas sobre as lavouras temporárias¹⁰ e permanentes do Amazonas. O sistema SEPROR é composto por todos os órgãos e ações essenciais ao desenvolvimento da produção rural, que compreende a terra e espaço físico, o licenciamento ambiental, fomento (crédito, alevinos, sementes, vacinas, implementos, etc.), a assistência técnica e extensão rural, o escoamento da produção, a armazenagem, o beneficiamento (agroindústrias) e a comercialização. Assim, além da própria SEPROR e suas vinculadas (SEPA, IDAM e CODESAV), integram o sistema o ITEAM, o IPAAM, a AFEAM, o Banco da Amazônia (BASA), o Banco do Brasil e a Agência de Desenvolvimento Sustentável Amazonas – ADS.

¹⁰ Segundo Santos et al (2002) a Ciência Agrônoma define as culturas como de ciclo temporário, semipermanente e permanente. As culturas temporárias são aquelas, cujo ciclo produtivo se prolonga até o máximo um ano, como por exemplo os cultivos de soja, trigo, arroz, tomate, aveia, malva e juta.

Na tabela 2, consta a relação das lavouras temporárias do Amazonas no Ano de 2013, dentre as quais a lavoura de malva destaca-se com 22% de aumento em relação a produção do ano de 2012.

Lavoura Temporária	Área Plantada (ha)	Área colhida (ha)	Produção anual	Varição 2012-2013	Rendimento médio / há	Preço médio ao produtor (R\$)
Abacaxi (mil frutos)	4.096	3.842	78.447	13%	20,4	R\$ 1.298,00
Alface (mil pés)	342	342	51.468	-3%	55	R\$ 1.360,00
Arroz (t)	3.436	3.405	8.201	-36%	2,41	R\$ 1.011,00
Batata-cará (t)	404	404	4.813	24%	12	R\$ 1.300,00
Batata-doce(t)	371	359	5.567	-2%	12	R\$ 1.120,00
Cana-de-açúcar (t)	4.169	4.125	288.550	-5%	70	R\$ 257,00
Cebolinha (mil maços)	270	270	144.672	1%	250	R\$ 875,00
Coentro (mil maços)	352	352	29.063	-10%	25	R\$ 2.100,00
Feijão (t)	3.748	3.667	3.886	-27%	1,1	R\$ 2.260,00
Jerimum/abóbora (t)	1.766	1.766	24.499	20%	13,9	R\$ 830,00
Juta (t)	388	361	448	-54%	1,2	R\$ 1.662,00
Malva (t)	6.397	5.103	8.343	22%	1,6	R\$ 1.732,00
Mandioca (raiz) (t)	87.264	72.167	837.843	1%	11,6	R\$ 657,00
Macaxeira (raiz) (t)	8.727	8.727	103.132	7%	11,8	R\$ 1.150,00
Melancia (t)	5.585	5.332	95.653	3%	17,9	R\$ 984,00
Milho (t)	11.237	11.018	27.610	-25%	2,5	R\$ 979,00
Pimenta-de-cheiro (t)	204	204	3.738	116%	12	R\$ 2.750,00
Pimentão (t)	240	240	5.184	20%	16	R\$ 3.400,00
Soja (t)	20	20	60	-91%	3	R\$ 770,00

Tabela 2: Produção das lavouras temporárias em 2013 no Amazonas.

Fonte: IBGE, GCEA/AM.2015

No Amazonas, a cadeia produtiva da malva e juta, compõe-se atualmente de 11 municípios localizados nas seguintes sub-regiões:

- Sub-região Rio Negro/Solimões: Anamã, Anori, Beruri, Caapiranga, Coari, Codajás, Iranduba, Manacapuru e Manaquiri.
- Sub-Região Médio Amazonas: Itacoatiara
- Sub-Região Baixo Amazonas: Parintins.

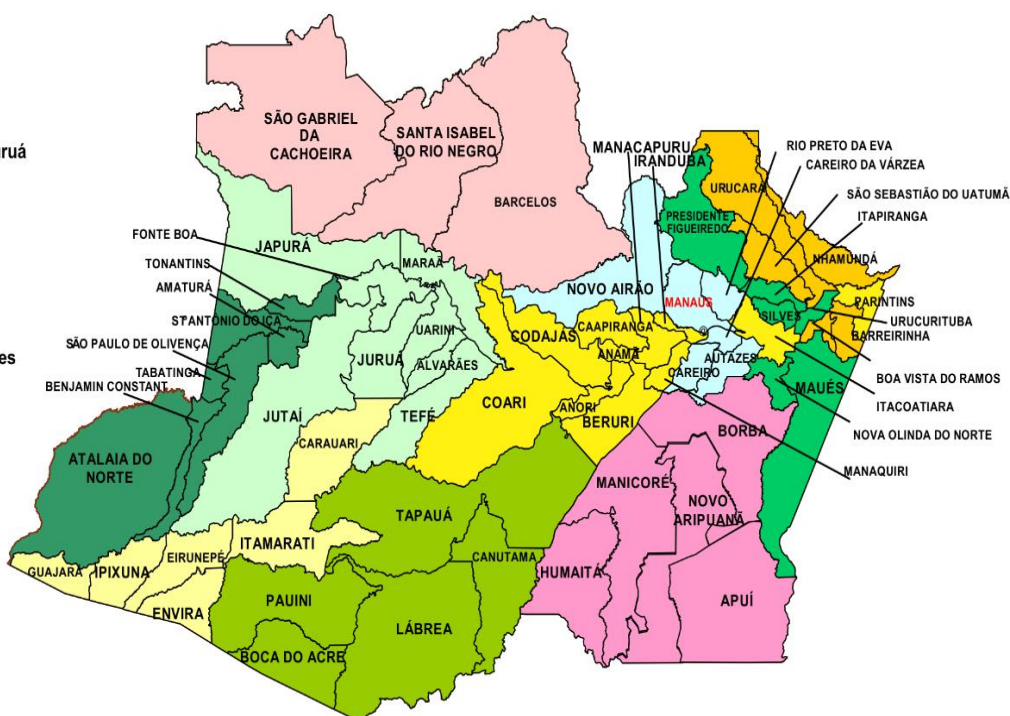
No mapa da cadeia produtiva de malva e juta do Amazonas, elaborado a partir de informações do plano operativo do IDAM (2013), é possível observar a predominância dos municípios na sub-região do Rio Negro/Solimões, onde as fibras são cultivadas, em sistema de várzea.

MAPA DA CADEIA PRODUTIVA DE MALVA E JUTA NO AMAZONAS- 2013

Municípios: Anamá, Anori, Beruri, Caapiranga, Coari, Codajás, Iranduba, Itacoatiara, Manacapuru, Manaquiri e Parintins.

SUB REGIÕES:

- Alto Solimões
- Juta/ Solimões / Juruá
- Purus
- Juruá
- Madeira
- Alto Rio Negro
- Rio Negro / Solimões
- Médio Amazonas
- Baixo Amazonas
- Cadeia produtiva malva e juta



Mapa 1: Mapa da Cadeia Produtiva de Juta e Malva no Amazonas.

Fonte: IDAM,2013. Organização: Geisiane Soares,2015.

Na Tabela 3, elaborada a partir de dados da GCEA/AM in Almudi (2015), apresenta o ranking dos municípios que produziram malva em 2013 no Estado do Amazonas, nota-se que Manacapuru corresponde a praticamente 60% da produção do Estado. Outros municípios como Urucará, Nhamundá, São Sebastião do Uatumã produzem juta e malva de forma esporádica.

#	MUNICÍPIO	Área Plantada (ha)	Área Colhida (ha)	Produção (T)	Rendimento médio (T / ha)	Preço médio (R\$ / kg)	Porcentagem do total
---	Total	6.397	5.103	8.343	1,63	R\$ 1,73	100
1	Manacapuru	3.966	3.270	5.000	1,53	R\$ 1,80	59,9
2	Anori	410	400	800	2,00	R\$ 1,60	9,6
3	Itacoatiara	285	242	500	2,07	R\$ 1,70	6
4	Codajás	200	200	400	2,00	R\$ 1,80	4,8
5	Parintins	300	190	300	1,58	R\$ 1,60	3,6
6	Coari	180	130	260	2,00	R\$ 1,50	3,1
7	Beruri	350	180	250	1,39	R\$ 1,60	3
8	Anamá	203	138	248	1,80	R\$ 1,60	3
9	Manaquiri	130	100	180	1,80	R\$ 1,60	2,2
10	Nhamundá	130	100	150	1,50	R\$ 1,60	1,8
11	Caapiranga	150	80	144	1,80	R\$ 1,60	1,7
12	Iranduba	80	60	90	1,50	R\$ 1,60	1,1
13	Urucará	12	12	20	1,67	R\$ 1,55	0,2
14	São S. do Uatumã	1	1	1	1,00	R\$ 1,70	0

Tabela 3: Ranking municipal de produção de Malva – Ano 2013

Fonte: GCEA/AM - Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias do Amazonas, 2015.

No sistema SEPROR a política de distribuição de sementes é coordenada pelo Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas –IDAM¹¹ e a política de subvenção econômica de malva e juta é coordenada pela Agência de Desenvolvimento Sustentável Amazonas – ADS.

As instituições, IDAM e ADS, atuam no sistema governamental executando ações políticas de forma sistemática sobre a cadeia produtiva de malva e juta no Amazonas, conforme descrito no quadro 1.

¹¹ O Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Amazonas – IDAM, foi criado em 18 de março de 1996, por meio da Lei Estadual nº 2.384, como uma autarquia de personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa, financeira e técnica com a finalidade de executar as atividades antes desenvolvidas pela Sepror, EMATER/AM, Codeagro e a Defesa Agropecuária Estadual. Em maio de 2007 absorveu parte das atividades da Agência de Florestas e Negócios Sustentáveis do Amazonas – Afloram, e o nome foi alterado para Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas, permanecendo a mesma sigla: IDAM.

ETAPA	DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES IDAM E ADS – CADEIA PRODUTIVA DE MALVA E JUTA NO AMAZONAS
1	A aquisição das sementes, oriundas do Estado do Pará, tem apoio da SEPROR, na aquisição de sementes de qualidade. O IDAM realiza a distribuição das sementes, faz o acompanhamento técnico dos plantios, por meio dos métodos e técnicas próprias do serviço de Ater - Assistência Técnica e Extensão Rural ¹² .
2	Após a distribuição das sementes, o IDAM realiza uma estimativa da produção de malva e juta, envia a estimativa de produção da Safra para a ADS.
3	A ADS de posse da estimativa de produção da Safra, informa para o Governo do Amazonas, qual o valor a ser orçado para o pagamento da subvenção econômica da malva e juta
4	O Governo do Amazonas disponibiliza a dotação orçamentária para o processo de pagamento da subvenção econômica aos agricultores de malva e juta.

Quadro 1: Descrição das atividades IDAM e ADS – Cadeia produtiva de malva e juta no Amazonas

Fonte: ADS, Organizadora Geisiane, 2015

O planejamento governamental em todas as suas fases (planejamento, execução, controle e avaliação), é um importante instrumento de formulação de políticas públicas para o desenvolvimento econômico, político, social, ambiental e administrativo do país.

No Brasil, o planejamento governamental teve seu início em 1948, segundo Pereira (2012), com o plano Salte do Governo Eurico Gaspar Dutra, e somente em 1988 com a promulgação da Constituição Federal foi definido no artigo 165, um novo modelo de planejamento e gestão governamental, permitiu estruturar as ações governamentais considerando as peculiaridades de cada região.

Dentre as fases do planejamento governamental a avaliação, segundo Pereira (2012) e Rico (2007), é a parte final do processo de políticas públicas e seu objetivo é promover a retroalimentação das ações, procurando mensurar resultados e impactos na alteração da qualidade de vida da população beneficiada pela política pública, assim como promover o redimensionamento das opções e decisões adotadas.

Neste sentido, cabe verificar as contribuições das políticas públicas de incentivo à produção de malva e juta no Amazonas, no período de 2010 a 2013, mensurando os valores

¹² O serviço de Ater atua na capacitação e organização dos beneficiários, na socialização de tecnologias, por meio da implantação de unidades demonstrativas e unidades de observação, bem como na elaboração e acompanhamento de projetos de crédito rural, distribuição de sementes, apoio à comercialização e outras ações pertinentes ao processo produtivo, visando aumentar a produção/produktividade e qualidade dos produtos.

destinados ao pagamento da subvenção econômica, a quantidade de sementes distribuída e a produção resultante do incentivo Governamental.

2.4.1 - A Política para aquisição de semente de malva e juta no Amazonas

As ações sistemáticas por parte do Governo do Estado voltadas para a cadeia produtiva de fibras, possibilitaram aos agricultores de juta e malva receber o apoio da Administração Estadual, com a concessão dos incentivos governamentais fundamentadas nos aspectos econômicos, sociais e ambiental.

Assim, a partir do ano de 2003, a Secretaria de Produção Rural - SEPROR iniciou através do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas - IDAM¹³ um processo de distribuição gratuita de sementes de malva e juta, de acordo com Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e o Decreto nº 5.153, de 23 de julho de 2004, que estabelecer normas específicas e os padrões de identidade e qualidade para produção e comercialização de sementes no País, cujo, o certificado de classificação é emitido pelos serviços de classificação do MAPA ou órgãos devidamente credenciados, seguindo modelo oficial e de acordo com a legislação em vigor.

A iniciativa do Governo tem como propósito ajudar na redução do custo de aquisição de sementes pelos agricultores, fomentar a produção, aumentar a renda dos produtores. Apesar dos entraves como a dependência do Estado do Amazonas em relação a produção de sementes de malva e juta pelo Estado do Pará, que por vezes, dificulta a aquisição de sementes em quantidade suficiente para atender a demanda do Estado do Amazonas, esse mecanismo, complementado por outras medidas do Governo, passou a funcionar como um instrumento desestruturador da cadeia de intermediação para comercialização da fibra *in natura*.

Outra ação do Governo do Estado, que favorece a aquisição das sementes de malva e juta é o crédito Rural concedido através do PROINSUMOS (2015), criado pela lei nº 3.805 de 30 de agosto de 2012, o Programa de Incentivos ao Uso de Insumos Agropecuários,

¹³ O IDAM cumpre com o Plano Operativo, instrumento de planejamento e orientador, disponibilizado para todos os partícipes, do conjunto das ações, atividades e metas do serviço oficial de Assistência Técnica e Extensão Rural – Ater a serem desenvolvidas pelo IDAM, para que os objetivos e metas definidos em nível municipal sejam alcançados. As diretrizes contidas no plano operativo estão de acordo com o Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável, em consonância com o Plano Plurianual - PPA do Governo do Estado e com a Política Nacional de ATER – PNATER.

Semoventes, Máquinas e Equipamentos Agrícolas e Produtos Extrativos, tem a finalidade de aumentar os níveis de produção e produtividade e rendimento econômico das atividades do setor primário, com ênfase na utilização de corretivo de solos fertilizantes, defensivos, sementes e mudas, ração, medicamentos, vacinas, animais de pequeno e médio porte e máquinas e equipamentos agrícolas, agroindustriais, pesca artesanal e aquicultura.

Desta forma, o IDAM é responsável pela prestação da Assistência Técnica e atividades de Extensão Rural necessárias ao Programa PROINSUMOS cujos beneficiários são: agricultores familiares, produtores rurais de pequeno e médio porte, extrativistas, aquicultores, pescadores, associações, cooperativas, ou condomínios devidamente legalizados. Sendo operacionalizado, principalmente, por intermédio de Termo de Convênio celebrado entre a Secretaria de Estado de Produção Rural SEPROR e a Agência de Fomento do Estado do Amazonas AFEAM.

Considerando a participação das cooperativas e indústrias na aquisição e distribuição de sementes de malva e juta aos agricultores em conjunto com a Secretaria de Estado da Produção Rural e o IDAM, a tabela abaixo representa o quantitativo de: famílias, sementes distribuídas, área plantada, colheita por safra, produtores e valores pagos pela subvenção do Estado.

CADEIA PRODUTIVA JUTA / MALVA - DISTRIBUIÇÃO DE SEMENTES						
SAFRA	No FAMÍLIAS	No DE PRODUTORES/SUBVENÇÃO	SEMENTE DISTRIBUIDA (KG)	ARÉA PLANTADA (ha)	SAFRA (KG)	% SAFRA
2009/2010	2.500	700	86.736	4.704	7.794.412	19%
2010/2011	3.100	895	127.200	8.655	8.165.942	20%
2011/2012	3.200	1016	186.810	12.384	7.074.650	18%
2012/2013	4.500	1200	140.500	9.800	11.571.000	29%
2013/2014	869	940	61.700	3.085	5.435.492	14%
TOTAL	14.169	4751	602.946	38.628	40.041.497	100%

Tabela 4: Cadeia Produtiva juta / malva - Distribuição de sementes.

Fonte: ADS, IDAM 2015. Organização: Geisiane Soares, 2015.

Na tabela 4 é possível observar, que no período de 2010 a 2014 foram distribuídas no Amazonas 602.946 kg de sementes, que resultou na produção de mais de 40.000 toneladas de fibras de malva e juta, com benefício direto de 4.751 produtores com a subvenção econômica e

o benefício indireto de 14169 famílias envolvidas na agricultura da juta e malva no Amazonas, a produção evoluiu no período de 2010 a 2013, com queda acentuada no ano de 2014.

A aquisição das sementes por industriais e cooperativas envolve o custo da compra, através de recurso financeiro próprio, ou através de crédito rural, além do custo com a logística para a distribuição das sementes, tais custos influenciam no valor final do quilo da fibra.

No gráfico 5, demonstra o percentual de distribuição de sementes de juta e malva no período de 2010 a 2013, sendo 88% de sementes de malva e 12% de sementes de juta, distribuídas pelas seguintes empresas: CTC - Companhia Têxtil de Castanhal, COOMAPEM - Cooperativa Mista Agropecuária de Manacapuru Ltda, BRASJUTA da Amazônia S/A, Cooper Fibra Comércio de Fibra Ltda e JUTAL - Empresa Industrial de Juta S/A. Destaca-se a COOMAPEM, que no período distribuiu mais de 31% das sementes no Amazonas, e consequentemente a que mais produziu fibras no período.

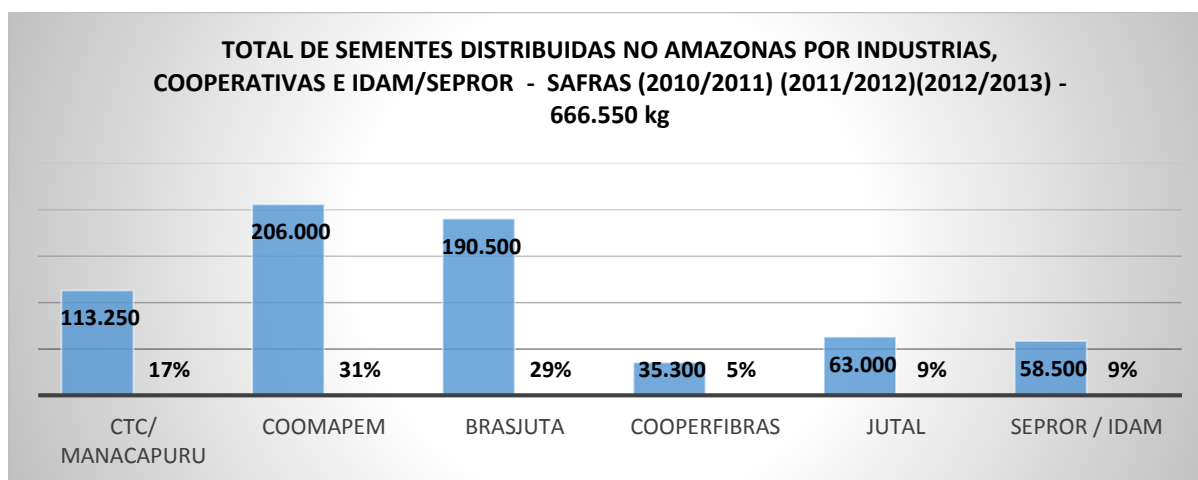


Gráfico 5: Total de Sementes distribuídas no Amazonas (2010 a 2013)

Fonte: IDAM, Cooperativas e industriais. Organização: Geisiane, 2015

No quadro 2, o comparativo entre as metas definidas no Plano Operacional do IDAM e o realizado nos anos de 2011, 2012 e 2013. Demonstra que no ano de 2011, a meta para o atendimento aos agricultores, familiares e produtores rurais foi realizada em 76%; a meta sobre a produção foi realizada em 94,60%; e nos anos subsequentes, 2012 e 2013, as metas foram atingidas, considerando a parceria público privado. Contudo, tornar o Amazonas autossuficiente na produção de fibras vegetais, ainda é um grande desafio, que requer maior investimento do Governo Estadual e Federal para tornar-se uma realidade.

QUADRO COMPARATIVO ENTRE A META DO PLANO OPERATIVO IDAM E O REALIZADO						
Descrição da meta: Beneficiários e áreas a serem assistidas em culturas industriais						
Plano Operativo IDAM	Discriminação	N de Agricultores Familiares/ Produtores Rurais	Área (ha) a plantar	Área (ha) a colher	Produção Estimada (t)	Demanda de semente (kg)
Meta Ano 2011	Juta (fibra)	421	612	585	71	28
	Malva (fibra)	3.643	5.869	5.708	8.561	157
	Total	4.064	6.481	6.293	8.632	185
Realizado em 2011	Discriminação	N de Agricultores Familiares/ Produtores Rurais	Área (ha) plantada		Produção Safra 2012	Sementes Distribuídas
	Juta/malva (fibra)	3.100	8.655		8.166	127.200
Comparativo dos Resultados (realizado/meta) %		76%	134%		94,60%	68720%
Plano Operativo IDAM	Discriminação	N de Agricultores Familiares/ Produtores Rurais	Área (ha) a plantar	Área (ha) a colher	Produção Estimada (t)	Demanda de semente (kg)
Meta Ano 2012	Juta (fibra)	607	859,5	831,38	997,66	15.200
	Malva (fibra)	2663	4853	4776,7	7.165,05	127.360
	Total	3270	5712,5	5608,08	8.162,71	142.560
Realizado em 2012	Discriminação	N de Agricultores Familiares/ Produtores Rurais	Área (ha) plantada		Produção Safra 2012	Sementes Distribuídas
	Juta/malva (fibra)	4.216	12.384		7.075	186.810
Comparativo dos Resultados (meta/realizado)%		129%	217%		87%	131%
Plano Operativo IDAM	Discriminação	N de Agricultores Familiares/ Produtores Rurais	Área(ha) a plantar	Área (ha) a colher	Produção Estimada (t)	Demanda de semente (kg)
Meta Ano 2013	Juta (fibra)	427	547,3	532,3	638,76	9.860
	Malva(fibra)	2185	3964,5	3889,5	5.834,25	124.650
	total	2612	4511,8	5834,25	6.473,01	134.510
Realizado em 2013	Discriminação	N de Agricultores Familiares/ Produtores Rurais	Área(ha) plantada		Produção Safra 2012	Sementes Distribuídas
	Juta/malva (fibra)	4.500	9.800		11.571	140.500
Comparetivo dos Resultados (meta/realizado)%		172%	217%		179%	104%

Quadro 2: Comparativo entre a meta do Plano Operativo IDAM Fonte IDAM,2013. Organização: Geisiane Soares,2015.

2.4.2 - A Política para a Subvenção Econômica dos Produtores de Juta e Malva.

O financiamento através de subvenção econômica é considerado como um subsídio aceitável pela Organização Mundial do Comércio (OMC) e é utilizada em diversos países. A principal característica da subvenção é ser um instrumento não reembolsável, ou seja, um instrumento que não requer retorno dos recursos ao órgão concedente. Outro aspecto relevante que caracteriza o instrumento é o fato de não haver necessidade de o beneficiário apresentar garantia para receber os recursos. A subvenção econômica pode representar um dos instrumentos mais poderosos para se induzir o processo de inovação nas empresas, a exemplo do Programa de Subvenção a Inovação do IPEA (2012) e ao mesmo tempo atender interesses públicos, como os subsídios da política Agrícola pela Subvenção econômica aos produtores da juta e malva.

No Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) a Secretaria de Política Agrícola – SPA é responsável por elaborar as políticas de crédito rural, dar apoio à comercialização/armazenamento e ao abastecimento agropecuário. Promover estudos, diagnósticos e avaliações referentes aos efeitos da política econômica sobre os sistemas produtivos agropecuários, conduzir o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural. Elabora e divulgar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático e o Plano Agrícola e Pecuário – PAP.

Nas operações de crédito rural, o poder executivo conceder a subvenção conforme previsto na Lei nº 9.848, de 26.10.1.999 e na Lei nº 8.427, de 27.05.1.992, que prevê as modalidades de equalização de preços de produtos agropecuários ou vegetais de origem extrativa e a equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros de operações de crédito rural.

Dessa forma, o pagamento da subvenção econômica aos produtores das fibras de juta e malva é realizada pelo Governo do Estado do Amazonas, conforme decreto 24.196 de 29 abril de 2004, como um complemento sobre o valor previamente comercializado pelo agricultor, no intuito de incentivar a manutenção do processo produtivo de malva e juta no Amazonas.

O processo de pagamento da subvenção econômica no Amazonas é realizado pela Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas - ADS, que o faz em conformidade com o Decreto 33.933 de 29 de agosto de 2013, no qual define os atuais valores pago por quilo da subvenção aos produtores de malva e juta no Amazonas.

DECRETO Nº 24.196, DE 29.04.2004 - ART. 1º - A subvenção econômica autorizada a ser concedida pelo poder executivo a produtores agroextrativistas, conforme autorizado pela lei nº 2.611, de 04 de julho de 2000, abrangerá também, nos termos deste decreto, os produtores de juta e malva, tendo como objetivo incentivar a produção dessas culturas como atividade a ser integrada à exploração de outros produtos florestais e agrícolas.

O Decreto Estadual nº 24.196 de abril de 2004 surgiu de uma parceria composta pela Companhia Nacional de Abastecimento- CONAB, Secretaria Estadual de Fazenda, Secretaria de Produção Rural, Agência de Agronegócios do Estado do Amazonas, Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas IDAM e Organizações de Produtores Rurais. Visando impulsionar ainda mais o setor agrícola, e concretizar a aspiração dos produtores, o Governo do Estado do Amazonas vem desenvolvendo ações de apoios desde o plantio até a fabricação do produto final em parceria com as cooperativas.

Os valores pagos por quilo na subvenção foram ajustados em 100% com o Decreto 23.636 de agosto de 2003, que modificaram os valores praticados no decreto 21.159 de 19 de setembro de 2000, que correspondiam ao pagamento por dos seguintes valores: fibra Tipo 1 e 2 com pagamento de R\$ 0,20; Tipo 3 com pagamento de R\$ 0,17 e Tipo 4 com pagamento de R\$ 0,14. Atualmente, os valores pagos correspondem aos seguintes valores: fibra Tipo 1 e 2 com pagamento de R\$ 0,40; Tipo 3 com pagamento de R\$ 0,34 e Tipo 4 com pagamento de R\$ 0,28.

Observe que desde o ano de 2000 até o ano 2013, totalizam 13 anos sem reajuste nos valores da subvenção econômica paga aos agricultores de juta e malva no Amazonas. Nesse período, considerando o índice IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), a inflação acumulada é de 187,47 %, portanto, a correção mínima necessária para ajustar a subvenção econômica do valor do Tipo 01 e 02 as fibras seria de R\$ 0,20 para R\$ 0,57; ressaltando que no decorrer da pesquisa os cooperados agricultores sugeriram o valor de R\$ 1,00 a ser pago pelo quilo do Tipo 1 e 2 das fibras.

No quadro 3, dispõe de modo geral sobre as etapas do processo de pagamento da subvenção econômica realizado pela Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas - ADS.

ETAPA	PROCESSO DE PAGAMENTO DA SUBVENÇÃO ECONÔMICA PELA ADS À CADEIA PRODUTIVA DE MALVA E JUTA NO AMAZONAS
1	A ADS solicita dos agricultores de malva e juta os documentos (RG, CPF, NFe atestada pelo IDAM, Carteira de Produtor) pertinentes a comercialização da malva e juta.
2	Elabora o processo de aprovação para o pagamento da subvenção, sobre o qual é anexo o diário oficial no qual foi publicado o decreto 24. 196 de 29 abril de 2004 e o decreto 33.933 de 29 de agosto de 2013, que dispõe sobre os valores pagos atualmente na subvenção da malva e juta, classificada por tipo 1 e 2 (R\$ 0,40), tipo 3 (R\$ 0,34) e tipo 4 (R\$ 0,28). Compõe o processo duas planilhas: uma contendo a relação de produtos a pagar, e outra detalhando as quantidades e valores a pagar.
4	A verificação e aprovação final do processo é feita pela Comissão Interinstitucional, composta por membros da ADS, SEPRO, IDAM, SEPAM e SEFAZ.
5	Após a aprovação do processo de subvenção dos agricultores o recurso financeiro é liberado pelo Governo do Estado para a ADS, que realiza o pagamento na sede do município dos agricultores de malva e juta.

Quadro 3: Processo de pagamento da subvenção econômica pela ADS à cadeia produtiva de malva e juta no Amazonas.

Fonte: ADS 2015, Organização: Geisiane Soares, 2015.

No processo de pagamento da subvenção os agricultores cooperados contam com o auxílio administrativo das cooperativas para organizar e enviar os documentos para a ADS, essa fase inicial do processo é importante para evitar atrasos no recebimento da subvenção, ocasionados pela ausência de documentos essenciais à composição do processo, ou mesmo a dificuldade na logística encontrada por alguns agricultores que residem na zona rural.

A tabela 5 demonstra o resumo dos valores de subvenção econômica paga pelo Governo do Amazonas no período de 2010 a 2014, que totalizou o valor de R\$ 9.086.211,41 com benefício direto a 4.751 agricultores e mais de 14.000 famílias atendidas.

CADEIA PRODUTIVA DE MALVA E JUTA NO AMAZONAS - R\$ SUBVENÇÃO ECONÔMICA							
SAFRA	No FAMÍLIAS	No DE PRODUTOS/SUBVENÇÃO	SAFRA (KG)	VALOR SUBVENCIONADO NO ESTADO	% SUBVENÇÃO	Preço Médio Kg	R\$ Subvenção por produtor
2009/2010	2.500	700	7.794.412	1.546.490,77	17%	R\$ 0,20	R\$ 2.209,27
2010/2011	3.100	895	8.165.942	1.628.498,43	18%	R\$ 0,20	R\$ 1.819,55
2011/2012	3.200	1016	7.074.650	1.414.930,40	16%	R\$ 0,20	R\$ 1.392,65
2012/2013	4.500	1200	11.571.000	2.331.420,00	26%	R\$ 0,20	R\$ 1.942,85
2013/2014	869	940	5.435.492	2.164.871,81	24%	R\$ 0,40	R\$ 2.303,06
TOTAL	14.169	4751	40.041.497	9.086.211,41	100%		

Tabela 5: Cadeia produtiva de malva e juta no Amazonas - R\$ Subvenção econômica

Fonte: IDAM, ADS. Organização: Geisiane Soares, 2015.

Dos municípios que compõe a cadeia produtiva de malva e juta, Manacapuru/Am, segundo dados da ADS (2015), recebeu 70% do valor da subvenção paga aos produtores no ano de 2013. Manacapuru é a principal região produtora de fibra, é formadora de preço e local onde as principais indústrias e cooperativas mantêm seus postos de compras. Estes postos são encarregados das aquisições e a prensagem da fibra e envio da matéria-prima à matriz para industrialização final.

CADEIA PRODUTIVA DE MALVA E JUTA NO AMAZONAS SUBVENÇÃO ECONÔMICA SAFRA 2013/2014							
QT	MUNICÍPIOS	VL SUBVENÇÃO	%	PRODUTORES	%	PRODUÇÃO KG	%
1	MANACAPURU	1.517.160	70%	628	67%	3.822.338	70%
2	COARI	149.532	7%	49	5%	373.829	7%
3	ANORI	141.964	7%	88	9%	355.235	7%
4	ANAMÃ	100.484	5%	25	3%	251.209	5%
5	CODAJÁS	98.039	5%	77	8%	245.098	5%
6	MANAQUIRI	40.192	2%	9	1%	100.479	2%
7	CAAPIRANGA	34.169	2%	14	1%	85.424	2%
8	BERURI	33.640	2%	21	2%	84.100	2%
9	ITACOATIARA	30.418	1%	9	1%	69.140	1%
10	PARINTINS	11.807	1%	15	2%	29.518	1%
11	IRANDUBA	7.468	0%	5	1%	19.122	0%
TOTAL		2.164.872		940		5.435.492	

Tabela 6: Cadeia Produtiva de malva e juta no Amazonas subvenção econômica safra 2013/2014

Fonte: ADS, 2015. Organização: Geisiane Soares, 2015

A política de subvenção econômica aos produtores de juta e malva é um subsídio pago de maneira proporcional a quantidade em quilos produzida pelo agricultor, e desde 2003 foi reajustado o valor em 100%, fato que contribui para a manutenção da cadeia produtiva de malva e juta, uma vez que a subvenção é uma ação do governo que em conjunto com a política nacional do preço mínimo visa equilibrar o preço pago na fibra nacional e a concorrência das fibras importadas.

Mesquita (2014) destaca que um incentivo ao desenvolvimento das indústrias de fiação e tecelagem, do Polo Industrial de Manaus, é a legislação do Governo Estadual, que por meio da Lei n.º 2.826 de 29 de setembro de 2003, concedeu a isenção total de ICMS para os fabricantes de fios, telas e sacos de juta e malva.

Os incentivos do Governo do Estado aos agricultores, possibilitou o resultado das safras do período de 2010 a 2014 conforme demonstrado no gráfico 6.

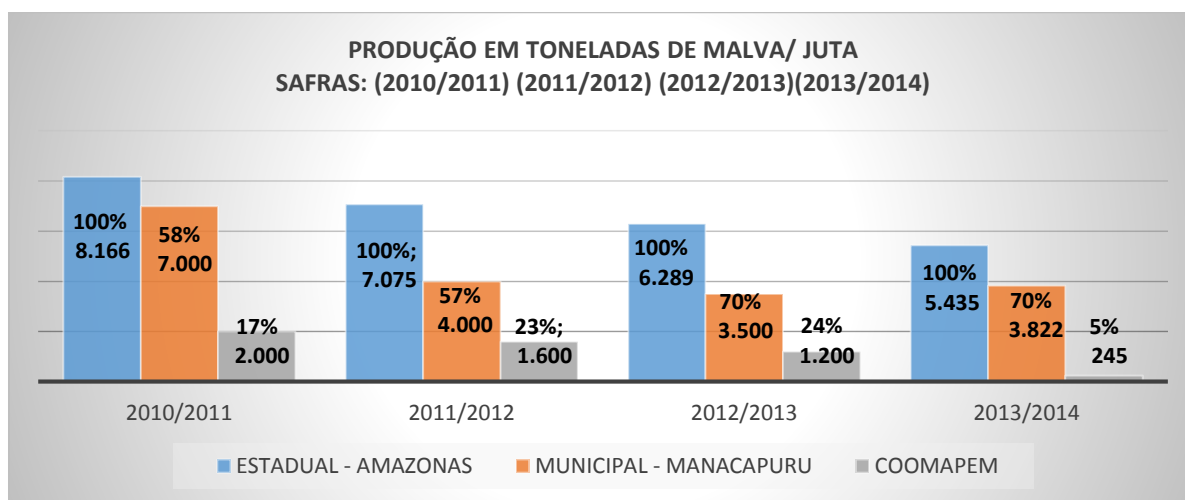


Gráfico 6: Produção em Toneladas Juta e Malva.

Fonte: ADS, COOAPEM, 2015. Organização: Geisiane Soares, 2015.

Embora existam muitos entraves para o desenvolvimento da cadeia produtiva da juta e malva, essa ainda é uma grande oportunidade para promoção de renda, inclusão social, e constitui-se em uma atividade econômica sem impacto ambiental para o desenvolvimento com sustentabilidade no Amazonas.

CAPITULO III – O ESTUDO DE CASO COOMAPEM: DO PROCESSO PRODUTIVO DA MALVA E JUTA, ÀS QUESTÕES SOCIOAMBIENTAIS PELO OLHAR DOS COOPERADOS.

Desde 1937 o Baixo e Médio Amazonas são reconhecidos cientificamente como *locus* no desenvolvimento da produção da malva e juta no Amazonas, são 77 anos dedicados pelos agricultores da região amazônica à cultura agrícola, mantidas principalmente, pelos incentivos das políticas públicas, como a distribuição das sementes, a subvenção econômica aos produtores de juta e malva e a política dos preços mínimo.

Essas políticas de incentivo à produção da juta e malva são importantes, contudo, é preciso observar os reflexos sentidos pela aplicabilidade de tais políticas através do olhar dos agricultores, que lidam diariamente no processo produtivo da malva e juta, sujeitando-se a práticas ainda rudimentares de cultivo, a condições insalubres de trabalho e a desvalorização capitalista de sua produção.

Dessa forma, a Cooperativa Mista Agropecuária de Manacapuru – COOMAPEM, que iniciou suas atividades em 07 de setembro de 1963, desenvolvendo a atividade de comercialização de fibras de malva e juta na Região do Médio Solimões¹⁴, possui mais de meio século de experiência, vivenciados entre facilidades e dificuldades enfrentadas pelos cooperados no cultivo da malva e da juta no Amazonas.

A experiência é um dos elementos que faz da COOMAPEM, o *locus* desta pesquisa e que possibilitou através do perfil socioeconômico dos cooperados agricultores de juta e malva, identificar elementos da inclusão social; descrever a partir das informações do gerente Daniel da COOMAPEM, o processo produtivo da malva e juta na COOMAPEM, e concomitante com a pesquisa realizada com os cooperados agricultores da COOMAPEM, elencar fatores positivos e negativos no processo produtivo de malva e juta.

¹⁴ O médio Solimões compreende os municípios de Manacapuru, Iranduba, Manaquiri, Caapiranga, Anamá, Beruri, Anori, Codajás e Coari.

3.1 – Caracterização da COOMAPEM

A Cooperativa Mista Agropecuária de Manacapuru – COOMAPEM está localizada na cidade de Manacapuru, município do Estado do Amazonas. Pertencente à Mesorregião do Centro Amazonense e Microrregião de Manaus, localiza-se ao sul de Manaus, e ocupa uma área de 7.330,075 km², sua população, segundo informações do censo do IBGE 2010, era de 85.141, estimada pelo IBGE para 2013 em 91.795 habitantes, sendo o quarto município mais populoso do Estado do Amazonas. Juntamente com outros sete municípios, integra a Região Metropolitana de Manaus. Quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), em 2010 era de 0,614, considerado inferior à média nacional e médio, comparando ao IDH apresentado pelo Estado do Amazonas que foi de 0,674.

As sociedades cooperativas estão reguladas pela Lei 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que definiu a Política Nacional de Cooperativismo e instituiu o regime jurídico das cooperativas, na qual consta a seguinte definição para cooperativa:

Art. 4º As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades pelas seguintes características: I - adesão voluntária; II - capital social representado por quotas-partes; III - limitação do número de quota-partes do capital para cada associado; IV - inaccessibilidade das quotas-partes do capital a terceiros; V - singularidade de voto; VI - " quorum " para o funcionamento e deliberação da Assembleia Geral; VII - retorno das sobras líquidas do exercício; VIII - indivisibilidade dos fundos, de Reserva e de Assistência Técnica Educacional e Social; IX - neutralidade política e indiscriminação religiosa, racial e social; X - prestação de assistência aos associados; XI - área de admissão de associados limitada às possibilidades de reunião, controle, operações e prestação de serviços.

A forma administrativa da COOMAPEM é constituída por um órgão superior, a assembleia Geral (AG). As deliberações da Assembleia Geral são encaminhadas e executadas pela Diretoria Executiva (DE) composta pelo (a) Presidente, pelo (a) Vice-presidente, pelo (a) Conselheiro Secretário e mais dois/duas conselheiros (as) efetivos (as). As ações das DE são fiscalizadas por um Conselho Fiscal (CF) composto de três conselheiros (as) efetivos (as) e três suplentes. A DE é assessorada por uma equipe que compõem o quadro administrativo.

As contribuições dos cooperados para a previdência social, é amparada na LEI No 10.666, DE 8 DE MAIO DE 2003, que dispõe sobre a concessão da aposentadoria especial ao cooperado de cooperativa de trabalho e de produção, na qual consta a seguinte informação:

Art. 1º, § 1º Será devida contribuição adicional de nove, sete ou cinco pontos percentuais, a cargo da empresa tomadora de serviços de cooperado filiado a cooperativa de trabalho, incidente sobre o valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços, conforme a atividade exercida pelo cooperado permita a concessão de aposentadoria especial após quinze, vinte ou vinte e cinco anos de contribuição, respectivamente.

No ano de 2013, a cooperativa era composta por uma diretoria administrativa de 09 cooperados, com quadro social de 438 produtores cooperados, formado por 77% de homens e 23% de mulheres, contempla em média 75 funcionários nos períodos de safra.

O setor de produção de fibras de malva e juta teve momentos de crescimento na produção até 1988, quando esta região alcançou o mais alto índice de produção de fibras. Após esse ápice, entre o final dos anos 1980 e meados da década de 2000, o segmento enfrentou um período de crise devido à redução da demanda por fibras vegetais em função da concorrência das fibras sintéticas.

Os impactos desta mudança no mercado foram agravados pela redução dos incentivos governamentais e pela conseqüente queda nos preços de venda das fibras naturais. Como a COOMAPEM trabalhava apenas com fibras naturais de Juta e Malva enfrentou uma crise sem precedentes. Entretanto, desde 2004, iniciou-se uma recuperação da produção de fibras no Estado do Amazonas, em um período de forte apelo ecológico, essas fibras têm ganhado importância social e ambiental, como matéria-prima para substituição de plásticos e para a geração de emprego e renda para as populações rurais (HOMMA, 2010).

Essa nova mudança permitiu a retomada do crescimento nas atividades da COOMAPEM, à qual se seguiu uma elevação anual da produção, adquiriu certificação ambiental através da empresa certificadora ECOCERT BRASIL¹⁵, permitindo uma maior participação da Cooperativa na Cadeia de Valor das fibras no Médio Solimões, concentrado, na fase atual, no município de Manacapuru no Amazonas.

¹⁵ A Ecocert é um organismo de inspeção e certificação fundado na França, em 1991 por engenheiros agrônomos conscientes da necessidade de desenvolver um modelo agrícola baseado no respeito ao meio ambiente e de oferecer um reconhecimento aos produtores que optam por essa alternativa. Em 2001 a Ecocert se estabeleceu no Brasil, inicialmente constituída como uma Associação e posteriormente, em 2005 como uma empresa Ltda.

As atividades econômicas atualmente realizadas pela COOPMAPEM (2015), vinculam-se aos programas políticos articulados pela Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas – ADS em parceria com outras instituições governamentais, descritos a seguir:

Programa de Aquisição de Alimentos – PAA¹⁶; Programa de Regionalização da Merenda Escolar - PREME, Programa de Feiras de Produtos Regionais; Programa de Aquisição de Semente de Juta e Malva, e o Programa de Subvenção Econômica de Juta e Malva no Amazonas.

A COOMAPEM conta com a parceria da SEPROR, IDAM, SEBRAE, SESCOOP para treinamento, OCB que presta assessorias como treinamento, assessoria jurídica, entre outras. Nas operações de crédito e financiamento a COOMAPEM conta como principais parceiros o Banco do Brasil, Banco da Amazônia e AFEAM, que disponibilizam linhas de crédito para capital de giro, financiamento de máquinas/equipamentos, convênios, dentre outros. Contudo, as sucessivas percas na capacidade produtiva pela cooperativa desde 2012 impactaram da capacidade de financiamento junto as instituições de crédito.

As culturas de juta e malva têm incorporados os três pilares da economia verde: baixo carbono, uso racional dos recursos naturais e socialmente inclusiva. Neste aspecto, Brandão (2012) acrescenta que, a microeconomia verde do Amazonas tem na malva e na juta a possibilidade de apresentar à Amazônia, ao Brasil e ao mundo um modelo de sucesso naturalmente consolidado no Estado do Amazonas.

Apesar das imposições tecnológicas do capitalismo para a dispensa da mão-de-obra, a redução de custo e o descarte em curto prazo dos produtos, o cultivo da juta e da malva resiste ao tempo por mais de meio século prevalecendo no Amazonas pela agricultura. Demonstrando que a economia da juticultura e da malvicultura não é mais um ciclo na Amazônia, e configura-se num indício de modelo de desenvolvimento sustentável.

¹⁶ Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado em 2003, é uma parceria do Governo do Amazonas com a Superintendência Regional da CONAB. O PAA prevê a possibilidade de aquisição de alimentos produzidos por agricultores familiares para atender pessoas beneficiadas por programas sociais do Governo Federal em virtude de insegurança alimentar ou risco nutricional

3.2 - Perfil socioeconômico dos cooperados agricultores de malva e juta da COOMAPEM

Os aspectos sociais e econômicos compõem um conjunto de elementos que contribuem para a inclusão social dos cooperados da COOMAPEM na sociedade, seja pela condição econômica pela representatividade social, e pelas conquistas para a melhoria de vida.

Nesse sentido, o conceito de inclusão social é definido por alguns autores a partir da definição de exclusão. Segundo Sposati (1996), inclusão e exclusão são processos sociais interdependentes vinculados, principalmente, à distribuição de renda e oportunidades, de forma que, a inclusão concentra-se na busca pelo acesso a quatro utopias básicas: autonomia de renda (capacidade do indivíduo de suprir suas necessidades vitais, culturais e sociais), desenvolvimento humano (condição dos indivíduos em sociedade desenvolverem suas capacidades intelectuais e biológicas de forma a atingir o maior grau de capacidade humana possível), equidade (garantia de igualdade de direitos e oportunidades respeitando a diversidade humana) e qualidade de vida (a democratização dos acessos às condições de preservação do homem, da natureza e do meio ambiente e a redução da degradação ambiental).

Para Azevedo e Barros *apud* Passerino e Montado (2007) a inclusão é como o movimento permanente na busca de igualdade de condições e oportunidades para evitar diversas situações de privação. De acordo com Dupas (2000), a exclusão social é um fenômeno multidimensional que extrapola a dimensão de pobreza. Embora ela seja uma dimensão fundamental na constituição do fenômeno, o mesmo conta também com outras dimensões como educação, saúde, lazer, religião, cultura, etnia, política, economia, entre outras.

Numa posição contrária ao “dualismo” que os diversos autores analisados estabelecem, Ladeira e Amaral (1999) propõem uma definição mais coerente, conceituando-a como um processo que se prolonga ao longo da vida de um indivíduo e que tem por finalidade a melhoria da qualidade de vida do mesmo.

Porém, opta-se por discordar parcialmente dos autores que centram a inclusão no indivíduo e não no contexto sócio-histórico e cultural no qual o indivíduo se constitui. Desta forma, não se pretende falar de indivíduos incluídos ou excluídos, e sim de grupos em contextos sociais que participam do fenômeno da inclusão como processo social em busca de melhoria na qualidade de vida dos membros do grupo.

A COOMAPEM possui membros de um grupo social, que através da economia solidária prioriza a melhoria na qualidade de vida, estão inseridos no contexto sócio-histórico e cultural da malvicultura e juticultura a mais de 50 anos no Amazonas.

O quadro ativo de cooperados da COOMAPEM em 2013, conforme demonstrado no gráfico 7, compõe-se de 202 cooperados, sendo 141 do gênero masculino e 61 do gênero feminino, desse quadro as admissões femininas iniciam no ano de 2005, evoluindo no ano de 2013 com a admissão de 23 cooperadas.

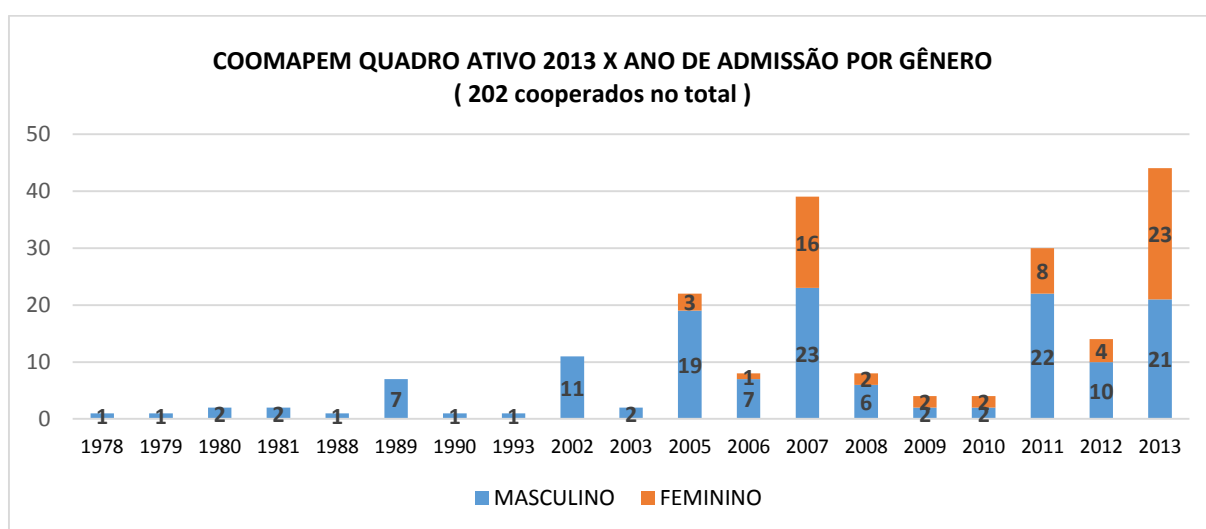


Gráfico 7: COOMAPEM Quadro ativo 2013.

Fonte COOMAPEM,2013. Organizado por Geisiane Soares,2015.

Os programas políticos, dos quais a COOMAPEM participa, contribuem para a diversificação econômica da cooperativa e uma forma criativa de enfrentar as dificuldades financeiras da cooperativa, contribuindo para adesão de novos cooperados e cooperadas nas atividades de hortifrúti e de fruticultura.

No gráfico 8, elaborado a partir de informações da COOMAPEM no ano de 2013, é possível observar que a atividade produtiva de malva e juta é realizada por 47% dos cooperados, com predominância masculina, devido às dificuldades encontradas no processo de produção das fibras vegetais; 24% dos cooperados na atividade de hortifrúti e 30% dos cooperados realizam atividade de fruticultura, com a predominância feminina.

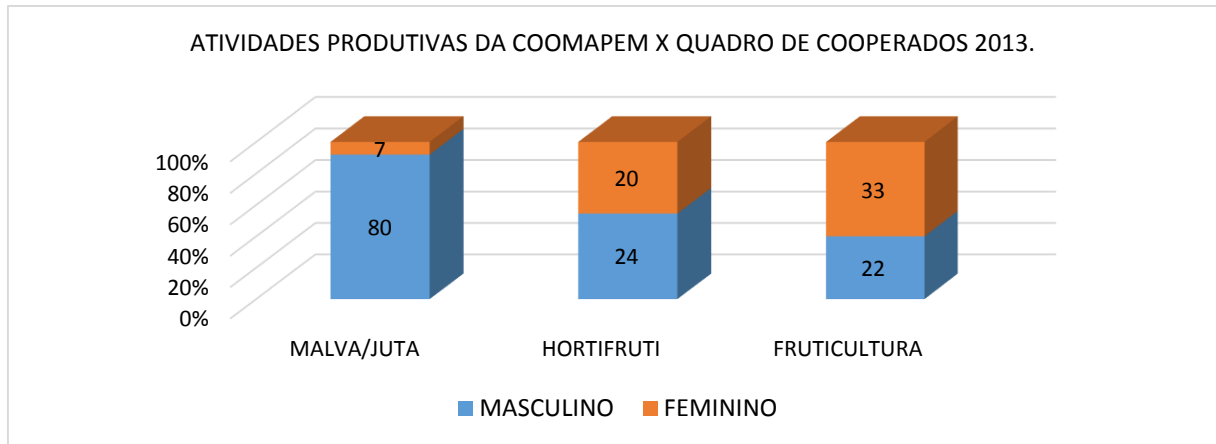


Gráfico 8: Atividades Produtivas COOMAPEM.

Fonte: COOMAPEM 2013. Organizado por Geisiane Soares, 2015

O perfil socioeconômico dos cooperados agricultores de malva e juta foi elaborado a partir do levantamento do quadro ativo dos cooperados no ano de 2013. Sobre o universo de 87 cooperados a amostra foi calculada para 39 cooperados, sendo realizadas 34 entrevistas.

A margem de erro é de 10%, com intervalo de confiança de 90%. Conforme, fórmula aplicada para amostragem no recurso automatizado por Santos (2014):

$$n = \frac{N \cdot Z^2 \cdot p \cdot (1 - p)}{Z^2 \cdot p \cdot (1 - p) + e^2 \cdot (N - 1)}$$

Onde:


n - amostra calculada
 N - População
 Z - Variável normal padronizada associada ao nível de confiança
 p - verdadeira probabilidade do evento
 e - erro amostral

No formulário de entrevista B, consta o **Grupo 1 – Informações para o perfil socioeconômico dos cooperados da COOMAPEM** com 10 itens sobre os aspectos: social e econômico, que permeiam a vida dos cooperados.

Itens do aspecto social: sexo, faixa etária, raça/cor/etnia, escolaridade, número de pessoas no núcleo familiar.

Itens do aspecto econômico: principal fonte de renda, outras fontes de renda, renda média na safra 2013/2014, tempo de cooperativa e a importância de ser cooperado.

No quadro 4 do perfil socioeconômico dos Cooperados Agricultores de malva e juta da COOMAPEM consta o resultado pertinentes as informações sociais.

QUADRO: PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS COOPERADOS, AGRICULTORES DE JUTA E MALVA DA COOMAPEM.		
Fonte: COOMAPEM 2015.		
	Itens do questionário	Resultado em %
ASPECTO SOCIAL	1.Sexo	
	Feminino	10%
	Masculino	91%
	2.Faixa etária	
	20 a 39	15%
	40 a 49	21%
	50 a 59	29%
	60 a 80	35%
	3.Raça/Cor/Etnia:	
	Branca	3%
	Pardo	88%
	Preta	9%
	4. Escolaridade:	
	Da 1ª à 4ª série do Ensino Fundamental.	50%
	Da 5ª à 8ª série do Ensino Fundamental.	29%
	Ensino Médio completo.	21%
5. Número de pessoas no núcleo familiar:		
Duas pessoas.	26%	
Três.	12%	
Quatro.	21%	
Cinco.	9%	
Mais de seis.	32%	
* Informações geradas a partir do cadastro de cooperados da COOMAPEM e de 34 entrevistas realizada com os cooperados em 2015.		

Quadro 4: perfil socioeconômico dos cooperados, agricultores de juta e malva da COOMAPEM.
Fonte: COOMAPEM 2015. Organização: Geisiane,2015.

1.Sexo: Observado que 91% da atividade de malva e juta é realizada pelo gênero masculino.

2. Faixa etária: 64% concentra-se na faixa etária de 40 a 80, indício da falta de estímulo para os produtores mais jovens realizarem a produção de juta e malva, com procura por outras atividades produtivas menos sofridas, o que compromete a longo prazo a cultura tradicional da juta e malva no Amazonas.

3. Raça/Cor/Etnia: 88% considera-se de cor parda, 9% de cor preta e 3% de cor branca, nenhum dos entrevistados é indígena.

4. Escolaridade: 50% dos cooperados frequentou da 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental, devido à falta de oportunidade em continuar os estudos no interior, as escolas estão localizadas nas comunidades, por vezes, distante do local de moradia dos cooperados, 29% dos cooperados frequentaram da 5ª a 8ª Série do Ensino Fundamental e 21% possuem o Ensino Médio completo.

5. Número de pessoas no núcleo familiar: 62% dos cooperados possuem de quatro a mais de seis pessoas no núcleo familiar, por vezes composta por filhos, netos, genros e noras, que também contribuem nas atividades agrícolas da família. Tais famílias residem nas seguintes localidades de Mancapauru/Am: Costa do Ajaratubinha, Costa do Cabaleana, Costa do Paratari, Costa do Tuiué, Ilha da Linda Nova, Ilha do Arraia, Ilha do Jaratuba, Ilha do Marrecão, Ilha do Paratari, Paraná do Iauara, Paraná do Paratari, Paraná do Periquito, Paraná do Supiá e Ressaca do Pesqueiro. Outras famílias residem nas seguintes localidades: Costa do Ambé, em Anori; Costa do Moreno, em Beruri.

No quadro 5, o perfil socioeconômico dos Cooperados Agricultores de malva e juta da COOMAPEM, consta o resultado das entrevistas das seguintes informações econômicas:

QUADRO: PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS COOPERADOS, AGRICULTORES DE JUTA E MALVA DA COOMAPEM.		
Itens do questionário		Resultado em %
ASPECTO ECONÔMICO	6. Sua principal fonte de renda é da agricultura da malva e juta?	
	SIM	97%
	NÃO	3%
	7. Além da renda com a venda da juta e malva, que outra fonte de renda você possui?	
	Agricultura (somente da malva e juta)	53%
	Agricultura (Abóbora, macaxeira, melancia, mamão, milho, feijão e outros)	18%
	Pecuária (criação de gado)	9%
	Piscicultura (peixe)	3%
	Serviços (locação de barco)	3%
	Não prestaram informação	15%
	8.3 Renda média mensal adquirida na safra 2013/2014 (Valor total da produção / salário mínimo R\$ 788,00)	
	De 01 a 05 salários	29%
	De 06 a 10 salários	12%
	De 11 a 15 salários	21%
	De 16 a 30 salários	18%
	De 31 a 80 salários	21%
	9. Tempo de cooperativa em anos:	
	1 a 9	62%
	10 a 29	32%
	30 a 40	6%
10. Você considera importante ser cooperado da COOMAPEM? Por quê?		
SIM (Facilidade na comercialização dos produtos juta/ malva e do PAA, Representação junto aos órgãos, sentir integrado à sociedade através da cooperativa, melhoria de vida)	97%	
NÃO (Estar afastado há 2 anos das atividades da cooperativa)	3%	
* Informações geradas a partir do cadastro de cooperados da COOMAPEM e de 34 entrevistas realizada com os cooperados em 2015.		

Quadro 5: Perfil Socioeconômico dos Cooperados da COOMAPEM, aspecto econômico.

Fonte: COOMAPEM 2015. Organização: Geisiane, 2015.

6. Fonte de renda principal: 97% dos cooperados consideram a agricultura da malva e juta sua principal fonte de renda, ressaltando que dentre as atividades econômicas nas terras de várzea a cultura da malva e juta, apesar das dificuldades encontradas ainda é a mais rentável.

7. Outras fontes de renda¹⁷: além da agricultura da juta e malva, 18% também cultivam abóbora, macaxeira, melancia, mamão e outros produtos como subsistência e também para comercializar com a COOMAPEM através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), contudo, 53% dos cooperados afirmaram viver somente do cultivo da malva e da juta.

8. Renda média: o cálculo para resultar na renda média tomou por base o valor faturado na Safra 2013/2014, que foi dividido pelo salário mínimo de R\$ 788,00; na escala de 01 a 05 salários mínimos concentra-se 29% dos cooperados e embora haja concentração na escala de 31 a 80 salários mínimos em 21% dos cooperados, os valores são rateados por agricultores, que se unem para fazer o processo do plantio à colheita da juta e malva, e ainda existem os agricultores que contratam mão-de-obra local para realizar o processo da colheita e com isso, os custos elevam reduzindo o lucro com a comercialização da juta e malva.

9. Tempo de cooperativa em anos: 62% dos cooperados compõem a escala de 01 a 09 anos de cooperativa, 32% compõem a escala de 10 a 29 anos e 6% compõem a escala de 30 a 40 anos de cooperativa, o tempo de cooperativa demonstra uma correlação com o item 10.

10. Considera importante ser cooperado da COOMAPEM: 97% dos cooperados consideram importante ser cooperado da COOMAPEM, pelos seguintes motivos: facilidade na comercialização dos produtos como juta, malva e outros produtos como macaxeira, abóbora, que compõe os itens do PAA; Representação junto aos órgãos e entidades públicas, bancos e outros; sentir integrado à sociedade através da cooperativa; e considerar que a participação como cooperado na COOMAPEM trouxe a melhoria de vida.

Os aspectos sociais e econômicos compõem um conjunto de elementos que contribuem para a inclusão social dos cooperados da COOMAPEM na sociedade, seja pela condição econômica pela representatividade social, e pelas conquistas para melhoria de vida, contudo, é necessário que as políticas públicas continuem a dar suporte para melhorar as condições no processo produtivo da malva e juta, seja no assistência técnica por órgãos como o IDAM, nas condições mais flexíveis de acesso ao crédito e a informação, na elevação do valor da subvenção econômica, na facilidade para aquisição de sementes de malva e juta, no incentivo tributário, na proteção às importações, e nas condições previdenciárias do agricultores.

¹⁷ Buainaim e Romeiro (2000) afirmam que a agricultura familiar desenvolve, em geral, sistemas complexos de produção, combinando várias culturas, criações animais e transformações primárias, tanto para o consumo da família, quanto para o mercado.

3.3 - Descrição do processo produtivo das fibras vegetais de malva e juta.

Os cooperados agricultores de juta e malva realizam o processo produtivo da malva e juta descrito a partir das informações prestadas por Daniel Rodrigues (2015), responsável pela coordenação do processo produtivo na COOMAPEM e dos estudos de Homma (2010), Noda (2010), Pinto (1982) e Fagundes (2002), que trazem um resgate histórico e uma análise econômica dessa atividade na região. Nos estudos é possível observar os olhares e representações sociais que os homens principais protagonistas dessa história, tinham e ainda têm sobre o processo produtivo destas fibras, os desafios, as perspectivas, relações de trabalho e as políticas públicas destinadas à agricultura.

O processo da produção da juta e malva pelos cooperados agricultores da COOMAPEM, será descrito nas seguintes etapas: 1) Aquisição da semente de malva e juta; 2) Distribuição das sementes; 3) Plantio direto das sementes de malva e juta; 4) Manutenção da área plantada; 5) Colheita; 6) Secagem e confecção dos fardos de fibra; 7) Armazenamento da fibra *in natura* no paiol do cooperado; 8) Da coleta dos fardos de fibra *in natura* pela COOMAPEM; 9) Do armazenamento das fibras pela COOMAPEM; 10) Processo de classificação e enfardamento das fibras no armazém da COOMAPEM; 11) Comercialização das fibras.

1) Aquisição da semente de malva e juta

A Cooperativa compra com preço mais acessível as sementes de malva e juta, que melhorou após convênio realizado pela COOMAPEM com a SEPROR, que permitiu o financiamento das sementes a preço mais baixo, com a aquisição direta do produtor de sementes e a distribuição das sementes aos produtores cooperados com garantia de pagamento das sementes em fibra.

Através do programa de aquisição de sementes nos anos de 2012 e 2013, o Governo disponibilizou através do IDAM uma quantidade de sementes sem ônus para os produtores de fibra, sendo distribuído pela COOMAPEM aos seus cooperados, porém a quantidade

distribuída corresponde a um volume menor que o necessário para o plantio da safra pelo produtor.

Desde de 1937 as sementes de juta e malva são oriundas do Estado do Pará, o Amazonas ainda não é autossuficiente na produção das sementes, segundo Fagundes (2002), as sementes de juta são produzidas em Alenquer, no Estado do Pará, sob a coordenação da Embrapa da Amazônia Oriental, as sementes demandam o ciclo de desenvolvimento estimado em 8 meses, sendo colhidas a partir de julho e agosto. O período de beneficiamento da semente de juta (batedura, peneira/limpeza/ventilação e secagem a 11% de umidade e embalagem) é de aproximadamente 15 dias. Possibilitando que as sementes sejam transportadas a tempo da realização do plantio no mês de dezembro no Estado do Amazonas.

As sementes de malva, segundo Fagundes (2002), são produzidas em Capitão Poço e Bragança, no Estado do Pará, de forma similar à juta, a produção de sementes de malva é realizada sob encomenda do Instituto de Fomento à Produção de Fibras Vegetais da Amazônia-IFIBRAM, que realiza análises do poder germinativo e as repassa aos produtores de fibra no Amazonas, através do Governo do Estado do Amazonas, por meio do Instituto de Desenvolvimento do Amazonas – IDAM, e firmas particulares. A pesquisa realizada pela autora em 2002 demonstrou que a produção dos Estado do Pará era suficiente para cobrir a demanda do mercado nacional.

Semente de juta: calendário de produção

Plantio	Ciclo de Desenvolvimento	Colheita	Local	Necessidade de sementes (kg/ha)	Produtividade
Semente: dez/jan	8 meses	Jul/ago	Alenquer (Pará)	1 kg/ha (semente básica)	300 a 500 kg/ha
Fibra: até 15 de dez	5 a 6 meses	Mai/jun	Parintins/Manacapuru (Amazonas)	6 a 8 kg/ha	1.800,4 kg/ha

Semente de malva: calendário de produção

Plantio	Desenvolvimento	Colheita	Local	Necessidade de sementes (kg/ha)	Produtividade
Semente: até 15/dez	7 a 8 meses (dependendo do cultivar)	Jul/Ago	Capitão Poço e Bragança (Pará)	1 a 3 kg/ha (semente básica)	300 a 500 kg/ha
Fibra: até 15/dez	6 a 7 meses	Jun/Jul	Parintins/Manacapuru (Amazonas)	20 kg/ha	1.800 kg/ha

Quadro 6: Semente de Juta e Malva.

Fonte: Fagundes, 2002.

A produção de fibras a partir das sementes de malva corresponde à média de 20kg/ha, enquanto a produção das fibras de juta corresponde à média de 8kg/ha, motivo pelo qual a produção no Amazonas, concentra-se na produção de malva, que na produção de fibras de juta.

2) Distribuição das sementes

Após o processo de aquisição das sementes de juta e malva dos fornecedores, a COOMAPEM inicia o processo de distribuição das sementes para o cooperados, considerando a quantidade necessária para realizar o plantio por hectária e o tempo hábil para iniciar o plantio da safra. Neste processo é utilizado o apoio logístico de barco da cooperativa, contudo, há cooperados que dispõem de barco próprio para retiradas das sementes e outros preferem buscar na sede da cooperativa.



Figura 1: Distribuição de Sementes, Fonte COOMAPEM,2015.

Os cooperados agricultores realizam plantio às margens do Rio Amazonas e afluentes do Rio Solimões.

3) Plantio das sementes de malva e juta

O ciclo da produção das fibras de malva e juta envolve um período de safra, compreendido entre os meses de agosto até abril, dependendo da velocidade das estiagens e enchentes nas várzeas trabalhadas, onde se planta a malva e a juta.

O conhecimento sobre o processo de cultivo das fibras é realizado de forma tradicional, ou seja, é passado de geração a geração de forma prática. O processo desta cultura baseia-se em tecnologias limpas, com larga utilização de mão de obra, além da não utilização de agroquímicos.

A cultura da juta e da malva caracteriza-se pelo uso do trabalho manual, com auxílio de poucos instrumentos, porém com uma boa produtividade, ainda que os solos da várzea apresentem pouca fertilização (NODA, 2010). O cultivo da juta e malva tornou-se uma atividade exclusiva dos pequenos agricultores, na base da agricultura familiar HOMMA, (1998).

As sementes de malva e juta são semeadas pelo agricultor na vazante dos rios, que geralmente inicia no mês de setembro, quando as terras de várzea estão úmidas, enlameadas, e propícias para receber as sementes, que por ordem são semeadas as sementes de juta nas terras baixas, posteriormente são semeadas as sementes de malva nas terras altas, a lógica é atribuída ao tempo de crescimento, pelo qual a juta demanda entre 3 a 4 meses para desenvolver, e a malva demanda o tempo de 7 a 8 meses.

Em relação à produção da malva, esta fibra apresenta as mesmas peculiaridades que a juta no processo produtivo. Na Amazônia era considerada como praga nas roças e por ser uma planta adaptada aos solos de baixa fertilidade.

4) Manutenção da área plantada

A manutenção da área plantada é realizada pelo agricultor no período estimado de 4 meses entre o plantio e o desenvolvimento das fibras. O processo de manutenção consiste na limpeza da área, retirando plantas, que possam obstruir o desenvolvimento das fibras, nesse

processo a malva mostra-se mais resistente a presença de ervas daninhas, que a juta, fator que colabora para o plantio em maior escala da malva que o plantio da juta.

5) A Colheita

A colheita das fibras ocorre no período de janeiro a maio, quando as fibras de malva e juta atingem o crescimento estimado entre 3 a 4 metros de altura, de modo que a colheita da juta ocorre primeiro que a colheita da malva, em virtude do tempo de desenvolvimento da fibra.



Figura 2: Plantio de Juta e Malva. Fonte: COOMAPEM,2015.

No processo de colheita é realizado o corte das fibras e a separação das guias e folhas restando apenas o calce da planta, que depois é mergulhada na água do rio para o processo de maceração, tempo em que fica mergulhada na água, para posterior processo de desfibramento, que consiste na separação da casca e das cutículas das fibras, restando somente a fibra in natura.

No processo de maceração, é necessário o período de 6 a 7 dias para as fibras de malva, e mais 30 dias para o processo de desfibramento. Quanto a malva é necessária o período de 14 a 17 dias para a maceração e mais 15 dias para o processo de desfibramento.



Figura 3: Fibras mergulhadas para desfibramento. Fonte COOMAPEM,2015.

No processo de desfibramento das fibras de malva e juta, o agricultor necessita ficar dentro da água, exposto ao ataque de araquinídeos, arraia, jacaré, dentre outros insetos e animais, que corroboram com as condições adversas de insalubridade nessa fase de colheita.



Figura 4: Processo de desfibramento. Fonte: COOMAPEM,2015.

Os cooperados, que residem na zona rural, buscam atendimento no hospital público de Manacapuru, em casos mais graves que não conseguem ser resolvidos em Manacapuru, os cooperados são deslocados para a cidade de Manaus com a ajuda da presidente da COOMAPEM, que dispõe do transporte próprio ou de terceiros para a locomoção dos cooperados enfermos.

6) Secagem e confecção dos fardos de fibra

O processo de secagem das fibras consiste em colocar as fibras ainda molhadas em varais improvisados com varas de madeira próximo a residência do agricultor, e o tempo de secagem das mesmas dependem das condições climáticas da região.



Figura 5: Secagem das Fibras. Fonte: Coopem,2015.

Após secagem das fibras nos varais, as mesmas são confeccionadas manualmente pelo agricultor em fardos com pesos variados, há uma orientação da COOMAPEM que os fardos sejam confeccionados no peso máximo de 60kg, no intuito de facilitar o deslocamento dos mesmos e evitar problemas de saúde ocasionados pelo excesso de peso carregado pelos agricultores.



Figura 6: Fardos de fibras. Fonte: COOMAPEM,2015.

7) Do armazenamento da fibra in natura no paiol

Após a confecção dos fardos os mesmos são armazenados no paiol do agricultor, local protegido do sol e das chuvas para manter a qualidade das fibras.

O paiol do agricultor fica localizado próximo a sua residência, enquanto aguarda o momento da comercialização e coleta das fibras.

Devido às condições climáticas dos rios, o paiol do agricultor torna-se vulnerável as enchentes dos rios, o que por vezes, obriga-o a comercializar as fibras com o menor preço inicial ofertado pelo mercado.

8) Da coleta dos fardos de fibra in natura pela COOMAPEM

Na época da safra, a coleta dos fardos de fibras de malva e juta é realizada pelo COOMAPEM com auxílio logístico do barco próprio da cooperativa, que sai de Manacapuru com destino aos cooperados que receberam as sementes distribuídas.

A coleta inicia após negociação de valores de mercado com o agricultor cooperado, primando pelo preço justo que atenda às necessidades do agricultor, a exemplo da safra de 2013/2014 a COOMAPEM pagou pelo kg da fibra o valor de R\$ 2,30 e o cooperado agricultor recebeu o valor de R\$ 0,40 do Governo do Estado pelo valor pago na subvenção econômica.

Neste processo, a COOMAPEM contrata mão-de-obra temporária para realizar a coleta dos fardos de juta e malva.



Figura 7: Barco da COOMAPEM. Fonte: COOMAPEM,2015.

9) Do armazenamento das fibras pela COOMAPEM

O processo de armazenamento dos fardos de fibras começa com a chegada dos barcos carregados de fibra no porto da cooperativa e é feito o desembarque, e estoque primário no galpão da COOMAPEM, o volume de fibras coletadas é expressivo, e nesta ocasião a cooperativa vem gerando em torno de 750 a 1200 empregos temporários diretos e indiretos.



Figura 8: Galpão COOMAPEM. Fonte: COOMAPEM,2015.

No gráfico 9 demonstra o quanto a produção de fibras de juta e malva é capaz de gerar empregos diretos e indiretos no período da safra. Na safra de 2010/2011 foram 200 postos gerados, na safra de 2011/2012 foram 1.200 postos de emprego e no ano de 2013 foram beneficiadas com a oportunidade de emprego 750 pessoas.

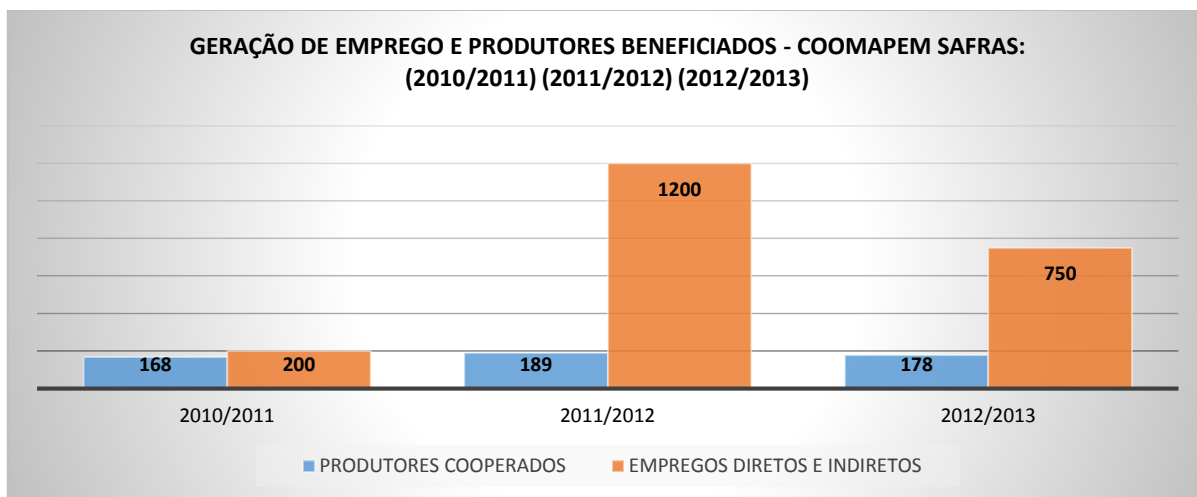


Gráfico 9: Geração de Emprego COOMAPEM.
Fonte COOMAPEM 2013. Organizado por Geisiane Soares, 2015

10) Processo de classificação e enfardamento das fibras no armazém da COOMAPEM

O processo de classificação, prensagem e enfardamento, é realizado dentro da cooperativa, onde os funcionários de produção irão selecionar e classificar a fibra de acordo com textura, cor e qualidade da fibra, e padronizar os fardos num peso ideal para serem levados para próxima etapa, a prensagem, logo após, com os fardos menores e devidamente classificados, em uma prensa que padroniza o tamanho e peso da fibra e outro serviço que é feito por esta produção é os cabos que irão amarrar os fardos, e estes são confeccionados da própria fibra. E logo após esse processo feito o estoque final, com o produto pronto para venda.

No processo de seleção das fibras de malva e juta realizado na COOMAPEM a mão-de-obra contratada recebe o treinamento da cooperativa, tendo por base as informações do especialista em tipificação de fibras da CONAB para a seleção das fibras malva/juta em tipo II, tipo III, tipo IV e tipo IX descritos a seguir.

Tipo II- fibra de coloração mais clara e como mínimo de impurezas.

Tipo III-fibra de coloração mais escura e com mais impurezas.

Tipo IV-fibra de coloração mais escura e com um nível de impurezas maior que a tipo III.

Tipo IX- São as aparas de fibras.



Figura 9: Processo de seleção das fibras. Fonte: COOMAPEM, 2015

10.1) Processo de seleção dos fardos por tipo de fibra

Após o processo de classificação das fibras, as mesmas são prensadas em fardos de até 200kg na prensadeira, e amarados com as cordas confeccionadas artesanalmente pelos cooperados, tal processo serve para otimizar o espaço no galpão de armazenamento da COOMAPEM e facilitar a logística na comercialização dos fardos.

Os fardos são embalados de acordo com o instrumento de classificação do Ministério da Agricultura, Portarias MA N.º 149 e N.º 150, de 08 de junho de 1982.

a) fibra embonecada: em “bonecas”, admitindo-se a formação de fardos com cerca de 50 kg;

b) fibra prensada: em fardos com cerca de 200 kg, prensados à densidade mínima de 400 kg/m³, amarrados com fita de aço, arame ou cordas da própria fibra, contendo a seguinte marcação: produto, safra, tipo da fibra, número do fardo, peso líquido e identificação do prensador.



Figura 10: Pesagem das fibras. Fonte: COOMAPEM,2015.



Figura 11: Prensagem dos Fardos de fibra. Fonte: COOMAPEM,2015.

11) Comercialização das fibras

A comercialização das fibras de malva e juta pela COOMAPEM é realizado no mercado nacional, não há exportação das fibras pela cooperativa. Os principais clientes são fabricantes de sacarias e estopas dos Estados do Amazonas, Pará e São Paulo. Os preços praticados dependem dos valores ofertados pelo mercado, observado a política de preços mínimos estabelecida pelo Governo.

Na pesquisa de campo de 2015 na COOMAPEM, foi observado que no período de 2009 a 2011 houve crescimento na comercialização da malva e juta, porém no ano de 2012 houve queda na comercialização devido à cheia dos rios, à concorrência de mercado com a importação de fibra da Índia a preço mais baixo. No ano de 2013, a COOMAPEM sofreu com a perda de um barco que realizava a coleta das fibras e também com o incêndio ocorrido no depósito principal das fibras, e conseguinte no ano de 2014, a perda do depósito impossibilitou os processos de armazenamento, seleção e prensagem dos fados, e resultou na comercialização das fibras in natura a preço mais baixos.

A solução para o ano de 2015 surgiu da parceria com fabricantes de sacarias em Manacapuru para realizar os processos de armazenamento, seleção e prensagem, resultando na melhoria dos preços comercializados.

A relação da cooperativa com as demais empresas de Manacapuru do ramo de fibras vegetais dá-se através da ajuda mútua quando falta semente para a COOMAPEM, outras empresas cedem a semente para o plantio, e também quanto ao processo de beneficiamento das fibras malva/juta, dá-se pelas empresas de beneficiamento instaladas em Manacapuru como a COOPERFIBRAS e Castanhal Companhia Têxtil, que fabricam principalmente sacarias.

No gráfico 6, demonstra a comercialização das fibras de juta e malva realizadas pela cooperativa nas safras de 2010/2011 em que comercializou 2000 toneladas; na safra de 2011/2012, comercializou 1.600 toneladas e na safra de 2012/2013, foi comercializado 1.200 toneladas.

A comercialização, em 2011, procedeu com os seguintes clientes: foi comercializado pela COOMAPEM 1.005.177 toneladas para um fabricante de sacarias em Manacapuru/Am; comercializado 700.323 kg de fibras malva/juta para um cliente de sacarias em Manaus/Am; comercializado para o Estado do Pará 46.140 kg para um fabricante de sacarias e

comercializado para o Estado de São Paulo 61.200 kg para um cliente que fabrica estopa utilizada na fixação de gesso na construção civil.

No ano de 2012, foi comercializado pela COOMAPEM: 1.122.550 toneladas em Manaus/AM para um fabricante de sacarias; comercializado para o Estado de São Paulo 66.000 kg para um cliente que fabrica estopa utilizada na fixação de gesso na construção civil.

No ano de 2013, foi comercializado pela COOMAPEM: 126.961kg para uma fábrica de beneficiamento de fibras para a produção de sacarias em Manaus/AM; comercializado para o Estado do Pará 331.973 kg para um cliente que fabrica sacaria

No ano de 2014, foi comercializado em Manacapuru/AM 208.045 kg para um fabricante de sacarias e comercializado para o Estado do Pará 38.843 kg para 1 cliente que fabrica sacaria.

A prospecção de novos clientes pela COOMAPEM dá-se através da Feira, realizada a cada dois anos, tendo por objetivo a atração de investimentos, promoção comercial de produtos e serviços da Amazônia brasileira, mostra de programas e projetos resultantes das políticas públicas para desenvolvimento socioeconômico sustentável, além de estímulo às exportações.

A COOMAPEM também participa através de feiras organizadas no Brasil pela OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras). Contudo, no Amazonas as incidências de feiras organizadas pelo Governo são poucas para a exposição dos produtos das fibras de malva/juta, dificultando a prospecção de novos clientes para a comercialização das fibras de malva e juta.



Figura 12: Exposição COOMAPEM na FIAM 2011. Fonte: COOMAPEM,2015.

3.4. – Perspectiva dos cooperados da COOMAPEM sobre o processo produtivo da malva e juta: Pontos positivos e Negativos.

Conhecer o processo produtivo de malva e juta da COOMAPEM, possibilita compreender quais os pontos positivos e negativos elencados pelos cooperados, que permitam futuramente, a busca por alternativas de melhoria para a manutenção da cultura centenária de malva e juta em Manacapuru.

Nas entrevistas realizadas em 2015 com 34 cooperados, foi utilizado um questionário com perguntas abertas e fechadas com os seguintes grupos de informações: Grupo 2 - Informações sobre a aquisição das sementes de malva e juta; Grupo 3 - Informações sobre treinamento, visita técnica do IDAM e uso de máquina; Grupo 4 - Informações sobre pontos positivos e negativos do processo produtivo de malva e juta; e Grupo 5 - Informações sobre a política de subvenção econômica aos produtores de juta e malva.

No grupo 2- Informações sobre a aquisição das sementes de malva e juta foram obtidas as seguintes informações:

Foram elencados como pontos positivos: ter recebido no período de 2012 a 2014, semente de forma gratuita pelo Governo; facilidade na logística de entrega das sementes pelo barco da cooperativa e quando compra sementes da COOMAPEM em geral o preço é mais baixo que as outras empresas de Manacapuru.

Como pontos negativos foi apontado a quantidade insuficiente de sementes distribuídas pelo Governo, e o custo com a aquisição das sementes de malva e juta adquirido com outras empresas que compram fibras no Amazonas. Tais pontos são demonstrados pelas palavras dos cooperados abaixo citadas:

“A quantidade não é suficiente. Preciso de 100 kg, e recebi somente 20 kg no ano de 2013, o ideal era ter recebido pelo menos 50 kg de sementes”. (M.E.C.M 37 anos. Cooperado da COOMAPEM, Manacapuru, AM)

“O custo com as sementes no ano de 2014 comprei 200 kg com o pagamento de 7 kg de fibra por 1 de semente”. (F.S.S 56 anos. Cooperado da COOMAPEM, Manacapuru, AM)

No grupo 3- Informações sobre treinamento, visita técnica do IDAM e uso de máquina foram obtidas as seguintes informações:

Foram elencados pontos positivos a participação de filhos dos cooperados em treinamento oferecido pela cooperativa COOMAPEM, e como pontos negativos foi informado: ausência de treinamento nos últimos dois anos por parte do Governo Estadual.

Quanto às visitas técnicas do IDAM, informaram que não houve nos últimos dois anos visita realizada pelo IDAM, embora seja previsto anualmente no Plano Operativo do IDAM a realização de visitas aos agricultores no Amazonas, fato que indica a necessidade ampliar a quantidade de visitas a ser realizada nos agricultores da cadeia produtiva de juta e malva no Amazonas.

Durante a pesquisa foi observado, que as técnicas de plantio permanecem rudimentares, estudos de Souza (2012), demonstram que no ano de 2008 através do Projeto “Desenvolvimento Rural e Sustentabilidade em Comunidades Ribeirinhas do Amazonas” do NUSEC e PIATAM da Universidade Federal do Amazonas, houve uma tentativa de modernizar do processo produtivo através das máquinas descortificadoras introduzidas em algumas comunidades localizadas as margens do Rio Solimões, nos municípios de Manacapuru e Caapiranga.

Passados sete anos desde a inserção das máquinas descortificadoras, foi possível verificar através dessa pesquisa, que tais máquinas ainda não atingiram a plena capacidade produtiva, e a disseminação da técnica entre os agricultores necessita de maior incentivo do Governo Federal e Estadual, bem como a melhoria da própria máquina para o desfibramento da juta e malva.

Os cooperados produtores de juta e malva da COOMAPEM foram consultados sobre o assunto, e responderam que não utilizam máquina descortificadoras para o desfibramento na colheita das fibras, conforme relato abaixo:

“Não utilizei a máquina porque o IDAM não faz a visita técnica, precisaria da visita para saber se no momento do plantio o problema é com a qualidade da semente ou se é com o solo que não está mais fértil para desenvolver a fibra”. (M.E.C.M 37 anos. Cooperado da COOMAPEM, Manacapuru, AM)

“O IDAM tem uma máquina para desfibrar, mas não foi aprovada, porque tem que carregar é pesada, e a malva tem que ser cortada de imediato, não pode deixar a malva murchar se não a máquina não descasca, e é preciso trabalhar com 6 pessoas, sendo 3 pessoas cortando e 3 pessoas colocando na máquina. Outro ponto é quanto a quantidade produzida pela máquina que ainda precisa atingir a mesma quantidade que hoje é produzido por uma pessoa”. (A.S.M. 67 anos. Cooperado da COOMAPEM, Manacapuru, AM)

No grupo 4 - Informações sobre pontos positivos e negativos do processo produtivo de malva e juta foram obtidas as seguintes informações:

Como pontos positivos foram apontados: o cultivo da juta e malva ajuda na sobrevivência da família, e que a logística quando realizada pelo barco da cooperativa ajuda a reduzir o custo.

Como pontos negativos os cooperados elencaram: as condições de insalubridade para realizar a colheita das fibras, principalmente, por ter de ficar dentro da água exposto às picadas de insetos e animais como cobra, arraia e outros; a perda da produção devido às enchentes; à dificuldade de encontrar mão-de-obra no período de colheita; a desvalorização do mercado em relação ao trabalho realizado para produzir as fibras, e preço baixo ofertado pelo mercado para a comercialização das fibras.

“Ficar dentro da água sujeito à cobra, arranha, jacaré. E também o preço baixo pago pelo mercado, por exemplo a Fábrica Castanhal pagou na última Safra 2,30 o kg, mas eu tenho os custos para deixar lá a fibra, pago frete, pessoas para embarcar, também vendo para o atravessador que paga mais barato R\$ 2,15 kg, porque ele tem o custo com o transporte”. (A.S.M. 67 anos. Cooperado da COOMAPEM, Manacapuru, AM)

“Quanto as enchentes dos rios que fazem com que a gente tenha que colher a fibra ainda em processo de crescimento, e também a dificuldade em encontrar mão-de-obra”. (F.S.S 56 anos. Cooperado da COOMAPEM, Manacapuru, AM)

“As enchentes têm prejudicado o plantio, e também o fato de ficar dentro da água, mas o pior é o preço pago pelas fibras que começa todo ano com o preço baixo e melhorar um pouco quando chega no final da safra, o ideal era que já começasse com o preço final pago no ano anterior, assim, se terminou a safra com o preço de 2,50 a próxima safra o preço mínimo deveria ser de 2,50 e não de 1,90”. (W.O.S 63 anos. Cooperado da COOMAPEM, Manacapuru, AM)

Lima et al., (2007) aponta que umas das limitações ao avanço da cadeia produtiva do cultivo da malva e juta, é o processo de extração das fibras, devido a insalubridade das condições de trabalho durante esse processo que requer várias horas contínuas de trabalho dentro da água, sujeito aos vários perigos desse ambiente.

Também corroborando com Tsutiya *in* Souza (2012), que conceitua o labor insalubre como “aquele que afeta ou causa danos à saúde, causando doenças, ou seja, é o trabalho não salubre, não saudável. Muitas enfermidades estão diretamente relacionadas e outras são agravadas pela profissão do trabalhador ou as condições em que o serviço é executado, o que possibilita a constatação donexo entre o trabalho e a doença”.

Durante a pesquisa foi observado que os agricultores não utilizam equipamentos de segurança pessoal para realizar a atividade de colheita das fibras de juta e malva, propiciando o contato direto com a água, exposição a perigos anteriormente citados e aos cortes no corpo pela desproteção do corpo. Portanto, o incentivo ao uso de equipamento de segurança pessoal poderia minimizar o labor insalubre dos agricultores.

Quanto a comercialização das fibras de juta e malva nos anos de 2013 e 2014, os cooperados informaram, que venderam para a COOMAPEM, e também para as seguintes empresas como a CTC - Companhia Têxtil de Castanhal, Cooperfibras - Cooperativa dos Juticultores, Pescadores e Produtores extrativistas do Amazonas e JUTAL - Empresa Industrial de Juta S/A, em virtude do pagamento das sementes adquiridas com essas empresas, que são pagas com fibras na safra.

No grupo 5 - Informações sobre a política de subvenção econômica aos produtores de juta e malva foram obtidas as seguintes informações:

Como ponto positivo foi apontado a melhoria no valor pago da subvenção econômico, que o aumentou de R\$ 0,20 para R\$ 0,40 o valor pago por quilo de fibra produzida. O fato de a cooperativa organizar os documentos a serem enviados para a liberação da subvenção também é visto como positivo.

Como pontos negativos foram apontados o atraso no pagamento da subvenção econômica e também a necessidade de aumentar o valor da subvenção econômica de R\$ 0,40 para R\$ 1,00.

As melhorias indicadas pelos cooperados para as políticas que auxiliam no processo produtivo de malva e juta são as seguintes:

- Crédito e Financiamento: há necessidade de seguro safra para liquidar empréstimo nas instituições financeiras em caso de perda da produção, a exemplo do acidente com o fogo que queimou a produção dos cooperados no depósito da cooperativa no ano de 2013, e os cooperados ficaram com débitos junto às instituições financeiras.
- Melhorar o acesso às informações sobre linhas de crédito disponíveis para o cooperados, pois, quando procuram os bancos, os mesmos solicitam que procurem o IDAM, contudo o órgão não detém as informações para auxiliar o cooperado agricultor a conseguir o crédito para a compra das sementes, máquinas e equipamentos.
- Melhorar o valor da subvenção econômica de R\$ 0,40 para até R\$ 1,00.
- É necessário que o Governo melhore as condições para que o agricultor tenha acesso direto às sementes de juta e malva, e o próprio Governo realizasse a venda das sementes a baixo custo para os agricultores, através de linhas de financiamento com juros baixos como o Pronaf.
- O preço para a comercialização das fibras precisa melhorar de forma que o preço inicial de cada safra correspondesse ao maior preço pago na safra anterior, e que o Governo garantisse a compra da fibra por tal preço, dessa forma o mercado não teria como pagar o valor mais baixo pela fibra, pois, o Governo garantiria a compra. A exemplo, se o preço final da safra de 2014 fosse R\$ 2,50 o preço inicial da fibra na safra de 2015, deveria ser R\$ 2,50 e caso o mercado tentasse pagar o valor menor o agricultor teria a possibilidade de vender para o Governo a fibra ao preço inicial de R\$ 2,50.
- O Governo poderia fazer um programa de entrega das máquinas de desfibramento para os agricultores e também poderia ajudar com linhas de crédito a juros baixos para a aquisição das máquinas para dar oportunidade aos agricultores, que por ventura não tivessem sido atendidos no programa de entrega das máquinas.
- O Governo precisa melhorar através do IDAM as visitas técnicas junto aos cooperados agricultores para fazer análise de solo, análise da qualidade das sementes e inovar as técnicas de plantio e colheitas das fibras.
- O Governo precisa estimular o plantio das sementes de malva no Amazonas, para evitar a falta das sementes para o plantio, reduzir o custo, e também os atrasos para recebimento das sementes que vem do Pará.

- O Governo precisa estimular o mercado a usar as fibras de malva e juta em outros produtos além das sacarias e estopas, com isso haveria mais clientes interessados na compra das fibras.

Em face as demandas pela melhoria da cadeia produtiva de fibras, relatos da OCB-AM(2015) informam que, ocorreu na sede do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), a 1ª Reunião Ordinária da Câmara Setorial¹⁸ da Cadeia Produtiva de Fibras Naturais de 2015, com os seguintes representante: a presidente da Cooperativa Mista Agropecuária de Manacapuru (COOMAPEM), representante do Sistema OCB-AM, presidente da Federação da Agricultura do Estado do Amazonas (FAEA), representante da Confederação Nacional da Agricultura (CNA).

Na reunião foram debatidas propostas para o fortalecimento do setor de fibras de juta e malva no Amazonas, sendo aprovada as seguintes propostas: compra de sacarias biodegradáveis pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) para embalagem dos estoques públicos, investimentos em armazéns da CONAB no Amazonas, Inclusão das fibras no Programa de Aquisição de Alimentos – PAA sementes e solicitação de reajuste do Preço Mínimo da Juta Malva, a vigorar em 2016.

As perspectivas dos cooperados agricultores contribuem para o processo de melhoria continua das políticas de distribuição de sementes, da subvenção econômica, políticas e crédito e financiamento, política de preço mínimo, e de incentivos fiscais para novos empreendedores nos insumos de fibras de malva e juta. Nas palavras da presidente da COOMAPEM, há urgência no atendimento das demandas do setor de fibras vegetais.

“O setor de fibras do Amazonas passa por grandes dificuldades, e se não forem tomadas providências urgentes e bem direcionadas pelo poder público, corre o risco de acabar em breve, como já aconteceu no passado. Estamos em busca de soluções urgentes para a cadeia produtiva de fibras no Amazonas, acreditando que, se essas medidas forem implementadas, o setor será fortalecido. A câmara é de extrema importância no encaminhamento e na cobrança dos nossos pleitos a quem de fato pode fazer algo pelo segmento. Tenho absoluta certeza, se dependesse apenas da câmara todas as propostas seriam atendidas”. (Eliana Medeiros, presidente da COOMAPEM, Manacapuru, AM)

¹⁸ As Câmaras Setoriais e Temáticas foram criadas em 2003. O objetivo desse fórum consultivo é propor, apoiar e acompanhar as ações para o desenvolvimento das atividades das cadeias produtivas do agronegócio brasileiro, e em 2011 foi criada a Câmara de fibras naturais foi criada em 2011, segundo MAPA (2011), representantes dos produtores, indústria e governo debatem ações para beneficiar as cadeias produtivas de culturas como sisal, juta, malva, piaçava, algodão colorido e fibra de coco.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muito se tem discutido sobre a sustentabilidade socioambiental. Neste trabalho ela foi entendida vinculada ao desenvolvimento sustentável pelas políticas públicas de incentivo à produção de juta e malva no Amazonas, através do Estudo de caso da COOMAPEM, que contribui através dos seus cooperados para o abastecimento do mercado nacional com fios, fibras e sacarias.

O desenvolvimento sustentável é um desafio para sociedade contemporânea, atender as demandas impostas pelo sistema capitalista, como o consumo compulsivo, que impacta no uso de recursos naturais renováveis e não renováveis, e as demandas ambientalistas pelo uso de produtos de menor impacto ambiental.

Nesse contexto, os critérios de sustentabilidade propostos por Sachs (2002.p.54) foram abordados sobre o processo produtivo de juta e malva no Amazonas, no viés ambiental, social, econômico e político.

O reflexo mundial sobre o processo produtivo das fibras naturais, desponta como uma oportunidade de crescimento promissor, ao atender as demandas por produtos ecologicamente corretos, contemplando o critério ambiental de Sachs (2002), que engloba o respeito aos ecossistemas naturais, desse modo, o processo produtivo da juta e malva, é cultivado principalmente em terras de várzea, sem a necessidade de desmatamento, com fertilização natural, e sem o uso de agrotóxicos, produz fibras biodegradáveis e de alta resistência.

No critério social de Sachs (2002), que propõe homogeneidade social, distribuição de renda justa, qualidade de vida e igualdade social, o processo produtivo de juta e malva atende de forma parcial, pois, a distribuição de renda é proporcional a produtividade de cada cooperado, que também é sócio da cooperativa, 97% dos cooperados indicaram que houve melhoria de vida ao participar da cooperativa, além de se sentir integrado, incluso à sociedade pela cooperativa, contudo, as condições de insalubridade no processo de colheita da fibra ainda são preocupantes. Quanto à igualdade social, à baixa escolaridade reflete uma limitação no acesso à educação, e também às informações de crédito e financiamento. O acesso ao direito previdenciário aos cooperados é amparado por lei, que assegura a aposentadoria e os direitos previdenciário.

A econômica para Sachs (2002) aborda o equilíbrio econômico entre setores, a segurança alimentar, a modernização dos meios produtivos, a realização de pesquisas científicas e tecnológicas e a inserção na economia internacional, nesse aspecto o processo produtivo de juta e malva, ainda há muito o que avançar. A segurança alimentar é contemplada, pois, 97% dos cooperados têm na agricultura da malva e juta sua principal fonte de renda, indicadas como atividade mais rentável dentre as atividades econômicas nas terras de várzea, o que gera uma renda média para 29% dos cooperados entre 01 a 05 salários mínimos.

Quanto a modernidade dos meios produtivos, o estudo demonstrou que pouco foi modernizado no processo produtivo da juta e malva, e embora haja iniciativa do Governo através do IDAM em implementar nova tecnologia com a máquina de desfibramento, esta ainda necessita se adequar a realidade produtiva dos cooperados, e da implementação de programas do Governo para estimular o uso e o acesso à nova tecnologia. Além do incentivo à novas pesquisas para o plantio de sementes no Amazonas, e melhoria nas técnicas de cultivo da malva e juta, eliminando a insalubridade do processo de trabalho.

A política nacional para Sachs (2002), envolve a democracia, os direitos humanos e a implantação de projetos nacionais em parceria com os empreendedores, neste aspecto, esses direitos se materializam por meio de políticas públicas, importantes para a sustentabilidade da cadeia produtiva de juta e malva no Amazonas, dentre as quais se destacam: a política de garantia de preços mínimos, a política de subvenção econômica aos produtores de juta e malva e as ações do Governo para distribuição das sementes de juta e malva no Amazonas.

Sobre a política para a garantia dos preços mínimos das fibras de juta e malva, houve uma evolução de 42% dos preços mínimos praticados pelo Governo no período de 2010 a 2014. Contudo, o mercado não acompanhou nos anos de 2012 a 2014, os preços mínimos determinados pelo Governo, sendo necessário a liberação de recursos financeiros para cobrir a diferença de preço junto aos produtores de fibras. As discussões acerca das melhorias para a cadeia produtiva de fibras, são realizadas desde 2011 pela Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Fibras Naturais, porém, as ações implementadas ainda são insuficientes para alavancar a produção de fibras no Amazonas.

A política de subvenção econômica aos produtores de juta e malva, também evoluiu com valores pagos por quilo de fibra (tipo 1 e 2), que até o ano de 2000, correspondia ao valor de R\$ 0,20, subindo para o valor de R\$ 0,40 com o Decreto 23.636 de agosto de 2003, que resultou 100% de reajuste, contudo, a realidade econômica do país, supera os reajustes do

Governo, e há necessidade de novo reajuste para a nova realidade econômica do país, na qual os custos do agricultor cooperado sejam minimizados com a subvenção econômica de maior valor.

A ação do Governo, através do IDAM, para a distribuição das sementes de juta e malva, é vista como ação positiva pelos cooperados agricultores, porém, a quantia distribuída ainda é insuficiente para minimizar os custos, por vezes, a quantidade distribuída compensa apenas o percentual de perda da produção com as enchentes dos rios. Outro, ponto de melhoria elencado pelos cooperados agricultores é a necessidade de receber visita técnica do IDAM, para a melhoria nas técnicas de plantio, análise do solo e da qualidade das sementes.

Os resultados obtidos indicaram que as políticas públicas são importantes para a sustentabilidade da COOMAPEM, dos cooperados e de centenas de famílias que sobrevivem dessa cultura. É necessário o processo de melhoria continua das políticas públicas para dar suporte aos agricultores no processo produtivo da malva e juta, quanto a assistência técnica por órgãos do Governo, nas condições mais flexíveis de acesso ao crédito, aquisição de máquina e equipamentos, na elevação do valor da subvenção econômica, na facilidade para aquisição de sementes de malva e juta, no incentivo tributário, na proteção às importações, e nas condições previdenciárias dos agricultores.

Sendo assim, o Amazonas reuni condições ambientais e recursos humanos para tornar-se autossuficiente na produção das fibras de juta e malva, que requer a melhoria das políticas públicas no aspecto ambiental, social e econômico, para promover o desenvolvimento com sustentabilidade na Amazônia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, A. Z. B. *Estudo comparativo entre a Subvenção Econômica à Inovação operada pela FINEP e Programas correlatos de subsídio em países desenvolvidos. Dissertação (Mestrado em Administração Pública)*. Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2009.

ADS. Relatório de Subvenção Econômica aos Produtores de Malva e Juta, Período 2010 a 2014, emissão ano 2015.

ALA-Harja, MARJUKKA; Helgason, Sigurdur. *Em Direção às Melhores Práticas de Avaliação*. Brasília, Revista do Serviço Público, ano 51, n. 4, out./dez., 2000.

ALMUDI, Tiago. *Dados estatísticos da Produção Agropecuária e Florestal do Estado do Amazonas ANO 2013*, GCEA/AM, Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias do Amazonas. Manaus: Embrapa, 2015.

AMAZONAS RURAL, *Mensagem do Governador Omar Aziz à Assembleia Legislativa, Programa Amazonas Rural 2012 - 2013*. Disponível em: <http://www.amazonas.am.gov.br/content/uploads/2013/10/Mensagem-Governamental-2012-2013.pdf>. Acesso em: 08. Abr. 2013.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *FAQ - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf*. Disponível em: < <http://www.bcb.gov.br/?PRONAFFAQ>>. Acesso em 07 jun. 2015.

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Ed.70. Lisboa, Portugal, 1977.

BECKER, Bertha K. *A Amazônia pós ECO-92*. In: BURSZTYN, Marcel (org.). *Para pensar o desenvolvimento sustentável*. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia: um pouco-antes e além depois*. 2ª ed. Manaus. EDUA, 2010.

BENINI, Édi. *Sistema Orgânico do Trabalho: uma perspectiva de trabalho associado a partir das práxis de Economia Solidária in: Gestão pública e sociedades: fundamentos e políticas de economia solidária*. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

BRANDÃO, E. *Artigo Malva e Juta a Microeconomia Verde do Amazonas (2012)*. Disponível em <<http://www.administradores.com.br/artigos/economia-e-financas/malva-e-juta-a-microeconomia-verde-do-amazonas/64134/>>. Acesso em: 26 jul. 2014.

BRASIL. Constituição Federal de 1988.

BRASIL. *PROINSUMO - Lei Nº 3805 de 30 de agosto de 2012*. Disponível em: < <http://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=244846>>. Acesso em: 15 Maio. 2015.

BRASIL. *Decreto nº 5.153, de 23 de julho de 2004*. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5153.htm>. Acesso em: 16 de jun. 2015.

BRASIL. *LEI nº 8.427, DE 27 de maio de 1992*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8427.htm>. Acesso em: 16 de jun. 2015.

BRASIL. *LEI nº 8.171, DE 17 de janeiro de 1991*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/LEIS/L8171.htm>. Acesso em: 16 de jun. 2015.

BRASIL. *LEI nº 9.848, DE 26 DE OUTUBRO DE 1999*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9848.htm#art2>. Acesso em: 16 de jun. 2015.

BRASIL. *LEI 10.666, DE 8 DE MAIO DE 2003*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.666.htm>. Acesso em: 07 jun.2015

BRASIL. *LEI no 10.711, DE 5 de agosto de 2003..* Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.711.htm>. Acesso em: 07 jun.2015

BRASIL. *LEI No 10.823, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2003..* Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.823.htm>. Acesso em: 07 jun.2015

BRASIL. *LEI Nº 5.764 - DE 16 DE DEZEMBRO DE 1971 - DOU DE 16/12/71*. Disponível em: <<http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1971/5764.htm>>. Acesso em: 07 jun.2015

BRASIL. *PPA 2012-2015*. Disponível em:< http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spi/PPA/2012/Atualizacao_do_PPA_2012_2015.pdf>. Acesso em: 08.abr.2014

BUAINAIM, A. M.; ROMEIRO, A. *A agricultura familiar no Brasil: agricultura familiar e sistemas de produção. Projeto: UTF/BRA/051/BRA. Março de 2000*. 62 p. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/fao>. Acesso em: julho, 2011.

CANÇADO, Airton Cardoso; GONTIJO, M. C. H. *Princípios Cooperativistas: origens, evolução e influência na legislação brasileira. In ENCONTRO DE INVESTIGADORES LATINO-AMERICANO DE COOPERATIVISMO*, 3. São Leopoldo, 2004. Anais, São Leopoldo: UNISINOS, 2004.

CAVALCANTI, Clóvis (org). *Desenvolvimento e a Natureza: Estudos para uma sociedade sustentável*. São Paulo. Cortez, 2009, 5ª Edição.

CHESNAIS, François (org). *A finança mundializada*. São Paulo, Boitempo, 2005.

CONAB. *PREÇO DA MALVA E JUTA NO AMAZONAS – MAIO/2013*. Disponível em<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/13_06_20_17_40_34_jutamalvam aio2013.pdf>. Acessado em: 26 jul.2014.

CONAB. *Produtores de juta/malva da Amazônia podem contar com apoio da PGPM – MARÇO/2012*. Disponível em <http://www.conab.gov.br/imprensa-noticia.php?id=25803>. Acessado em: 26 jul.2014.

CONAB. *FIBRAS DE JUTA/MALVA PROPOSTA DE PREÇO MÍNIMO SAFRA 2006/2007*. Disponível em <http://www.conab.gov.br/imprensa-noticia.php?id=25803>. Acessado em: 26 jul.2014.

CONAB. *Política de Garantia de Preço Mínimo – PGPM-Bio*. Disponível em : < <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/386a29b4c12b75c01e3e01ead8f9200>>. Abril,2015.

COOMAPEM. *Aspectos históricos: Quem Somos*. Disponível em <<http://www.coomapem.coop.br/qsomos.html>>. Acesso em: 26 maio,2014

COSTA, Eduardo José Monteiro. *Arranjos produtivos locais, políticas públicas e desenvolvimento regional*. 2010. Disponível em:< http://www.mi.gov.br/c/document_library/2baf3e755&groupId=10157>. Acesso em:30 jun.2014.

DUPAS, G. *Economia e Exclusão Social: Pobreza, Emprego, Estado e o Futuro do Capitalismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

ECOCERT. Disponível em: < <http://www.brazil.ecocert.com>>. Acesso em:08.Fev.2015.

ERIKSSON, Karl-Erik. *Ciência para o desenvolvimento sustentável*. In: Clóvis Cavalcanti (Org.) *Meio ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas* - São Paulo: Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1997.

FAGUNDES, Maria Helena. *Sementes de Juta e Malva: algumas observações, Outubro/2002*. Disponível em <http://www.conab.gov.br/conabweb/download/cas/especiais/semente_de_amendoim_internet.pdf>. Acesso em: 08. Jun.2015

FAO 2009. *Artigo: Lançado oficialmente o Ano Internacional das Fibras Naturais 2009*. Disponível em: <<http://www.fao.org/news/story/it/item/9825/icode/>>. Acesso em: Abril, 2015.

FURTADO, Celso. *Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural/Celso Furtado*.3ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra,2000.

GODARD, O. *A Gestão Integrada dos Recursos Naturais e do Meio Ambiente: conceitos, Instituições e desafios de legitimidade*. In: VIEIRA, P.F e WEBER, J. *Gestão de recursos Naturais Renováveis e Desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental*. São Paulo: Cortez, 1997.

GOVERNO DO AMAZONAS. Decreto Estadual decreto 21.159 de 19 de setembro de 2000.Disponível em:<<http://www.informanet.com.br/Prodinfo/boletim/2004/pa/dec24196-22-2004.htm>>. Acesso em: 26. Abr.2015.

GOVERNO DO AMAZONAS. *LEI Nº 2.826, DE 29 de setembro de 2.003*.Disponível em:<http://www.sefaz.am.gov.br/Areas/OpcaoSistemas/SILT/Normas/Legisla%E7%E3o%20Estadual/Lei%20Estadual/Ano%202003/Arquivo/LE_2826_03.htm>. Acesso em: 26. Abr.2015.

GOVERNO DO AMAZONAS. *Decreto Estadual 24.196 de 29 abril de 2004*. Disponível em:<<http://www.informanet.com.br/Prodinfo/boletim/2004/pa/dec24196-22-2004.htm>>. Acesso em: 26. Abr.2015.

GOVERNO DO AMAZONAS. *Decreto Estadual 33.933 de 29 de agosto de 2013*. Disponível em: < http://www.amazonas.am.gov.br/content/uploads/2015/02/MSG_GOV_2014-2015-PARA-WEB-1.pdf >. Acesso em: 26. Abr.2015.

GOVERNO DO AMAZONAS. *Decreto Estadual 23.636 de 11 de agosto de 2.003*. Disponível em: <<http://www.ipaam.br/legislacao/ESTADUAL/dec.%20est.%20n.%C2%BA%2023.636,%20de%2012.08.03%20>>. Acesso em: 26. Abr.2015.

HOMMA, Alfredo K. Oyama. _____. *A imigração japonesa o Estado do Amazonas: a expansão da juta no médio e baixo Solimões*. In: WITKOSKI, Antônio Carlos; FERREIRA, Aldenor da S.; HOMMA, Alfredo K. Oyama; FRAXE, Therezinha de J. P. Fraxe. (Org.). *A cultura de juta e malva na Amazônia Ocidental: sementes de uma nova racionalidade ambiental?* São Paulo, Editora Annablume, 2010.

HOMMA, Alfredo K. Oyama. *Amazônia: meio ambiente e desenvolvimento agrícola*. Editor: Alfredo K. O. Homma. Brasília: Embrapa – SPI, Belém: Embrapa – CPATU, 1998.

IPEA. *A Subvenção Econômica cumpre a função de estímulo à inovação e ao aumento da competitividade das empresas brasileiras?* In: *Brasil em Desenvolvimento 2011: Estado, Planejamento e Políticas Públicas*. Vol.2, IPEA: Brasília, 2012

IBGE, *Censo Demográfico 2010*. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=13&dados=29>>. Acesso em 29.mar.2015.

IDAM. *Plano Operativo do IDAM – 2011*. Manaus:2011.

IDAM. *Plano Operativo do IDAM – 2012*. Manaus:2012.

IDAM. *Plano Operativo do IDAM – 2013*. Manaus:2013.

LADEIRA, F.; AMARAL, I. *A educação de alunos com multideficiência nas Escolas de Ensino Regular. Coleção Apoios Educativos*. Lisboa: Ministério da Educação. Departamento da Educação Básica, 1999.

LIMA, Deborah (Org). *Diversidade socioambiental nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões: Perspectivas para o desenvolvimento da sustentabilidade*. In: LIMA, Deborah (Org). *Diversidade Socioambiental nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões: Perspectivas para o desenvolvimento da sustentabilidade*. Manaus: IBAMA/Provárzea, 2005. p. 337-386.

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Cooperativismo / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo*. Brasília: MAPA/SDC/DENACOOP, 2012.

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Cooperativismo / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Câmara de fibras naturais será criada em 2011*. Disponível em <<http://www.agricultura.gov.br/comunicacao/Noticias/2011/01/camara-de-fibras-naturais-sera-criada-em-2011>>. Acesso em: 08.jan.2012.

MAPA - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. *Cooperativismo / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo*. Brasília :MAPA/SDC/DENACOOP, 2012.

MAPA - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. *Revista de Política Agrícola, Ano XIV, N 03, Jul.,Ago.Set. 2005*. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/Revista%203%2005.pdf>. Acesso em 02.Fev.2014.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de Metodologia Científica*. 7ª edição. São Paulo: Atlas, 2010.

Matriz Energética Nacional 2030. Brasília, MME/EPE, 2007, pg. 159.

MATTOS, Carlos A. de. Desenvolvimento sustentável nos territórios da globalização. Alternativa de sobrevivência ou nova utopia? In BECKER, Bertha K. e MIRANDA, Mariana. *A Geografia política do desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

MESQUISTA, Priscila. Juta nativa perde mercado para a Índia e Bangladesh. *Cafeicultura a revista do agronegócio*. Disponível em: < <http://www.revistacafeicultura.com.br>>. Acesso em 02.Fev.2014.

MINAYO MC. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. Rio de Janeiro: Abrasco; 2007.

MORIN, Edgar; KERN, Anne Brigitte. *Terra-Pátria. Traduzido do francês por Paulo Azevedo Neves da Silva*. Porto Alegre: Sulina. 2002.

MTE Ministério do Trabalho e Emprego: *O que é Economia Solidária?* Disponível em: < <http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/o-que-e-economia-solidaria.htm>>. Acesso em: 14 Dez.2013.

NASCIMENTO, Celso Augusto Torres. *A força do trabalho cooperativado em Manaus*. 1.Ed.Manaus: EDUA,2013.

NAVES, Ivo. *Conab Conjuntura Especial Malva e Juta 2015*. Disponível em: http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/15_04_14_17_05_50_juta_malva_conjuntura_especial_mar_15.pdf>. Acesso em: Abril,2015.

NODA, Sandra do Nascimento. *Agricultura familiar amazonense: mobilidade e relações de trabalho na produção de juta e malva*. In: WITKOSKI, Antonio Carlos; FERREIRA, Aldenor da S.; HOMMA, Alfredo K. Oyama; FRAXE, Therezinha de J. P. Fraxe. (Org.). *A cultura de juta e malva na Amazônia Ocidental: sementes de uma nova racionalidade ambiental?* São Paulo, Editora Annablume, 2010.

NOGUEIRA, Marinez Gil; SOUZA, Gerciana Oliveira de; ROSÁRIO, Lia Auxiliadora Soares do. *Política Pública de saúde e sustentabilidade socioambiental: gestão social frente à relação sociedade-natureza*. *Sociedade em Debate*, v. 18, n. 2, p. 41-53, 2013.

OCBAM. *Relatório de Transparência 2012*. Disponível em <<http://www.ocbam.coop.br/arquivos/transparencia.pdf>>. Acesso em: 08.jul.2014.

OCBAM. *Notícia: Cadeia produtiva de fibras de juta e malva no Amazonas é debatida em Brasília*. Disponível em < http://www.ocbam.coop.br/noticiasview.php?CD_NOTICIA=2116>. Acesso em 26/04/15>. Acesso em: 08. Jan.2015.

PASSERINO, Liliana Maria; MONTARDO, Sandra Portella; BEZ, Maria Rosângela. *Acessibilidade digital em sites de publicação de blogs e em blogs: limites e possibilidades para socialização on-line de Pessoas com Necessidades Especiais (PNE)*. In: XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Santos, SP:[sn]. 2007.

PEREIRA, José Matias. *Curso de planejamento governamental: foco nas políticas públicas e nos indicadores sociais*. São Paulo: Atlas, 2012.

PINTO, Ernesto Renan Melo de Freitas. *Os trabalhadores da Juta: estudo sobre a constituição da produção mercantil simples no médio Amazonas*. Porto Alegre: UFRGS, 1982.

RICO, Elizabeth Melo (org). *Avaliação de Políticas Sociais: Uma Questão de Debate*. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SACHS, Ignacy. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamod, 2002.

_____. *Desenvolvimento includente, sustentável e sustentado / Ignacy Sachs*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SANTOS, Gilberto José dos; MARION, José Carlos; SEGATTI, Sonia. *Administração de Custos na Agropecuária*. 3ª.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SANTOS, Glauber Eduardo de Oliveira. *Cálculo amostral: calculadora on-line*. Disponível em: <<http://www.calculoamostral.vai.la>>. Acesso em: 24.Jul.2014.

SANTOS, Roberto. *História Econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo: Queirós, 1980.

SOUZA, Tatiana Santana de; BARROS, André Paulo de. Meio ambiente e políticas públicas. In: REDE DE DEFESA AMBIENTAL DO CABO DE SANTO AGOSTINHO. Carteira de projetos: planos de ação comunitários de meio ambiente/Projeto Nucodema. Cabo de Santo Agostinho, PE: Rede de Defesa Ambiental do Cabo de Santo Agostinho, 2007, p. 16

SOUZA, Hélcio Honorato de. *Ambiente e sociedade: a cadeia produtiva da malva (Urena lobata L.) no médio Solimões: uma alternativa sustentável? / Hélcio Honorato de Souza*. Manaus: UFAM, 2012.

SILVA, Pedro L. B.; COSTA, Nilson R. A Avaliação de Programas Público: reflexões sobre a experiência brasileira. Relatório Técnico. Cooperação Técnica BID-IPEA. Brasília, IPEA, 2002.

SINGER, P.. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SPOSATI, Aldaíza. *A fluidez da inclusão/exclusão social*. In.: *Ciência e Cultura*, vol.58, no.4. São Paulo Oct./Dec. 2006.

_____. *Mapa da Exclusão/Inclusão da Cidade de São Paulo*. São Paulo: PUCSP, 1996.

SUFRAMA (2014). *Polo Industrial de Manaus alcança novo recorde de empregos*. Disponível em: http://www.suframa.gov.br/suf_pub_noticias.cfm?id=15354. Acesso em: 05. Maio 2014.

APÊNDICES



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Cooperados da Cooperativa Mista Agropecuária de Manacapuru (COOMAPEM)

Convidamos o senhor /senhora para participar da Pesquisa “*Sustentabilidade Socioambiental: Um estudo de caso na cooperativa de fibras vegetais, malva e juta, de Manacapuru no Amazonas*”, sob a responsabilidade da pesquisadora Geisiane Tavares Soares, com a orientação da Profa. Dra Heloisa Helena Correa da Silva, líder de pesquisa do Grupo de Pesquisa Questão Social e Serviço Social no Estado do Amazonas do CNPQ, e do Co-Orientador Prof. Dr Noval Benayon Mello.

O senhor/senhora foi escolhido (a) para participar por ser cooperado (a) da COOMAPEM, e a pesquisa tem por finalidade compreender a relação entre as Políticas Públicas de desenvolvimento sustentável e a sustentabilidade das cooperativas de malva e juta de Manacapuru/AM, através do estudo de caso da Cooperativa Mista Agropecuária de Manacapuru – COOMAPEM.

Se você aceitar participar, estará contribuindo para os possíveis resultados sociais alcançados na pesquisa, tendo em vista que a mesma poderá sinalizar como benefício, elementos que contribuam com o desenvolvimento ou aperfeiçoamento das Políticas Públicas, Programas de Governo ou mesmo processos relacionados com a temática da pesquisa.

A sua participação é voluntária e se dará por meio de entrevista semiestruturada com registro fonográfico, instrumental metodológico, que consiste na resposta às perguntas feitas pela pesquisadora e disponibilizadas em formulário estruturado.

Toda pesquisa tem riscos aos participantes como o possível mal estar ou constrangimento no decorrer da entrevista, que poderão ser minimizados com o acompanhamento de psicólogo ou assistente social; outro possível risco aos participantes, diz respeito à divulgação de suas informações, mas pressupomos que estes possam ser dirimidos pela omissão de seus nomes, além do que os procedimentos acima podem ser recusados pelo (a) entrevistado (a) qualquer momento, tendo, portanto, o senhor (a) toda a liberdade e direito de se recusar a participar da pesquisa ou retirar seu consentimento mesmo depois de realizada a entrevista, não tendo com isso nenhuma despesa ou nenhum valor pecuniário. Por outro lado, caso ocorra algum problema ou dano referente às informações concedidas, nos colocamos à disposição, para a assistência em qualquer eventualidade que venha a ocorrer em qualquer momento durante e após o desenvolvimento da pesquisa.

Informamos ainda que os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo. Para qualquer outra informação, o (a) Sr (a) poderá entrar em contato com a pesquisadora pelo fone: (92) 98427-4181, e-mail: geisiane_soares@yahoo.com.br; ou com os orientadores pelo telefone (92) 3305-4579, Profa Dra Heloisa Helena e-mail: hhelena@ufam.edu.br; Prof Dr Noval Benayon, e-mail: nbenaiomello@ig.com.br, todos no endereço Av. General Rodrigo Octávio Jordão Ramos nº 3.000, Campus Universitário Bairro Coroado I, no departamento de Pós-graduação em Serviço Social – PGSS, ou poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFAM, na Rua Teresina, 495, Adrianópolis, Manaus/AM, telefone (92) 3305-1181, ramal 2004, email: cep.ufam@gmail.com.

Consentimento Pós-Infomação

Fui informado sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo pesquisador, ficando uma via com cada um de nós.

Assinatura do participante

Assinatura do Pesquisador Responsável
DACTILOSCÓPICA



IMPRESSÃO

Manaus, ____/____/____



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

DIRETORES da Cooperativa Mista Agropecuária de Manacapuru (COOMAPEM)

Convidamos o senhor /senhora para participar da Pesquisa “*Sustentabilidade Socioambiental: Um estudo de caso na cooperativa de fibras vegetais, malva e juta, de Manacapuru no Amazonas*”, sob a responsabilidade da pesquisadora Geisiane Tavares Soares, com a orientação da Profa. Dra Heloisa Helena Correa da Silva, líder de pesquisa do Grupo de Pesquisa Questão Social e Serviço Social no Estado do Amazonas do CNPQ, e do Co-Orientador Prof. Dr Noval Benayon Mello.

O senhor/senhora foi escolhido (a) para participar por ser diretor (a) da COOMAPEM, e a pesquisa tem por finalidade compreender a relação entre as Políticas Públicas de desenvolvimento sustentável e a sustentabilidade das cooperativas de malva e juta de Manacapuru/AM, através do estudo de caso da Cooperativa Mista Agropecuária de Manacapuru – COOMAPEM.

Se você aceitar participar, estará contribuindo para os possíveis resultados sociais alcançados na pesquisa, tendo em vista que a mesma poderá sinalizar como benefício, elementos que contribuam com o desenvolvimento ou aperfeiçoamento das Políticas Públicas, Programas de Governo ou mesmo processos relacionados com a temática da pesquisa.

A sua participação é voluntária e se dará por meio de entrevista semiestruturada com registro fonográfico, instrumental metodológico, que consiste na resposta às perguntas feitas pela pesquisadora e disponibilizadas em formulário estruturado, e registro fotográfico do empreendimento.

Toda pesquisa tem riscos aos participantes como o possível mal estar ou constrangimento no decorrer da entrevista, que poderão ser minimizados com o acompanhamento de psicólogo ou assistente social; outro possível risco aos participantes, diz respeito à divulgação de suas informações, mas pressupomos que estes possam ser dirimidos pela omissão de seus nomes, além do que os procedimentos acima podem ser recusados pelo (a) entrevistado (a) qualquer momento, tendo, portanto, o senhor (a) toda a liberdade e direito de se recusar a participar da pesquisa ou retirar seu consentimento mesmo depois de realizada a entrevista, não tendo com isso nenhuma despesa ou nenhum valor pecuniário. Por outro lado, caso ocorra algum problema ou dano referente às informações concedidas, nos colocamos à disposição, para a assistência em qualquer eventualidade que venha a ocorrer em qualquer momento durante e após o desenvolvimento da pesquisa.

Informamos ainda que os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo. Para qualquer outra informação, o (a) Sr (a) poderá entrar em contato com a pesquisadora pelo fone: (92) 98427-4181, e-mail: geisiane_soares@yahoo.com.br; ou com os orientadores pelo telefone (92) 3305-4579, Profa Dra Heloisa Helena e-mail: hhelena@ufam.edu.br; Prof Dr Noval Benayon, e-mail: nbenaionmello@ig.com.br, todos no endereço Av. General Rodrigo Octávio Jordão Ramos nº 3.000, Campus Universitário Bairro Coroado I, no departamento de Pós-graduação em Serviço Social – PGSS, ou poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFAM, na Rua Teresina, 495, Adrianópolis, Manaus/AM, telefone (92) 3305-1181, ramal 2004, email: cep.ufam@gmail.com.

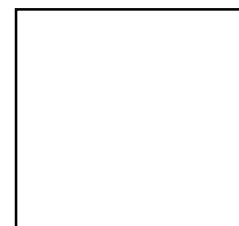
Consentimento Pós-Infomação

Fui informado sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo pesquisador, ficando uma via com cada um de nós.

Assinatura do participante

Assinatura do Pesquisador Responsável
DACTILOSCÓPICA

Manaus, ____/____/____



IMPRESSÃO



UFAM

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA

Sustentabilidade Socioambiental: Um estudo de caso na cooperativa de fibras vegetais, malva e juta, de Manacapuru no Amazonas

Data: ___/___/2015

Pesquisador: Geisiane Soares

Instrumento nº. _____

FORMULÁRIO DE ENTREVISTA A – PARTICIPANTE: DIRETOR (A) DA COOMAPEM

Identificação

Nome: _____

Sexo: () Feminino () Masculino

Idade: _____

Cargo: _____

Descrição do Processo Produtivo das Fibras Vegetais de Malva e Juta

1) Como ocorre o processo da aquisição das Sementes de malva e juta na COOMAPEM?

2) Como ocorre o processo da distribuição das sementes de malva e juta na COOMAPEM?

3) Como ocorre o processo do plantio das sementes de malva e juta pelos cooperados da COOMAPEM?

4) Como ocorre o processo da manutenção da área plantada da malva e juta pelos cooperados da COOMAPEM?

5) Como ocorre o processo da colheita da malva e juta pelos cooperados da COOMAPEM?

6) Como ocorre o processo da secagem e confecção dos fardos de fibras da malva e juta pelos cooperados da COOMAPEM?

7) Como ocorre o processo do armazenamento da fibra in natura das fibras da malva e juta pelos cooperados da COOMAPEM?

8) Como ocorre o processo de coleta dos fardos in natura das fibras da malva e juta pela COOMAPEM?

9) Como é feito o armazenamento dos fardos in natura das fibras da malva e juta pela COOMAPEM?

10) Como é realizado o processo de classificação e enfardamento das fibras de malva e juta na COOMAPEM?

11) Como é realizada a comercialização das fibras de malva e juta na COOMAPEM?

- 12) Em fase as demandas pela melhoria da cadeia produtiva das fibras de juta e malva o que a COOMAPEM, através de sua representante Eliana Medeiros tem articulado junto a OCB-AM para melhoria das políticas públicas de incentivo à produção de juta e malva no Estado do Amazonas?

Obrigada pela sua participação!



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
 INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA

Sustentabilidade Socioambiental: Um estudo de caso na cooperativa de fibras vegetais, malva e juta, de Manacapuru no Amazonas

Data: ___/___/2015

Pesquisador: Geisiane Soares

Instrumento nº. _____

FORMULÁRIO DE ENTREVISTA B: PARA APLICAÇÃO NOS COOPERADOS DA COOMAPEM

Grupo 1 - Informações para o perfil socioeconômico dos cooperados da Coomapem

Identificação

Nome: _____

1. **Sexo:** () Feminino () Masculino

2. **Idade:** _____

3. **Raça/Cor/Etnia:**

() Branco (a) () Pardo (a) () Preto(a) () Amarelo (a) () Indígena

4. **Escolaridade:**

- () Não estudou.
 () Da 1ª à 4ª série do ensino fundamental.
 () Da 5ª à 8ª série do ensino fundamental.
 () Ensino médio incompleto.
 () Ensino médio completo.

5. **Número de pessoas no núcleo familiar:**

- () Duas pessoas.
 () Três.
 () Quatro.
 () Cinco.
 () Mais de seis.
 () Moro sozinho(a).

6. Sua principal fonte de renda é da agricultura da malva e juta?

- () sim
 () Não

7. Além da renda com a venda da juta e malva, que outra fonte de renda você possui?

8. Qual foi a sua renda mensal adquirida com a comercialização das fibras (malva/ juta) na safra de 2013/2014?

8.1 Informe quantos quilos você produziu de malva e juta na safra de 2013/2014: _____

8.2 Informe qual o preço médio que comercializou o quilo da malva e juta na safra de 2013/2014:

8.3 Renda Mensal adquirida: (Quilos de Fibras X preço médio comercializado / salário mínimo R\$ 788,00)

- () De 01 a 05 salários
 () De 06 a 10 salários
 () De 11 a 15 salários
 () De 16 a 30 salários
 () De 31 a 80 salários

9. Tempo de cooperativa em anos: _____**10. Você considera importante ser cooperado da COOMAPEM? Porquê?**

Grupo 2 - Informações sobre a aquisição das sementes de malva e juta**11. Informe abaixo quais os pontos positivos e negativos quanto ao processo de aquisição das sementes de malva e juta.**

11.1 Procedência das sementes de malva e juta:

Positivo:

Negativo:

11.2 Logística para o recebimento das sementes:

Positivo:

Negativo:

11.3 Custo das sementes de malva e juta:

Positivo:

Negativo:

Grupo 3 - Informações sobre treinamento, visita técnica do IDAM e uso de máquina.

12. Você participou nos últimos 2 anos de treinamentos oferecidos pela COOMAPEM, ou por órgãos do Governo? Se sim, qual?

() sim () não Se sim, qual: _____

13. Você recebeu nos últimos 2 anos visita técnica do IDAM?

() sim () não

14. Você já utilizou alguma máquina de desfibramento das fibras de juta e malva nos últimos 2 anos? Se sim, qual a sua opinião sobre o uso da máquina.

() sim () não

Se sim, qual a sua opinião sobre o uso da máquina.

Grupo 4 - Informações sobre pontos positivos e negativos do processo produtivo de malva e juta.

15. Informe abaixo quais os pontos positivos e negativos quanto ao processo do plantio e colheita da malva e juta

a) Positivo:

b) Negativo:

16. Informe abaixo quais os pontos positivos e negativos no processo de armazenamento dos feixes da malva e juta

a) Positivo:

b) Negativo:

17. Informe abaixo quais os pontos positivos e negativos no processo de logística e comercialização das fibras de malva e juta.

a) Positivo:

Negativo:

18. Quanto a comercialização da sua produção de malva e juta quais os seus principais clientes?

Grupo 5 - Informações sobre a política pública de Subvenção econômica da juta e malva.

19. Informe abaixo quais os pontos positivos e negativos quanto a Política da Subvenção Econômica da malva e juta.

a) Positivo:

b) Negativo:

20. Na sua opinião o que poderia ser feito pelo Governo para melhorar o processo de produção das fibras de malva e juta.

Obrigada pela sua participação!

ANEXOS



COOPERATIVA MISTA AGROPECUÁRIA DE MANACAPURU - COOMAPEM
 Avenida Getúlio Vargas, 1056 - Centro - Cep: 69.400-526
 CNPJ: 04.345.740/0001-10

TERMO DE ANUÊNCIA

COOMAPEM

Eu, Eliana Medeiro do Carmo, diretora presidente da Cooperativa Mista Agropecuária de Manacapuru Ltda - COOMAPEM, declaro para os devidos fins que estamos de acordo com a execução do projeto de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da UFAM, pesquisa intitulada: *Sustentabilidade Socioambiental: Um estudo de caso na cooperativa de fibras vegetais, malva e juta, de Manacapuru no Amazonas sob a responsabilidade da pesquisadora Geisiane Tavares Soares, com a orientação da Profa. Dra Heloisa Helena Correa da Silva, líder de pesquisa do Grupo de Pesquisa Questão Social e Serviço Social no Estado do Amazonas do CNPQ, e do Co-Orientador Prof. Dr Noval Benayon Mello. A pesquisa pretende compreender a relação entre os Políticas Públicas de desenvolvimento sustentável e a sustentabilidade das cooperativas de malva e juta de Manacapuru/AM, através do estudo de caso da Cooperativa Mista Agropecuária de Manacapuru – COOMAPEM.*

A investigação científica será realizada por meio de pesquisa documental e de campo, através de entrevista semiestruturada junto a diretores da COOMAPEM, e aos cooperados da COOMAPEM.

Fui informada que toda pesquisa envolvendo seres humanos oferece riscos, dentre eles a fidelidade dos dados coletados, e para evitá-los, procuraremos realizar a análise dos dados à luz das teorias para qualifica-los, quantifica-los de modo eficaz, mantendo a fidelidade das informações coletadas, para que os resultados sejam reais e de acordo com a efetivação da pesquisa

Para qualquer outra informação, poderei entrar em contato com o pesquisador pelo fone: (92) 98427-4181 ou no endereço Av. General Rodrigo Octávio Jordão Ramos nº 3.000, Campus Universitário Bairro Coroado I, no departamento de Pós-graduação em Serviço Social – PGSS, pelo telefone (92)3305-4579, ou poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFAM, na Rua Teresina, 495, Adrianópolis, Manaus/AM, telefone (92) 3305-1181, ramal 2004, email: cep.ufam@gmail.com.

Fui informada sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação.

Manaus, 24 de novembro de 2014.

Eliana Medeiro do Carmo
 Presidente da COOMAPEM

Eliana Medeiro do Carmo

Diretora presidente da COOMAPEM



TERMO DE ANUÊNCIA

Eu, Lissandro Breval Santiago, diretor da Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas – ADS, declaro para os devidos fins que estamos de acordo com a execução do projeto de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da UFAM, intitulado “: *Sustentabilidade Socioambiental: Um estudo de caso na cooperativa de fibras vegetais, malva e juta, de Manacapuru no Amazonas*”, a ser realizado pela discente Geisiane Tavares Soares, sob a coordenação e a responsabilidade da Profa Dra Heloisa Helena Correa da Silva e do Co-Orientador Prof. Dr Noval Benayon Mello, o qual terá o apoio desta instituição.

Fui informada que a qualquer momento posso realizar contato para obter maiores esclarecimentos sobre o andamento da pesquisa com a pesquisadora pelo fone: (92) 98427-4181 ou pelo endereço Av. General Rodrigo Octávio Jordão Ramos nr 3.000 Campus Universitário, Bairro Coroado I, no departamento de Pós-Graduação em Serviço Social – PGSS, pelo fone: (92) 3305-4579.

Manaus, 11 de Março de 2014.

Lissandro Breval Santiago
Diretor da

Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas – ADS



TERMO DE ANUÊNCIA

Eu, Zacarias da Silva Gondim, técnico do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas - IDAM, declaro para os devidos fins que estamos de acordo com a execução do projeto de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da UFAM, intitulado "Sustentabilidade Socioambiental: Um estudo de caso na cooperativa de fibras vegetais, malva e juta, de Manacapuru no Amazonas", a ser realizado pela discente Geislane Tavares Soares, sob a coordenação e a responsabilidade da Profa Dra Heloisa Helena Correa da Silva e do Co-Orientador Prof. Dr Noval Benayon Mello, o qual terá o apoio desta instituição.

Fui informado que a qualquer momento posso realizar contato para obter maiores esclarecimentos sobre o andamento da pesquisa com a pesquisadora pelo fone: (92) 98427-4181 ou pelo endereço Av. General Rodrigo Octávio Jordão Ramos nr 3.000 Campus Universitário, Bairro Coroado I, no departamento de Pós-Graduação em Serviço Social – PGSS, pelo fone: (92) 3305-4579.

Manaus, 20 de Março de 2014.

Zacarias da Silva Gondim - IDAM

Zacarias da Silva Gondim
Técnico em Agropecuária/IDAM
CREA nº 18887



Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico

DECLARAÇÃO

Declaro que a mestranda Geisiane Tavares Soares do Programa de Pós Graduação Mestrado em Serviço Social e Sustentabilidade – PPGSSS, pertence ao Grupo de Pesquisa de Pesquisa Questão Social e Serviço Social no estado do Amazonas – do Diretório de Grupo do Conselho Nacional de Pesquisa – CNPq e certificado pela Instituição desde 2003, o que possibilita a mim Heloísa Helena Corrêa da Silva Professora Doutora da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, líder do citado Grupo, e acordo com orientação da Pro Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação, a assumir o Projeto Sustentabilidade SOCIOAMBIENTAL: Um estudo de caso na cooperativa de fibras vegetais, malva e juta, de Manacapuru no Amazonas, posto que a mestranda pertence ao quadro de estudantes pesquisadores do aludido Grupo.

Sendo o que tenho a declarar, subscrevo-me.

Heloísa Helena Corrêa da Silva – Professora Doutora da UFAM. ICHL. Departamento de Serviço Social. PPGSSS. PPGSCA